

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**KELI FERNANDA RUCCO TURINA**

**ESCOLA MATERNA: HISTÓRIA, ASSISTÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DA  
INFÂNCIA EM CURITIBA (1928-1944)**



**CURITIBA  
2010**

KELI FERNANDA RUCCO TURINA

**ESCOLA MATERNAL: HISTÓRIA, ASSISTÊNCIA E  
ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM CURITIBA (1928-1944)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira.

CURITIBA  
2010

*Dedico este trabalho ao André, meu porto seguro, com amor, admiração e gratidão.*

*Ao Heitor, pela felicidade que me proporcionou ao chegar neste momento.*

*Ao prof. Marcus Taborda, principalmente por acreditar...*

## AGRADECIMENTOS

Estas são as últimas linhas escritas deste trabalho, e é com grande alegria e gratidão que tentarei me lembrar de todos que estiveram presente ao longo desta caminhada. Muitos foram aqueles que de alguma forma contribuíram para que hoje eu pudesse concluir este objetivo.

Primeiramente agradeço às minhas colegas de turma, Francielly, Alexandra, Silvana, Silvete, Emanuelle e Fabiana. Também aos meninos, que infelizmente não completaram a caminhada nesse momento, Rafael e Fábio. Obrigada pelo convívio alegre e incentivador que vocês me proporcionaram.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para que a pesquisa se realizasse, Josefina minha querida amiga conselheira que sempre me recebe de braços abertos na Biblioteca Pública do Paraná, Rose e Ana da mesma forma no Arquivo Público do Paraná e as meninas da Sociedade de Socorro aos Necessitados, Fernanda e Márcia. Obrigada a todas!!

Aos professores da banca de qualificação e defesa Marcus Levy Bencostta, Liane Bertucci e Moysés Kuhlmann que me deram a honra de ter leitores tão espetaculares e orientações tão valiosas. Obrigada pela contribuição acadêmica e pessoal.

Agradeço as meninas do Programa de Pós-graduação em Educação, Darcy, Irene e Francisca sempre animadas em me animar!

À CAPES por ter me concedido bolsa de estudos, sem a qual tudo seria mais complicado.

Aos colegas de vida acadêmica, tantos que corro o risco de esquecer alguns que neste momento estão distantes escrevendo seus textos! Ao Nilton que deixou a marca de sua intelectualidade desde os 'ensaios' para a seleção agradeço e já peço desculpas para não perder o costume! Agradeço também aos que já estavam quando cheguei, a 'turmas dos veteranos' com quem tive oportunidade de aprender, Roberlayne, Lausane, Telma, Sidmar, Elisângela, Juraci, Cristiane e Rossano. Também agradeço muito quem chegou depois, os novatos: Dani Gross, Claudinéia e Jordana.

Agradeço à Joseane, minha Josy, veterana e companheira, amiga e confidente, obrigada por partilhar comigo suas vitórias!

Agradeço especialmente minhas amigas de terras mais distantes, Tânia minha querida amiga 'catarina' que me apoiou e incentivou em momentos difíceis, assim como minha maninha mineira Marina. E como agradecer minha amiga-irmã, confidente, incentivadora e parceira Solange? Minha Sol! Obrigada por me ajudar a chegar até aqui.

À Jordana, amiga querida que a cada dia compartilha mais bons momentos conosco. Obrigada pela amizade, pelo apoio, incentivo e pelo abstract!

Quero agradecer algumas pessoas que contribuíram para que eu pudesse me dedicar aos estudos para ingressar no mestrado, minhas amigas de graduação Lene, Carla, Dani e Gisele. Essa história também é de vocês.

Agradeço aos professores da linha de pesquisa "História e Historiografia da Educação", em especial a Liane, Verinha, Carlos Eduardo, Nádia, Marcus Taborda, Gizele Souza e Marcus Levy, pessoas especiais que compartilharam o que tem de mais precioso, ensinamentos e orientações.

À prof<sup>a</sup> Gizele de Souza pela contribuição na minha trajetória de pesquisadora, sou grata por todos os momentos de aprendizado.

À minha amiga-doula Felicitas, que desde a graduação só me deu boas recordações. Obrigada pelos ensinamentos acadêmicos e gestacionais! Obrigada por compartilhar comigo um dos melhores momentos da minha vida!

À minha prima amiga Bia, pela amizade e pelo seu cantinho pessoal que tantas vezes me emprestou para trabalhar!

À minha amiga Etienne pela presença e pelos auxílios de sempre.

Em especial quero agradecer minhas ajudantes nessa reta final, dispostas a tudo, inclusive ao choro constante do meu pequeno, a ponto da Alexandra dedicar a ele a música "Nasci para Chorar" de Erasmo Carlos e Dion di Mucci. Fran, Ale, Jordana, Etienne vocês sabem que sem vocês eu quase não teria conseguido!

Agradeço à Vera, minha 'mãe torta', que me inspirou a seguir o caminho da Educação. Agradeço a vocês, Vera e Sérgio que mesmo de longe, sempre foram motivo de orgulho e admiração.

À família Rucco! Principalmente meu primo Thiago, e minha tia Marisa, empenhados em vir me ver, me incentivando e trazendo alegria. Vocês são muito importantes para mim.

Aos meus pais, Marister e Odair Tadeu. Que sempre me incentivaram. Dedicaram anos de sua existência aos cuidados comigo; atenção, carinho, zelo, broncas e elogios. Obrigada por sempre repetirem o quanto vocês se orgulham de mim! É recíproco.

Esta é a parte mais difícil para mim, agradecer a quem eu não sei como agradecer. Não há palavras que eu expresse aqui que se aproximem da gratidão que eu tenho por três grandes Homens fundamentais para a concretização deste trabalho.

Agradeço imensamente, e todos os dias, desde 03 de julho de 2009 ao meu orientador prof. Marcus Taborda. Agradeço por acreditar, por incentivar, por auxiliar, por me ensinar, por me ajudar a me reerguer, por me provocar a ir além. Pelo respeito, pela acolhida, pela alegria e pelo carinho comigo e com a minha família. Obrigada por ser um orientador humanizado! Como já mencionei, não consigo expressar em palavras o que representou na vida sua orientação. Com você eu aprendi, além dos ensinamentos acadêmicos, que ainda é possível acreditar que a academia é o lugar da ética e da sabedoria!

Ao meu pequeno guerreiro Heitor, que hoje, na escrita destas últimas linhas está com 4 meses e 14 dias! Meu bacuri que veio para me incentivar a ser cada melhor. No turbilhão de acontecimentos da minha vida, ocupou tudo de mim. Porém, me retribui com sorrisos lindos, cativantes e espontâneos. Obrigada por ensinar a viver a cada dia, por me mostrar a simplicidade do que as crianças precisam e que deveria ser a vida dos adultos. Que você um dia possa me desculpar pelas intempéries da sua gestação e pela minha ausência nesse comecinho da sua vida, mas saiba que eu estarei aqui sempre.

Como agradecer ao André? Impossível. Espero que ele possa todos os dias ler este agradecimento para que ele não esqueça a importância que tem na minha vida. Chegar até aqui foi duro, foi difícil, mas só foi possível porque está aqui. São quase 10 anos de casados recebendo de você muito amor, carinho, dedicação, compreensão, zelo, incentivo, apoio, alegrias e sabedoria. Esta última linha foi possível porque você me proporcionou tudo que eu sempre precisei.

*Nenhuma obra de regeneração social realizará o seu objetivo, se não visar antes de tudo, acima de tudo, a proteção e educação da infância. Flávio Luz presidente da Sociedade de Socorro aos Necessitados em 1930.*

## RESUMO

A pesquisa teve como objeto de investigação as práticas de atendimento à infância pequena no Paraná no início do século XX por meio da constituição da Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados. A proposta deste texto é compreender a constituição da Escola Maternal na cidade de Curitiba, suas modalidades, suas formas de atendimento e as motivações que a constituíram como necessária no cenário curitibano. Algumas inquietações sobre a proposta da Sociedade de Socorro aos Necessitados motivaram a investigação que deu origem a este trabalho. O foco de análise do estudo é compreender quais elementos motivaram e sustentaram a necessidade de organização de uma Escola Maternal na capital paranaense no início do século XX e sobre quais bases esta Escola foi definida, defendida e organizada pela Sociedade de Socorro aos Necessitados. O recorte temporal proposto é o período de 1928 a 1944. O ano de 1928 marca as discussões, a elaboração do regimento e a fundação da Escola Maternal, considerada, com base nas fontes analisadas, como a primeira escola maternal do Paraná. Para o recorte final indica-se o ano de 1944 porque neste ano iniciou-se o processo de desvinculação entre a Escola Maternal e a Sociedade de Socorro aos Necessitados. As fontes priorizadas no desenvolvimento do trabalho são: regimento e relatórios da Sociedade de Socorro aos Necessitados e da Escola Maternal; algumas matérias jornalísticas e diversos documentos, como artigos, produzidos por personagens envolvidos com a assistência e a escolarização da infância. Parte dos referenciais teóricos que contribuem com a discussão sobre a infância e sua educação são Egle Becchi, Maria Luiza Marcílio e Tizuko Kishimoto, entre outros. A proposta de trabalho é conduzida com base nas considerações de Kuhlmann Jr. sobre a assistência científica e educação assistencialista, bem como as contribuições de Faria Filho sobre a escolarização da infância e Vincent; Lahire & Thin, sobre forma escolar. Estes estudos corroboram a ideia defendida aqui que as práticas de escolarização e assistência à infância ocorriam concomitantemente na Escola Maternal. As propostas e ações da Escola Maternal pretendiam modificar hábitos morais, sociais e higiênicos da população pobre tendo em vista a moralização e a civilidade destas crianças e de suas famílias.

Palavras-chave: *Escola Maternal, História da Escolarização da Infância; História da Assistência à Infância, História da Infância, História da Educação.*

## ABSTRACT

The research had as subject of investigation, the practice of little children care in Paraná in the early twentieth century through the establishment of the Nursery School of the Poor Children's Aid Society. The purpose of this study is to understand the formation of the Nursery School of Curitiba, its modalities and forms of care and the reasons why it became necessary in Curitiba. Some concerns about the purpose of the Poor Children's Aid Society motivated the research which led to this work. The main subject of this study is to understand what factors motivated and asserted the need to organize a Nursery School foundation in Paraná's main city in the beginning of the XX century and explore the fundamentals that shaped this school, supported and organized by the Poor Children's Aid Society. The time frame proposed on this research is from 1928 to 1944. The year of 1928 opens the discussion, the regiment's creation and the foundation of the Nursery School, considered the various sources analysed, the first nursery school of Paraná. The year of 1944 marks the beginning of the Nursery School independence process from the Poor Children's Aid Society. The main sources of this research are: reports and regiment's from the Poor Children's Aid Society and from the Nursery School; some newspaper report and other documents - such as articles produced by characters involved on children care and education. Some of the reference writers that contributed to the debate over childhood and children education are: Egle Becchi, Maria Luiza Marcilio and Tizuko Kishimoto, among others. The aim of this work is based on Kuhlmann Jr ideas about scientific support and pedagogic attendance, as well as Faria Filho's contributions on childhood formation and Vincent; Lahire & Thin, about school form. These studies support the idea that the Nursery is set in a binomial of childhood care, practices of child welfare and pedagogic work, concomitant or not. The Nursery School's proposals and actions intended to modify moral, social and hygiene habits of the poor, aiming for the moral and civility of these children and their families.

*Keywords: History of Education; History of Childhood; History of Child Care; History of Early Childhood Education; Nursery School.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Curitiba em 1900 .....	18
Ilustração 2 - Entrega do Ford da Caridade no Passeio Público .....	34
Ilustração 3 - Homenagem aos beneméritos fundadores da Sociedade de Socorro aos Necessitados .....	36
Ilustração 4 - Inauguração do pavilhão Manoel Quadros.. .....	44
Ilustração 5 – Foto de criança, para Herculano C. F de Souza .....	49
Ilustração 6 - Fotos de crianças, para Herculano C. F de Souza. ....	51
Ilustração 7 -Alunos da “Escola Maternal” mantida pela Sociedade de Socorro aos Necessitados.....	126
Ilustração 8 - Abridadas da creche, as quais são deixadas ali pelas mães que vão se dedicar a vários misteres. ....	126
Ilustração 9 - Alunas do Curso Doméstico e Jardim Infantil .....	127

## **LISTA DE SIGLAS**

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

EM - Escola Maternal

IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância

LBA - Liga Brasileira de Assistência

SSN - Sociedade de Socorro aos Necessitados

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 A SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS</b> .....	15
1.1 A “BELA” CAPITAL.....	16
1.2 CARIDADE E FILANTROPIA.....	23
1.3 OS PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS NO CENÁRIO DA CIDADE DE CURITIBA.....	35
<b>2 A ESCOLA MATERNAL</b> .....	52
2.1 ASSISTIR E EDUCAR A INFÂNCIA .....	54
2.2 AS FINALIDADES E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS .....	65
<b>3 PUERICULTURA, MORAL E TRABALHO</b> .....	79
3.1 PUERICULTURA .....	80
3.2 MORAL E TRABALHO.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	104
<b>FONTES</b> .....	110
<b>ANEXOS</b> .....	115

## INTRODUÇÃO

Minha caminhada pelas trilhas da história da infância começou ainda durante a graduação, motivada pela oportunidade de pesquisar sobre a história da educação e a história da infância. As pesquisas empíricas no Programa de Iniciação Científica, realizadas em jornais paranaenses do início do século XX no percurso 1900-1920 permitiram observar uma série de propostas direcionadas às crianças, abandonadas, órfãs, entre outras adjetivações utilizadas pela imprensa e pelos intelectuais no período mencionado. Uma destas ações constitui-se como escopo deste trabalho, a *Escola Maternal*<sup>1</sup> fundada pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados (SSN)*<sup>2</sup>, no ano de 1928, na cidade de Curitiba, destinada ao atendimento da infância pobre da capital paranaense.

Porém sempre me questionavam porque a história. Por que não as ações do presente em relação à infância? As tramas históricas sempre me intrigaram e penso que “mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai” (BLOCH, 1997, p.77). E acrescento ainda que “a história sempre me divertiu muito” (BLOCH, 1997, p. 77). O apelo da história não se restringe a diversão, à curiosidade, à paixão, e a outros aspectos da sensibilidade humana, a história também satisfaz nossa inteligência, seria de “espantosa tolice julgar que, pelo fato de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também nossa inteligência” (BLOCH, 1997, pág. 78).

Se voltar o olhar para outros séculos não se restringe apenas ao divertimento e aos apelos da sensibilidade humana, requer uma forma de

---

<sup>1</sup> A Escola Maternal, hoje se chama Escola Maternal Annette Macedo, nomenclatura que recebeu no ano de 1956, atende crianças de 0 a 6 anos e está situada na Rua Vicente Machado, nº 599, Curitiba, Paraná.

<sup>2</sup> A Sociedade de Socorro aos Necessitados foi organizada por cidadãos paranaenses no ano de 1921 com o objetivo de combater e reprimir a mendicância na cidade. Os projetos da instituição serão abordados no primeiro capítulo. Atualmente a instituição é nomeada somente Socorro aos Necessitados e funciona até os dias atuais atendendo idosos internados no Lar de Idosos Recanto do Tarumã, e crianças em duas iniciativas: a Creche Meu Pequeno Reino e a Escola Maternal Annette Macedo.

condução sistematizada, um método, ou uma *'lógica histórica'* como melhor disse Thompson (1981, p.49). Assim “por *lógica histórica* entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc. e a eliminar procedimentos autoconfirmadores ('instancias', 'ilustrações').” (THOMPSON, 1981, p.49) O método de investigação histórica, deste modo, envolve questões-problema feitas aos documentos históricos e a formulação de hipóteses.

Considero que a história se baseia em três pontos: vestígios históricos, problema e hipóteses. Acredito que os vestígios históricos, ou fontes históricas, permitem

a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que estes dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser 'alguém passou por lá' (GINZBURG, 1989, p. 152).

Considero que “os nossos problemas serão os próprios problemas que se impõem quotidianamente ao historiador.” (BLOCH, 1997, p. 80). As inquietações do presente provocam a questionar o passado numa tentativa de compreender as relações que permaneceram e as que se romperam entre as ações humanas dos diferentes tempos. O problema é a pergunta que se faz ao olhar as ações dos homens em outros contextos. Guardadas as distancias do tempo presente e do tempo passado, as perguntas feitas às fontes, tem a marca da vivencia do historiador. Assim como as fontes são selecionadas pelo historiador, também os questionamentos feitos por ele têm a marca da sua realidade, representam inquietações e questões que estão presentes no seu cotidiano, na sua atuação. Acredito que “um problema é precisamente o começo e o fim de toda história.” (FEVBRE, 1989, p.31).

As escolhas apresentadas até aqui para a condução deste trabalho historiográfico resultam de alterações ocorridas no campo da história que decorreram do movimento da Escola de Annales. Na apresentação da obra de Peter Burke, **A Escola dos Annales**, publicada no Brasil em 1997, Nilo Odália destaca que dois jovens historiadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, estavam insatisfeitos com a maneira de fazer história até então. A História Política, Rankiana, abordava os fatos e os heróis, privilegiava o jogo de poder entre

homens e países ilustres para exaltá-los e ignorava o cotidiano de vida de homens comuns e suas experiências resultantes muitas vezes dos jogos de poder. Observa-se uma crise, um descontentamento de alguns historiadores com aquela história restritiva, fragmentada, excludente, enaltecida de determinados extratos sociais e marcada por práticas de determinado período. Nilo Odália destaca ainda, que nesse momento

a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento” (ODÁLIA, 1997, pág.07).

O movimento iniciado principalmente por Bloch e Febvre na década de 1920, na França aos poucos apresentou impactos nas produções historiográficas em outros lugares e proporcionou uma abordagem histórica direcionada à ação dos homens no tempo ao invés de colocar o foco somente no fato. Diversas temáticas que até então não se constituíam objeto de interesse por parte dos pesquisadores começaram a apresentar-se como crescente foco de pesquisas. Dentre estas temáticas destaca-se a história da família, realizada na perspectiva da história demográfica e dos estudos estatísticos de natalidade, mortalidade, casamento, migração populacional, etc. O crescimento dos estudos sobre as famílias, seus hábitos, sua constituição entre outras questões jogou luz sobre seus integrantes, entre eles a criança. Estes sujeitos passaram então a ser objeto de atenção de diversos historiadores.

Um dos trabalhos mencionados por pesquisadores da história como ‘inaugurador’, ou, eu diria incentivador das pesquisas sobre a história da infância é de autoria de Philippe Ariès. A obra “**História Social da Criança e da Família**” (1979) contribuiu para colocar em evidência o cotidiano das crianças no interior das famílias. As polêmicas e críticas em torno da obra, as quais não pretendo abordar aqui, provocaram pesquisadores a se debruçarem sobre a questão da infância com maior ênfase e diversidade de direcionamentos.

Os trabalhos sobre a história da infância exigem a explicitação do que se entende por infância e por criança. Os termos infância e criança não são abordados neste trabalho como sinônimos, uma vez que se compreende por

criança o sujeito, o ser social constituído por seus direitos e necessidades. Infância é aqui entendida como uma construção social, marcada por critérios socialmente estipulados e que se refere a uma etapa de desenvolvimento da vida humana, na maioria das vezes, dividida por idades biológicas ou de desenvolvimento psicológico.

Como construção social, o termo infância refere-se a variações de crianças reunidas sob diversas características. Ainda assim, infância não se refere apenas a uma determinada faixa etária, mas a diversos outros fatores que constituem várias infâncias. Heywood (2004) aborda fatores importantes que contribuem para a apreensão da infância como construto social compreendido de forma diferenciada em cada sociedade, englobando diversos aspectos como classe social, gênero, etnia entre outros. Segundo o autor pode-se afirmar que a infância é integrada por sujeitos ativos e respondentes ao meio social inseridos.

O conceito de infância com o qual se opera neste trabalho dialoga com as considerações de Heywood (2004); Becchi (1994); Becchi e Julia (1998) e também de outros pesquisadores como Cynthia Greive Veiga (2004), Maria Cristina Soares de Gouvêa (2003), Moysés Kuhlmann (2000; 2004). Estes pesquisadores contribuem com a proposta desta pesquisa de pensar a infância enquanto construção social, compreendida como uma etapa da vida humana, estabelecida pelos sujeitos adultos com base em parâmetros diversos, como idade ou desenvolvimento psicológico entre outros. A compreensão da infância como construção social mostra a necessidade de debater esta etapa vivenciada pelas crianças em diferentes contextos sociais.

Fazer história da criança se diferencia de história da infância segundo a pesquisadora italiana Egle Becchi (1994, 1998), porque a primeira é pensada a partir de registros deixados pelas próprias crianças enquanto a segunda realiza-se pelos registros organizados e produzidos por outros sujeitos e que abordem a criança. Escrever uma história da infância “se trata de articular a generalidade dos parâmetros sociais que são usados para compreendê-la com a especificidade de cada infância” (BECCHI; JULIA, 1998, p.12).

As diferenciações apontadas por Becchi (1994, 1998) são discutíveis, pois vale lembrar que fazer história da criança e história da infância pode

depender da perspectiva do historiador. Assim como a infância é uma construção social de uma etapa da vida humana, fazer história da infância pode significar olhar a infância no tempo, valendo-se de documentos deixados por crianças ou por outros sujeitos. Da mesma maneira é possível fazer história da criança, utilizando registros de outras pessoas sobre determinada criança em específico.

Becchi e Julia (1998) apontam que a infância não apresenta linearidade ou continuidade. Dessa maneira, não é possível pensar que o trato destinado à infância dá-se de forma progressiva, como se determinadas práticas como o infanticídio, o abandono e outras formas de violência tivessem sido superadas com o passar do tempo e com a mudança paulatina das mentalidades. Isso vem corroborar a ideia que na história da infância não existe uma constatação de que o tempo seja fator determinante para que haja mudança em determinadas práticas e melhora das condições relativas às crianças, dando-lhes condições mais dignas de vida.

Outra questão em relação à história da infância para a qual Becchi e Julia (1998, pag. 10) também chamam atenção em relação ao trato da infância. Enquanto em alguns aspectos caminha-se a passos largos, em outras questões se avança pouco ou quase nada. As pesquisas realizadas apontam que, sobretudo a partir do século XIX, há uma maior atenção com as questões como pediatria, puericultura, a mortalidade infantil e os brinquedos infantis, e pouca ou quase nenhuma mudança é notada na que refere à religião, às correntes filosóficas e políticas de atendimento.

Com o objetivo de contribuir com a história da infância e das políticas de atendimento destinadas a ela, o foco de análise deste estudo é compreender quais elementos motivaram e sustentaram a necessidade de organização de uma escola maternal na capital paranaense no início do século XX e sobre quais bases esta Escola foi definida, defendida e organizada pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados*.

O recorte temporal proposto para a pesquisa é o período de 1928 a 1944. O ano de 1928 marca as discussões, a elaboração do regimento e a fundação da *Escola Maternal*, considerada, com base nas fontes analisadas, como a primeira escola maternal do Paraná. Para o recorte final indica-se o

ano de 1944 porque neste ano iniciou-se o processo de desvinculação entre a *Escola Maternal* e a *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. A instalação da *Escola Maternal* ocorreu como uma das ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Durante os anos propostos para o recorte temporal da pesquisa a Escola esteve vinculada administrativa e financeiramente à SSN e ao governo do Estado. Porém, em 1942 foi criada a LBA – Liga Brasileira de Assistência que a partir de 1944 iniciou sua parceria com a *Escola Maternal* com a doação de recursos financeiros. Antes da parceria com a LBA a *Escola Maternal* recebia subvenções fiscais do governo estadual, que na figura do inspetor de ensino visitava as instalações da instituição e aplicava os exames finais às alunas do Curso Doméstico. Não existiam nesse período intervenções do Estado na forma de condução dos trabalhos da *Escola Maternal*, enquanto que após a parceria com a LBA, a EM passou a receber normas de como atuar com as crianças, como deveriam ser os espaços, entre outras regulamentações que a LBA passava à todas as instituições no Brasil que recebiam seus recursos. Deste modo a *Escola Maternal* passou a ser direcionada mais pela LBA do que pela SSN, o que acarretou na desvinculação total da *Escola Maternal* e da Sociedade em 1956.

As fontes utilizadas na realização desse estudo encontram-se no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná — DEAP, Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, no acervo privado da Sociedade Socorro aos Necessitados e da *Escola Maternal*. Compõem o acervo de fontes: o regimento da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* aprovado em 1921; o regimento da *Escola Maternal* datado de 1928, os relatórios anuais da SSN no período de recorte e alguns relatórios anuais da *Escola Maternal* entre os anos 1929 a 1944. Outras fontes são: artigos de jornais, a legislação educacional do período e artigos de médicos e outros profissionais envolvidos com as questões da infância.

O trato das fontes empreendido nesta pesquisa baseia-se na

intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou

inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1996, p.547-548).

Deste modo, a seleção dos documentos é opção do historiador e se realiza pautada no direcionamento que se pretende para a pesquisa. A seleção e problematização das fontes permitem ao historiador formular suas hipóteses para o problema que lhe causa inquietação.

A hipótese que aqui se apresenta é que a *Escola Maternal* compôs um cenário de iniciativas pensadas para a infância pobre no início do século XX. Estas propostas se apresentavam como alternativas ao abandono da infância, o que poderia vir a se tornar um problema social e um perigo ao processo de modernização do país. As instituições organizadas com o propósito de amparar a infância atuavam de forma educativa, em duas modalidades diferentes: assistência e/ou escolarização. Uma das questões que conduz parte da discussão ao longo deste trabalho é em que medida estas ações estavam distantes ou próximas das instituições de atendimento à infância. Uma instituição assistencial poderia se configurar educativa até que ponto? O fato de não ser um espaço escolar isentaria a instituição das intenções de educar? A hipótese defendida é que não. E no caso das instituições escolares haveria assistência nas suas ações? Acredita-se que sim. Em linhas gerais um breve mapeamento de algumas ações e instituições de atendimento à infância em Curitiba no início do século XX, pode ilustrar parte desta afirmação.

No campo das instituições não escolares podemos destacar, entre outras, o *Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Luz*<sup>3</sup> e *Asilo do Cajuru*<sup>4</sup>, instituições que podem ser caracterizadas como assistenciais e que se

---

<sup>3</sup> Sobre esta instituição vale destacar os trabalhos de OUYAMA, 2006; TURINA, K.F. R.; SOUZA, G.; SANTOS, A. M. (2006), entre outros.

<sup>4</sup> Para fins de escrita neste trabalho as grafias dos nomes das instituições e as citações extraídas de publicações foram alteradas para a ortografia utilizada atualmente.

destinavam ao recolhimento de órfãos e desvalidados. O *Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Luz*, fundado em 1903, foi instalado em edificação com dois pavimentos para atender crianças abandonadas no piso térreo e mendigos no piso superior. E em 1904, foi inaugurado o *Asilo de Órfãos do Cajuru*, citado pela imprensa local como “um grandioso templo de caridade” (**A República**, 20 de junho de 1904) para o atendimento “daqueles infelizes entes que não encontrem no mundo onde posar a cabeça” (**A República**, 20 de junho de 1904). Ambos os asilos destinavam-se ao atendimento apenas de meninos.

A *Gota de Leite*<sup>5</sup>, fundada em 1913 em Curitiba, foi outra instituição que se destinou aos cuidados da infância. Pensada e organizada pelo médico Dr. Leal Ferreira a *Gota de Leite* tinha como objetivo pasteurizar o leite e diminuir a mortalidade infantil por disenterias. Nesse caso, a proposta não seria atender somente a infância pobre, e sim todos que procurassem a instituição, pois o leite pasteurizado seria ofertado às mães pobres gratuitamente, e também à quem pudesse pagar por ele.

Outra proposta direcionada à infância na capital paranaense no início do século XIX foi o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná* (IPAI). A filial do IPAI no Paraná foi fundada em Curitiba em 1905 pelo médico Dr. Candido de Leão<sup>6</sup>. Essa foi a primeira iniciativa para organizar no estado do Paraná uma instituição semelhante à que havia sido fundada anos antes na cidade do Rio de Janeiro, onde o médico Arthur Moncorvo Filho<sup>7</sup> criou o

---

<sup>5</sup> Esta instituição é mencionada na pesquisa de Ângela Lucia Ganz intitulada: **Vozes do diálogo mães e médicos na Curitiba de 1910 a 1935**. Dissertação de mestrado defendida em 1996 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, disponível na biblioteca de Humanas e Educação da Universidade.

<sup>6</sup> Antonio Candido de Leão, formado pela Academia de Medicina da Bahia em 1888, iniciou sua carreira como médico da colônia S. Matheus neste Estado. Montou na Serraria de S. Sebastião, a primeira fábrica de caixas desmontadas do Estado. Foi Diretor do Serviço Sanitário do Estado, em cujo cargo se aposentou. Instituidor da Sociedade Protetora da Infância. Tinha por especialidade o tratamento das crianças. Era natural da Bahia, onde nasceu a 12 de Fevereiro de 1861; filho do Conselheiro Desembargador Manoel Messias Lopes de Leão, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e de sua mulher Isabella de Leão. Faleceu há oito para nove anos. (citação extraída da Genealogia Paranaense, volume III, 1926, p. 290)

<sup>7</sup> Carlos Arthur Moncorvo Filho nasceu no dia 13 de setembro de 1871, na cidade do Rio de Janeiro. Viveu seus primeiros anos na Europa, onde seu pai estagiava nos serviços de Pediatria dos professores Bouchut e Roger. Graduou-se em 1897, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que, atualmente é uma das unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante o curso de graduação, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de

Instituto de Proteção à Infância em 24 de março de 1899, efetivamente instalado em 14 de julho de 1901. Segundo Moncorvo Filho, a finalidade de tal instituição voltava-se para proteger, na perspectiva higiênica, científica e social, as mães e as crianças pobres de todas as idades (MONCORVO FILHO apud SARTOR, 2000, p.145). Em Curitiba, a primeira iniciativa não prosperou e a segunda iniciativa de organização de uma filial do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Paraná consolidou-se em 8 de fevereiro de 1921, segundo seu estatuto, como a décima sétima filial do IPAI do Rio de Janeiro. Fundada pelo Dr. Euripedes Garcez do Nascimento tinha como objetivo ser “uma instituição de fins filantrópicos destinada a amparar e proteger a infância necessitada”. (INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO PARANÁ, 1921, p. 9).

Sobre as ações dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância pode-se destacar que em diversas práticas o IPAI do Paraná mirou-se na sua matriz, como por exemplo, a realização de Concursos de Robustez, sendo o primeiro realizado em Curitiba no ano de 1922. Segundo informa Moncorvo Filho, a iniciativa de realização dos Concursos de Robustez destinava-se a contribuir para a

diminuição da mortalidade infantil: era a emulação das mães para que elas próprias amamentassem seus filhos. O Instituto nomeava um júri de médicos, exigia a documentação necessária provando ser a genitora pobre, não ter a criança mais de um ano e haver sido alimentada exclusivamente por aquela, pelo menos até o 6º mês. (MONCORVO FILHO, 1927, p. 156).

O que está em voga nos Concursos de Robustez são o eugenismo e o ideário de raça adequado, proporcionando aos médicos atuar dentro da família na civilização da criança desde pequena e na higienização da família. Compreende-se que o termo eugenia utilizado por Moncorvo Filho refere-se aos preceitos de higienização e civilização do que propriamente ao branqueamento da raça. Para ele os concursos deveriam possibilitar aos médicos orientar e direcionar os hábitos da família e do futuro cidadão. O

---

Janeiro - instituição fundada por seu pai, em 1881. Antes de concluir a graduação, já havia escrito mais de dez textos científicos, publicados tanto em periódicos nacionais quanto estrangeiros. Com o falecimento de seu pai (1901) tornou-se diretor da Policlínica do Rio de Janeiro. Site da Sociedade Brasileira de Pediatria SBP. [http://www.sbp.com.br/show\\_item.cfm?id\\_categoria=74&id\\_detalhe=1274&tipo=D](http://www.sbp.com.br/show_item.cfm?id_categoria=74&id_detalhe=1274&tipo=D)

concurso realizado em Curitiba em 1922 estabeleceu que para participar não fosse exigida a amamentação exclusiva pela mãe, aceitando assim crianças amamentadas também por amas de leite. Os concursos de robustez realizados no Brasil estavam relacionados à questão do leite e os problemas decorrentes de seu uso, à função da mulher-mãe nos cuidados com o lar e as crianças e à concepção que julgava as mães pobres como desprovidas de noções de higiene.

O júri avaliador do Concurso no Paraná seria composto por médicos, juristas, políticos e damas da sociedade com o objetivo de "... avaliar o grau de desenvolvimento físico e intelectual, das crianças desta capital...". Os critérios de avaliação da comissão julgadora do concurso foram "... dados que lhe permitissem fazer um julgamento rigoroso..." observando "... peso, altura, idade, passado mórbido, gênero de alimentação, terreno hereditário, estado atual, dentição, ablação e o físico..." além do "... exame de porcentagem hemoglobina (Escala de Talquist)". (**O Diário da Tarde**, 09 de fevereiro de 1922).

As práticas de assistência à infância que foram observadas no Paraná convergiam com o discurso científico do início do século XX de salvar o cidadão pela higienização e promover a civilização pela educação. A pobreza foi considerada como doença que necessitava de saneamento e prevenção. Soma-se a essa visão sobre a pobreza o problema visto na miscigenação da raça. Médicos, juristas entre outros profissionais discutiam se nós "teríamos sido condenados, pelo nosso estoque racial e pelo clima tropical da pátria, à eterna inferioridade e improdutividade" (HOCHMAN, G. e LIMA, N. 1996, p.23). Com base na argumentação de Hochman e Lima (1996) se por um lado parte do discurso científico condenava o país ao atraso no processo de modernização devido à miscigenação e os problemas ocasionados por ela, por outro lado, a medicina seria capaz de absolver o cidadão brasileiro que fosse bem tratado, higienizado e civilizado.

As instituições de assistência à infância de Curitiba do início do século XX, se configuraram numa proposta de intervenção social que visava educar desde cedo os cidadãos. A base dos ensinamentos transmitidos nestas

instituições de cuidado basicamente com o corpo e sua higiene encontrava-se na ciência e no discurso médico.

Neste trabalho busca-se problematizar as ações de assistência e escolarização da infância na *Escola Maternal*, e quais propostas educacionais estão presentes nestas ações.

A *Escola Maternal* foi organizada em 1928 por iniciativa da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* em parceria com o governo do Estado do Paraná. A *Escola* foi instalada em um dos edifícios da SSN destinados ao recolhimento de mendigos e necessitados. A E.M. funcionava das 7 horas às 19 horas, de segunda a sábado, com o objetivo de ministrar cuidados maternos e escolares aos filhos de mães pobres que precisavam trabalhar. Maiores detalhes sobre estas questões estão no segundo capítulo.

Para elaborar o regimento, organizar e dirigir a *Escola Maternal*, o governo do Estado nomeou a professora normalista Annette Macedo<sup>8</sup>. Os relatórios da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* apontam que a *Escola Maternal* na perspectiva da instituição organizadora era uma ação de assistência. O projeto de organização da E.M. representou para a SSN uma de suas iniciativas mais importantes sob o argumento da prevenção aos problemas que se apresentavam no início do século XX na cidade de Curitiba; a vadiagem e a mendicância. Os membros fundadores e diretores da Sociedade argumentavam que as crianças educadas e instruídas desde a tenra idade se tornariam adultos saudáveis e trabalhadores, evitando assim a vadiagem pelas ruas, a mendicância e por conseqüência da ociosidade em que se encontravam: a criminalidade. A proposta da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* era recolher mendigos e necessitados visando o saneamento da cidade. Entre as iniciativas da SSN para acabar com a mendicância nas ruas de Curitiba a organização da *Escola Maternal* representou a possibilidade de

---

<sup>8</sup> Annette Clotilde Portugal de Macedo nasceu em Curitiba, em 03/12/1894. Filha de Clotilde Portugal de Macedo e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Foi aluna da Escola Americana. Em 1908 matriculou-se na Escola Normal terminando o curso em 1912. Trabalhou na Escola mista do Retiro Saudoso e de 1916 a 1918, auxiliou seu pai na cadeira de Pedagogia da Escola Normal. Dirigiu e organizou a primeira Escola de Prática Pedagógica do Paraná. Em 1918, foi diretora do Grupo Escolar Rio Branco. Lecionou na Escola Normal as disciplinas de Sociologia, Didática e Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino, Higiene, Agronomia. Aposentou-se em 1950. (MACEDO, 1952, p. 257, 258 e 259).

recolher as crianças que perambulavam pelas ruas enquanto as mães trabalhavam.

Se para a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* a *Escola Maternal* representou uma de suas ações de assistência, para a professora Annette Macedo a *Escola Maternal* se configurou numa proposta de escolarização da infância, com ênfase nos conteúdos formais das primeiras letras, no cálculo, no uso das lições de coisas entre outros elementos.

O regimento da *Escola Maternal* que Annette Macedo elaborou subordinava a instituição às autoridades de ensino público do Estado e determinava que casos omissos no regimento fossem resolvidos pelas disposições do Código do Ensino e pela decisão do Diretor Geral do Ensino Público. O regimento também garantia a autonomia da diretora da *Escola Maternal*, determinando que esta se dirigisse diretamente as autoridades de Ensino Público. Porém, a proposta que Annette Macedo formulou não foi aprovada pela diretoria da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. O constrangimento e a divergência se estabeleceram. A *Sociedade* votou pela alteração do Regimento determinando que a diretora se dirigisse primeiro a diretoria da SSN antes de remeter-se às autoridades de Ensino Público. As emendas também retiraram a autonomia da diretora e determinaram em regimento que qualquer decisão que fosse tomada pelas autoridades de Ensino Público em relação à *Escola Maternal* deveria ser aprovada pela diretoria da *Sociedade*. Annette Macedo, sentindo-se tolhida em suas funções de educadora enviou ofício solicitando afastamento da direção da *Escola Maternal* no início de janeiro de 1929. Seu pai, Francisco Macedo<sup>9</sup>, que durante o processo de negociação com o governo do Estado estava na presidência da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, também solicitou afastamento da

---

<sup>9</sup> Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo nasceu em Campo Largo, Paraná, em 05 de julho de 1872, filho de João Ribeiro de Macedo e Ana Maria de Azevedo Macedo. Fez curso fundamental no Colégio "Parthenon Paranaense", em Curitiba, e o preparatório no Ginásio Paranaense. Cursou Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, onde obteve o grau de bacharel. Fundou e dirigiu em 1894, o Instituto Curitibano. Exerceu diversos cargos públicos: Procurador Geral da Justiça, de 1898 a 1901, Diretor Geral da Instrução Pública, de 1913 a 1915, Deputado Estadual (1908-1909, 1920-1921 e 1922-1923). Foi professor de Português na Escola Normal e no Ginásio Paranaense, Fundador do Centro de Letras do Paraná. Catedrático de Economia Política e Finanças da Faculdade de direito da Universidade do Paraná e desembargador junto ao Tribunal de Justiça do Estado. Faleceu em 12 de maio de 1955. (VARGAS, T. 2001, pag. 20).

instituição em uma reunião do Conselho Deliberativo, alegando que a diretoria deveria deixar o pedagógico a quem entende do pedagógico, e que estas alterações retiravam o caráter educativo da Escola.

Estes aspectos permitem afirmar que as diferenças de perspectiva em relação às finalidades da *Escola Maternal* configuram-se como elementos determinantes para a condução das ações da instituição. Para a Sociedade bastaria recolher, abrigar e alimentar as crianças para que não permanecessem no espaço público, na mesma lógica dos tratamentos dispensados aos mendigos. Para a Annette Macedo a E.M. poderia mais, deveria prevenir o problema futuro da mendicância. Percebe-se que para a professora, o simples recolhimento não garantiria que a criança não estivesse na rua mendigando. Porém, cabe avaliar em que medida as propostas educacionais das duas perspectivas convergiam ou divergiam, ou seja, que tipo de educação se pretendia para aquelas crianças.

A estrutura do trabalho para a discussão das questões propostas é a seguinte: no primeiro capítulo esboça-se o cenário da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* buscando compreender as propostas de intervenção social, entre elas a fundação da *Escola Maternal*, e a ideia de assistência que circulava no período. A questão da modernização da cidade e suas conseqüências como, por exemplo, o problema da mendicância, são debatidas nesse capítulo com o propósito de buscar os elementos motivadores para a organização de uma instituição destinada a assistir e escolarizar a infância pobre.

No segundo capítulo o foco de problematização são as especificidades da *Escola Maternal* da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, buscando compreender: as motivações de sua fundação; o contexto de práticas de atendimento no qual se insere; as bases para a elaboração do regimento e as práticas que visavam educar a criança e em quais perspectivas.

No terceiro capítulo a discussão direciona-se para o tripé que sustenta a proposta da *Escola Maternal*: puericultura, moral e trabalho. Estes três elementos se constituíram como a base para as ações da creche; do jardim e do Curso Doméstico. Importante destacar que neste capítulo a proposta de abordagem não se restringe apenas a apontar os três elementos nas práticas

da instituição, mas sim observar as relações destes com as justificativas que fundamentaram a organização da *Escola Maternal*. Deste modo, entende-se que a puericultura, a moral e o trabalho eram três componentes importantes para a formação do cidadão sadio, honesto e trabalhador (entende-se comprometido com a ordem social e econômica).

Nesta estrutura de texto “o objetivo é discutir ações, saberes e sujeitos como elementos que possam vir a dar inteligibilidade a essas relações, elegendo-se para isso”, neste caso, a *Escola Maternal* (VEIGA, 2004, p. 35).

## 1 A SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS

Compreender as justificativas para a organização de uma instituição destinada ao atendimento educacional para crianças pequenas na cidade de Curitiba no início do século XX implica analisar o contexto de inserção desta iniciativa. A primeira escola maternal organizada na cidade de Curitiba compõe o leque de iniciativas da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*<sup>10</sup> (SSN), instituição fundada em setembro de 1921 e que será abordada neste capítulo. Discutir a perspectiva de organização da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, suas práticas de atuação e as decorrências destas ações no contexto curitibano tem como intento apreender as questões que motivaram a Sociedade a inaugurar a *Escola Maternal* no ano de 1928. Neste capítulo busca-se analisar os princípios que fundamentaram a proposta de fundação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* por compreender a estreita relação entre o contexto de organização e atuação da Sociedade e a organização e instalação da *Escola Maternal*.

Serão analisados os preceitos que embasaram a justificativa de organizar a *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, bem como seus objetivos e propósitos. Recorrendo à caridade dos cidadãos curitibanos os organizadores da SSN objetivaram auxiliar e recolher pobres e mendigos, “corrigir” os alcoólatras e salvar as crianças dos males sociais (a mendicância e o alcoolismo). O tripé que sustentou esta iniciativa, entendida aqui como uma política de atendimento aos pobres na cidade de Curitiba no século XIX, foi a ordem pública, a moralização e o trabalho.

---

<sup>10</sup> A Sociedade de Socorro aos Necessitados, atualmente nomeada somente Socorro aos Necessitados, funciona até os dias atuais atendendo idosos internados no Lar de Idosos Recanto do Tarumã, e crianças em duas iniciativas: a Creche Meu Pequeno Reino e a Escola Maternal Annete Macedo.

## 1.1 A “BELA” CAPITAL

Os constantes e insistentes apelos à caridade do povo curitibano com a finalidade de obter donativos para sanar problemas sociais, provoca pensar o quanto realmente Curitiba era um espaço urbano ‘sadio’, ‘animado’, ‘belo’, ‘encantador’ entre tantas expressões elogiosas que circulavam nos jornais da capital. O debate constante sobre o problema da mendicância e da vadiagem pelas ruas da cidade remete a uma Curitiba diferente, que diverge do discurso de cidade encantadora. Considerando os artigos dos jornais, é possível afirmar que o recolhimento dos mendigos e a eliminação da vadiagem pelas ruas da capital seria a condição para que Curitiba fosse ‘sadia’, ‘animada’, ‘linda’ e ‘encantadora’. O próprio discurso que circulava nos jornais demonstra que a capital enfrentava os mesmos problemas de tantas outras capitais brasileiras no início do século XX.

Nos artigos de jornais e em relatórios da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* as referências feitas à Curitiba estavam sempre relacionadas aos cidadãos, estabelecendo uma relação entre a cidade e seus cidadãos. Se o cidadão fosse caridoso, bondoso, trabalhador, honrado e higiênico, logo a cidade também seria bela, limpa, organizada e saudável. A cidade representava seu povo, e vice-versa. O apelo à moral e à caridade da população estava estreitamente relacionado com a forma de progresso que ocorreria na cidade.

Li algures que não há povo mais dadivoso do que o nosso. Dá as mãos cheias, mas não sabe dar. Era isso realmente o que estava acontecendo aqui em Curitiba com a avalanche sempre crescente de mendigos a perambular em dias luminosos pelas nossas ruas, em frisante contraste com o aspecto sadio e animado da nossa linda capital (**COMÉRCIO DO PARANÁ**, 08 de novembro de 1921).

Era preciso educar a população para as ações de assistência, afinal o curitibano era um cidadão de boas intenções, mas não tinha a informação correta de como ser caridoso de forma eficaz. A imprensa de certa forma responsabilizava a população pelo enxame de pedintes e vadios que circulavam pelas ruas, afinal se o povo doa haverá sempre alguém para pedir. Os curitibanos precisavam ser educados para saber doar e saber receber a

dádiva da caridade. Nesse processo a imprensa propagandeava e legitimava os discursos em relação à cidade.

As intensas transformações urbanas ocorridas em Curitiba no final do século XIX e início do século XX exigiam novas posturas por parte da população. As descobertas científicas, o avanço da industrialização, o fortalecimento do capitalismo, e no caso do Brasil a intensa imigração, podem ser apontadas como contribuições para as alterações do modo de vida das populações.

Essas transformações eram mencionadas na época pelos jornais e pelos intelectuais do período como um processo de modernização da cidade, no sentido de algo recente, novo na época, considerando que

moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas, que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativas no começo do século XX, chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p.15).

Em relação às mudanças urbanísticas na capital paranaense destacam-se os primeiros bondes puxados por cavalos, que começaram a circular em Curitiba em 1887, ligando o bairro do Batel às proximidades do Passeio Público<sup>11</sup>. Cinco anos depois, em 1892, o industrial Joseph Hauer, imigrante alemão, instalou a luz elétrica em Curitiba<sup>12</sup>. Em 1913 foi o ano da inauguração do serviço de bondes elétricos, que conviveram por algum tempo com os veículos de tração animal<sup>13</sup>.

A capital paranaense se desenvolvia urbanisticamente e com as mudanças nos espaços públicos da cidade havia também a necessidade de alteração nos hábitos da população que deveria se adequar à modernização. Conforme destacou Benvenuto (2004, p.15) “fatores como a economia da erva mate e o movimento migratório impuseram uma nova dinâmica” à cidade de Curitiba.

---

<sup>11</sup> Informação disponível on-line em: <http://usuarios.lycos.es/EmidioGarde/eletricos/bondcb.htm>

<sup>12</sup> Informação disponível on-line em: [http://www.redeceape.org/index.php?pag=conteudo&id\\_conteudo=85&idmenu=39&hauer](http://www.redeceape.org/index.php?pag=conteudo&id_conteudo=85&idmenu=39&hauer)

<sup>13</sup> Informação disponível on-line em: <http://www.museudantu.org.br/QParana.htm>

A população de Curitiba triplicou em menos de vinte anos, conforme o primeiro censo realizado no Brasil em 1890 a população de Curitiba era de aproximadamente 24.553 habitantes, no censo seguinte realizado em 1900 a população aumentou para 50.124 habitantes chegando a 78.986 habitantes em 1920<sup>14</sup>.

Na página seguinte encontra-se uma fotografia da cidade de Curitiba em 1900.



Ilustração 1 - Curitiba em 1900. Autor: Adolpho Volk. domínio público.<sup>15</sup>

O trabalho de Maria Ignês Mancini De Boni (1985) é de grande contribuição na problematização das questões da vigilância e da punição na capital paranaense no final do século XIX e início do século XX. A autora relata que a economia paranaense tinha sua base principal na exportação da erva mate até a segunda metade do século XX. Posteriormente, como ocorreu em outras regiões brasileiras, o café começou a ter participação maior nas exportações do estado. A cidade de Curitiba, em 1890, já possuía fábricas de vinhos, licores, chapéus, móveis, calçados e outros artefatos. Conseqüentemente, com o processo de modernização econômica e industrial a cidade de Curitiba também já conhecia diversos movimentos decorrentes deste processo, anarquismo, socialismo, greves trabalhistas, levas de desempregados circulando pela cidade entre outras questões de ordem social.

<sup>14</sup> Informação disponível on-line em: [http://www.ibge.gov.br/series\\_estatisticas/](http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/)

<sup>15</sup> Fotografia disponível on-line em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Curitiba-view.jpg>

A modernização da cidade poderia se configurar também como desencadeadora de problemas sociais. Grandes contingentes de desempregados, escravos libertos pela Lei Áurea sem quaisquer condições digna de subsistência, movimentos de trabalhadores, intensificação do movimento de imigração, ocasionavam diversos problemas sociais, como hábitos de vida considerados desregrados e não adequados ao processo de civilização e modernização.

Neste espaço em constante transformação e crescimento acentuado, algumas questões compunham importante pauta nas discussões de políticos, engenheiros, médicos, entre outros: a salubridade; a higiene e o crescimento ordenado da cidade.

A falta de salubridade e de higiene se configurava como entrave no projeto de civilizar e modernizar Curitiba. Modernizar e civilizar significava higienizar, “ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos” (DE BONI, 1985, p.30).

Visando hierarquizar o uso dos espaços em Curitiba o poder público regulamentou em 1905, através do Código de Posturas, que no centro da cidade não poderiam ser construídas casas de madeiras, visando a divisão dos locais de moradia conforme a classe social<sup>16</sup>. Seriam permitidas na região do centro de Curitiba somente construções de alvenaria, o que visava elitizar o espaço central da capital, uma vez que o Paraná era um grande produtor de madeira e esta, portanto, era de valor mais acessível. Já a alvenaria além de muito mais cara também não contava com mão de obra qualificada e abundante na cidade (BOSCHILIA *et al.*, 2000, p.6). Essa iniciativa tinha por objetivo segregar às margens da cidade os menos favorecidos e criar espaços destinados a determinadas parcelas da população: as que possuíam condições financeiras de construir uma edificação em alvenaria. Nessa tentativa de ordenar os espaços da cidade, era de se esperar que se desejasse retirar de determinados lugares os pobres e desfavorecidos.

De Boni (1985) destaca que a questão da perambulação e da mendicância em alguns casos era vista como crime, ou como um caminho para

---

<sup>16</sup> Código de Posturas de Curitiba de 1905. Informação disponível on-line em: [http://www.casadamemoria.org.br/index\\_historiadecuritiba.html](http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html)

o crime, deste modo, era preciso intervir na questão da população que perambulava vadia pelas ruas.

O número de mendigos e desocupados que crescia a olhos vistos apresentava-se como um dos obstáculos ao projeto de modernização, civilização e progresso da cidade, necessitando de intervenção na resolução deste obstáculo. Urgia a necessidade de propostas e instituições que assumissem a função de promover e disseminar as novas normas de civilidade para aqueles que se mostrassem não adaptados aos padrões de conduta desejáveis à época, bem como a instalação de instituições que educassem estes sujeitos tornando-os dóceis e adaptados às normas e regras. Porém, qual teria sido a efetividade destas propostas?

Os sujeitos que ainda não estivessem adaptados às normas de civilidade e vivessem a perambular pela cidade deveriam ser recolhidos em instituições específicas para que não permanecessem às vistas da população “pedintes, indivíduos de toda a casta, que licita ou ilicitamente esmolavam a caridade pública impressionando mal a sociedade” (**O Diário da Tarde**, 03 de novembro de 1921).

A proposta de criação de instituições de recolhimento de pobres e mendigos tinha como referência iniciativas estrangeiras algumas vezes mencionadas nos jornais regionais. As autoridades locais visualizavam inserir o estado do Paraná em consonância às tendências em assistência em circulação na Europa e em outros estados brasileiros. Porém, as mesmas autoridades que vislumbravam o propósito de progresso e desenvolvimento para o estado tomando como referência as idéias e propostas de proveniência européia, avaliavam que tal intuito estava longe de ser alcançado em terras paranaenses.

(...) Nós, que vivemos a copiar tudo quanto se faz na Europa, neste ponto esquecemos as lições dos modelos. Ainda agora lemos que são fabulosas as somas que o orçamento alemão consigna para socorrer os pobres da cidade de Berlim, orçamento este discutido e aceito pelos intendentess e vereadores da capital do Império (**O DIÁRIO DA TARDE**, 30 de março de 1904).

As experiências européias mencionadas no artigo remetem à ideia de circulação de modelos, e demonstra que os sujeitos proponentes destas

instituições buscavam se mostrar atualizados e conhecedores de iniciativas que apresentavam resultados eficazes.

Engajados em difundir ideais de boa conduta moral, física e higiênica, diversos intelectuais brasileiros, como médicos, juristas, engenheiros, jornalistas, literatos, entre outros, organizavam formas de intervenção e controle de maior ou menor abrangência, seja com a formulação de leis, com a criação de instituições de intervenção, prevenção e controle, ou com a divulgação e circulação dessas ideais por meio de impressos (literatura, jornais, folhetins, periódicos, etc.).

A organização da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* se apresentou como de interesse comum, tanto ao Estado, quanto às camadas mais favorecidas e também às camadas menos favorecidas. Deste modo, as ações da instituição direcionavam a combater a vadiagem pela cidade e educar os cidadãos curitibanos para uma nova sensibilidade urbana. Era necessário inculcar hábitos saudáveis fisicamente e moralmente formando cidadãos interessados na vida da cidade e não apenas na sua vida individual, como sujeito isolado no processo de modernização. O tipo de educação que se pretendia se direcionou para os valores da classe média.

O uso da caridade como apelo moral, a justificativa higiênica para a ordenação dos espaços e os discursos sobre como ser pobre humildemente tinham como objetivo assemelhar todos os sujeitos. Estas iniciativas buscavam convencer o pobre que receber a dádiva da caridade pelas mãos dos membros da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* e não da população diretamente era a como se assemelhar aos sujeitos nobres e dignos de classe média. A conduta moral e social da classe média estava à disposição do pobre, que deveria aceitá-la e agir de modo semelhante, resignado e bem comportado.

Este processo de educar para novas posturas socialmente valorizadas parece encontrar adeptos em todas as esferas, Estado, população favorecida e desfavorecida. O Estado tinha interesses em garantir sua função social de socorro aos pobres. A população mais favorecida, de classe média, poderia contribuir caridosamente com a instituição de forma correta, como lhe foi ensinado, e garantir assim a salvação da sua alma e a prevenção da criminalidade que poderia lhe afetar. A população desfavorecida talvez visse

nessa nova postura a oportunidade de assemelhar senão financeiramente, mas moralmente dos cidadãos de classes mais favorecidas.

No Brasil, o projeto político da classe dominante – com base na ideologia liberal – vê na manutenção da paz e preservação da ordem elementos indispensáveis para se atingir o objetivo último do Progresso, e legitima a existência de um órgão supervisor encarregado de controlar os comportamentos inadequados à idéia de Civilização. Curitiba, no período estudado insere-se nesta conjuntura de redefinição liberal da ordem pública, donde emerge um novo paradigma de subordinação e disciplina social (DE BONI, 1985, p.65).

A manutenção da paz e preservação da ordem citados pela autora legitimam não só a existência de um órgão supervisor, entendido no caso como o Estado, e controlador, a polícia, mas também legitima a existência de iniciativas privadas de controle e educação da população como a *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, por exemplo. A existência dos problemas sociais da cidade justifica a existência de tal instituição de assistência.

Os sujeitos engajados na proposta de educar a todos, com um discurso moral que na verdade se configurava como de fundo político, acreditavam ser esta a maneira adequada de enfrentar os problemas que se apresentavam na época. Para os problemas de insalubridade, epidemias, falta de infraestrutura sanitária e higiênica, insuficiência de moradias entre outras questões,

foram procuradas soluções condizentes com o projeto da classe dominante, e as aplicações dos remédios às crises enfrentadas, puseram em evidencia contradições e conflitos vividos pela sociedade” (DE BONI, 1985, p.52).

Os conflitos apontados pela autora referem-se principalmente aos discursos sobre a cidade de Curitiba e o contraste da realidade da cidade.

A intervenção social da SSN baseou-se na argumentação sobre o problema da mendicância, na importância da caridade e na necessidade de salvação dos necessitados para atingir o objetivo de “curar” a sociedade dos males morais e sociais.

## 1.2 CARIDADE E FILANTROPIA

Caridade e filantropia são termos constantemente presentes quando se discute assistência, e caracterizar instituições como caritativas ou filantrópicas demanda maior reflexão sobre o que significa esta divisão.

A caridade pode ser considerada um sentimento ou uma ação altruísta de ajuda ao próximo, sem a pretensão de qualquer tipo de recompensa. Pode ter como sinônimos o amor ao próximo; bondade; benevolência; compaixão ou esmola. Ou pode ainda ser considerada da perspectiva religiosa, como uma das sete virtudes cristãs. A filantropia, muitas vezes, pode ser considerada como uma ação de auxílio, o ato de ajudar ao próximo, como um sinônimo da palavra caridade. Ao longo dos tempos, ambos os termos assumiram perspectivas distintas e passaram por remodelações, transformações e reconfigurações, assumindo diversas propostas de contexto.

Alguns pesquisadores afirmam haver diferenciações entre práticas de caridade ou caritativas e práticas de filantropia ou filantrópicas. Ao analisar determinado conjunto de fontes e contexto específicos, estes autores afirmam que a passagem do século XIX para o século XX marcou profundamente as práticas de assistência, desencadeando transformações nas instituições caritativas e filantrópicas. As diferenciações observadas nas práticas de atendimento configuram-se como características de uma ou outra prática, e determinam o enquadramento das instituições em categorias de análise distintas, a ponto de denominações como; *século da filantropia* ou *século da caridade*, circularem constantemente em estudos sobre a assistência.

Entre os pesquisadores que discutem os aspectos e diferenciações das práticas caritativas e filantrópicas pode-se mencionar Maria Luiza Marcílio que se dedica especificamente aos estudos sobre a história da assistência à infância no contexto brasileiro. A autora destaca em um de seus principais trabalhos alguns aspectos que contribuíram para as transformações no campo da assistência e configuraram a fase filantrópica (que compreende aos meados do século XIX e meados do século XX).

Segundo Marcílio (2006, p. 201)

as instituições coloniais não atendiam mais às novas realidades e exigências do Brasil da segunda metade do século XIX. Urgia a implantação de novos sistemas, a ampliação do assistencialismo e substantivação de projetos renovadores.

As instituições coloniais que a autora menciona são iniciativas ligadas à igreja católica, como por exemplo, as casas de misericórdia entre outras.

A filantropia, segundo Marcílio, surgia como proposta de renovação das práticas caritativas de cunho religioso, que tinham por objetivo salvar a alma de quem a praticava, cedendo lugar às propostas laicas, fundamentadas em preceitos científicos e que apresentavam certa organização administrativa, legislativa e política; instituindo diretorias, comissões, regimentos e estatutos, aspectos que até então não estavam presentes em instituições de caridade. A base científica que sustentava as propostas filantrópicas, a institucionalização das práticas de assistência e a laicização das instituições - que deixam de ser exclusivamente de caráter religioso, são as três principais características de diferenciação entre filantropia e caridade, no ponto de vista de Marcílio (2006).

Somam-se a estes três aspectos, outros dois apontamentos importantes apresentados pela autora: as propostas filantrópicas tinham como objetivo garantir a manutenção da ordem social, já que “a filantropia atraía as elites, pois acreditava que ela permitiria exercer um melhor controle sobre a sociedade (...)” (MARCÍLIO, 2006, p.206); e a participação do Estado nas ações de assistência à infância na fase filantrópica. Para a autora com o Código de Menores de 1927 “o Estado dava seus primeiros passos na direção da proteção à infância desvalida” (MARCÍLIO, 2006, p. 221).

A discussão realizada por Marcílio no campo da assistência à infância reflete discussões da área da assistência aos desvalidos em geral, que também trabalha com a perspectiva de mudança e categorização das instituições como de caridade ou de filantropia, dividindo-as com bases em argumentos como os apresentados aqui. Inicialmente a proposta de análise da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* foi pensada com base nas argumentações de Marcílio, com o decorrer da pesquisa percebeu-se não ser possível categorizar a SSN como instituição filantrópica ou caritativa. Primeiro por compreender que os riscos de categorizar a instituição em uma ou outra

perspectiva e incorrer em análises superficiais e ‘amarradas’ a conceitos multifacetados, como por exemplo, o termo caridade. Em segundo lugar, alguns aspectos apontados nas análises sobre instituições caritativas ou instituições filantrópicas não se apresentam nas ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, ou apresentam-se em conjunto, pois é possível observar tanto aspectos caritativos como filantrópicos.

Por este motivo, caridade e filantropia, “ao serem adotadas como categorias que pretendam explicar as transformações e confrontos ocorridos nas políticas assistenciais durante o século XIX, esses conceitos perdem sua historicidade” (KUHLMANN Jr., 2004, p.60). Ao invés de discutir se a instituição foi caritativa ou filantrópica e enquadrá-la em categorias que não auxiliam na compreensão do lugar social que esta ocupou no período, este trabalho direciona-se para os embates; as ações de assistência da instituição; seus confrontos e repercussões e formas de atendimento, pois

a história da assistência representa juntamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar para a prestação de serviços. (KUHLMANN Jr., 2004, p.60).

A organização da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* repercutiu nos jornais da capital ora como uma iniciativa filantrópica ora como caritativa. Os membros da sociedade são mencionados como senhores filantropos, caridosos, bondosos, benevolentes, fautores, benfeitores, todos estes termos são tomados como sinônimos no período analisado. Assim como instituição caritativa, de caridade, filantrópica também eram abordadas na época como sinônimas. Do mesmo modo que nos jornais e relatórios do período a Sociedade é mencionada como uma instituição caritativa e filantrópica, no decorrer deste trabalho também se assume esta perspectiva.

A opção de análise adotada nesta pesquisa, ao invés de valer-se dos conceitos de instituições caritativas ou filantrópicas, busca no conceito da ‘assistência científica’, debatida por Kuhlmann Jr. (2004), a contribuição para compreender as formas de atuação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*.

O primeiro aspecto da *assistência científica* segundo Kuhlmann Jr. (2004, p.65)

é que o conjunto das medidas preconizadas se apresentava não como direito do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrassem mais subservientes, segmentando a pobreza, procurando dificultar seu acesso aos bens sociais. A sua função, de acordo com essa visão preconceituosa, seria disciplinar os pobres e trabalhadores.

O aspecto mencionado acima pode ser observado nas ações de assistência da Sociedade que eram realizadas

levantando o moral dos seus pobres e dos seus doentes: animando, encorajando, procurando infiltrar no seu espírito a fé e a esperança em melhores dias, aconselhando e convencendo a trabalhar, aos que ainda o podem fazer. (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1922, p. 01).

As ações de assistência da SSN não se restringiam em recolher ou abrigar os necessitados e ofertar-lhes roupas, calçados, remédios e alimentos. Envolveria conselhos, orientações, direcionamentos de conduta dos sujeitos acolhidos.

O principal objetivo era inculcar aspectos morais de submissão e resignação à condição de auxiliado. Durante as visitas os pobres recebiam conselhos de ordem moral e higiênica por parte dos membros da instituição. Todos os recolhidos tinham seus nomes fossem divulgados em relatórios da instituição, que normalmente eram publicados em jornais.

Nos relatórios da Sociedade constam informações das periódicas visitas realizadas pelos membros aos pobres recolhidos nas casas alugadas e mantidas pela instituição. As visitas se destinavam a observar se os abrigados estavam bem amparados fisicamente e se não estavam novamente mendigando pelas ruas. Afinal, segundo discurso da diretoria da Sociedade: "Curitiba apresenta este aspecto confortador e belo, não tanto pela ausência dos pedintes, mas pela certeza, que está na consciência de todos, de que ninguém precisa pedir!" (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 2). Mendigar não deveria ser uma alternativa, e o discurso acima dos membros da Sociedade corroboram a ideia de que os pobres entenderam a regra: não pedir nas ruas. Nos relatórios da Sociedade os membros

ressaltavam que sempre auxiliavam a todos que os procuravam, numa demonstração que o sujeito deveria ter de pedir no lugar certo, a SSN.

No caso das vilas erguidas pela SSN (Herculano Souza e Manoel Quadros) com a finalidade de recolher todos os mendigos no mesmo espaço pode-se afirmar que o controle era rigoroso, conforme consta nos relatórios. As vilas possuíam regulamentos que deveriam ser seguidos sob penalidade de expulsão. As ações da Sociedade permitiam controle da população que se aceitava na condição de necessitado e agradecia ter a oportunidade de usufruir de tais 'benefícios' ofertados.

Os discursos em torno da caridade eram formulados com o objetivo de mobilizar na população carente certa receptividade, pretendo que as formas de assistência não fossem questionadas. Pretendia-se que a assistência realizada fosse vista como a maneira mais digna moralmente de sobreviver. A intenção era de que os pobres internalizassem que as práticas de caridade eram um favor e não uma forma de controle e manutenção social.

A caridade se constituída um dos aspectos da nobreza do caráter de um homem e recebê-la ou realizá-la implicava na compreensão deste fato. A caridade não abandona completamente os princípios religiosos em geral de fazer o bem, mas se fortalece com o discurso filosófico sobre o ato caridoso.

O jornal **O Dia** publicou em outubro de 1925 um artigo intitulado 'A Caridade!', do Dr. Niepce da Silva, no qual o autor ao discorrer sobre a caridade destacou que "os livros, não a ensinam, os pintores não a debuxam, os sacerdotes não a divulgam, tal como ela é, de fato, na sua lógica incomparável, na sua estrutura íntima, na sua composição do tecido ético" (**O Dia**, 13 de outubro de 1925). Deste modo, a caridade era considerada não apenas um sentimento humano, mas também um traço do caráter, uma postura moral, uma característica capaz de diferenciar 'bons' e 'maus' homens.

No mesmo artigo Dr. Niepce destacou que esta

verdadeira filantropia não se inculca a ninguém, não se propaga como qualquer outro princípio de aspecto social, político ou religioso. Ela brota espontaneamente das profundidades das nossas almas purificadas no crisol da boa educação, desenvolve-se como as flores sadias e olorosas nos jardins bem cuidados (**O DIA**, 13 de outubro de 1925).

Riqueza e pobreza eram consideradas complementares, como o bem e o mal, uma não existiria sem a outra. Era preciso que existisse o pobre, que existisse aquele que mostrasse ao rico a felicidade de não precisar de auxílio, e sim, de poder auxiliar. Era preciso que existisse aquele que recebesse a dádiva da ajuda. A infelicidade da pobreza era necessária à felicidade do rico por ordem divina.

Quem dá aos pobres empresta a Deus... (...) Ao lado da 'riqueza' colocou Deus no mundo a 'pobreza'; ambas se bem que diversas em aspectos sociais e materiais se completam todavia, sob o ponto de vista moral ou psicológico, porquanto uma é o complemento da outra. Não haveria felicidade bem gozada e bem compreendida se para contrastá-la não houvesse ao seu lado o infortúnio. Assim são a 'riqueza' e a 'pobreza', a 'saúde' e a 'moléstia', a 'ventura' e a 'desventura' nos seus multiformes aspectos de faustos ou misérias sociais. (**COMÉRCIO DO PARANÁ**, 05 de novembro de 1921).

A compreensão, por parte do pobre, de que o caminho mais nobre e saudável para toda sociedade está na ação caritativo-filantrópica fazia com que a ação filantrópica se apresentasse como garantia da organização social no presente e principalmente no futuro. Esta era a compreensão dos bons resultados da ação filantrópica, pois

pode-se e deve-se, de fato, no estado de evolução em que estamos, fazer muita coisa, preparando o terreno para o advento de uma organização ou construção social mais consentânea com os princípios de fraternidade, de solidariedade e de justiça (**O DIÁRIO DA TARDE**, 18 de outubro de 1921).

### O segundo aspecto da assistência científica

refere-se ao papel do Estado e das organizações da sociedade civil. As polêmicas entre os defensores dos organismos estatais de assistência e os adeptos do liberalismo e da beneficência privada harmonizaram-se no estabelecimento de um ponto equidistante entre as duas posições (KUHLMANN Jr., 2004, p.65).

O objetivo comum estava traçado, garantir que mendigos não permanecessem perambulando pelas ruas da cidade importunando os cidadãos curitibanos. Deste modo a iniciativa privada e o Estado deveriam se unir visando atingir o objetivo proposto. Como mencionado anteriormente a parceria entre o Estado e a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* se configurou basicamente por meio de subvenções fiscais destinadas à instituição. Outro aspecto da união entre iniciativa privada e governamental que

pode ser mencionado é a formulação de leis e decretos que visavam reprimir a mendicância, legitimando a ação de recolhimento da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*<sup>17</sup>.

Nos relatórios da Sociedade é recorrente a menção sobre um possível acordo de participação do governo na construção de uma edificação para que a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* fizesse o recolhimento dos mendigos. Porém, a demora na concretização deste compromisso firmado causou certo descontentamento por parte da diretoria da Sociedade que constantemente relatava o fato nos relatórios da instituição. Supõe-se que talvez a falta de recursos que o governo alegava não fosse o único motivo da demora em construir o edifício. O que compete ao Estado e o que compete à instituição pode ter contribuído para que a demora aumentasse. Quem seria mais 'competente' em organizar e administrar um espaço de recolhimento de pobres?

Este fato está relacionado à polêmica mencionada por Kuhlmann Jr. (2004) no segundo aspecto da *assistência científica*. Para os filantropos as instituições de assistência apresentavam mais confiabilidade e autoridade para administrar recursos financeiros do que o Estado.

Este fato pode estar relacionado com a institucionalização das ações de assistência organizadas em instituições privadas, que como a SSN, por exemplo, eram rigorosas ao elaborar estatutos, determinar sindicâncias, manter constante controle de recursos buscando inclusive publicar periodicamente balancetes em jornais e periódicos.

O Estado por sua vez, talvez alcançasse menor visibilidade social como mantenedor financeiro das instituições de assistência, do que na condição de condutor e administrador de espaços de assistência, pois menções feitas em relação aos êxitos e sucessos das ações de assistência se direcionariam às instituições e não ao Estado. Por outro lado, as subvenções do Estado garantiam que este não estaria negligenciando com a responsabilidade que lhe era imputada de assegurar a ordem e a paz social.

---

<sup>17</sup> O problema da mendicância será abordado posteriormente no último capítulo, subitem Moral e Trabalho.

Phamphillo d'Assumpção<sup>18</sup> destaca que

se o Estado não deve, saindo da órbita de suas funções políticas para ter uma assistência oficial, incompatível com o seu fim social, deve, pelo auxílio prestado as instituições privadas, concorrer para que os efeitos da pobreza se atenuem para os inválidos, que não podem ganhar os meios para a própria subsistência (**COMÉRCIO DO PARANÁ**, 22 de outubro de 1921).

Na opinião de Phamphillo, não haveria negligência em relação à população se o poder público contribuísse com outros meios para a existência de instituições privadas organizadas para socorrer necessitados. Supõe-se que a fundamentação do pensamento do bacharel estivesse no argumento de organização das instituições privadas e os conhecimentos que seus dirigentes possuíam.

Num movimento de interesses políticos por parte da sociedade privada e do Estado, interessados em garantir a ordem social e forjar novas posturas dos cidadãos, a atuação em conjunto se mostrava mais eficaz do que iniciativas públicas ou privadas de forma isolada.

A importância da participação do Estado nas ações de assistência privada é destacada pelos membros da diretoria em um dos relatórios da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*:

o Governo do Estado, enfim, como um reflexo do sentir do povo que representa, não descarta do bem estar da pobreza e por meio de subvenções, de construção de Asilo e hospitais, vai, como que coroando a obra meritória da proteção às crianças e aos velhos doentes e inválidos e da prevenção contra a miséria e a fome (*SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS*, 06 de janeiro de 1926, p. 4).

A terceira e última característica da *assistência científica*, apresentada por Moysés Kuhlmann,

---

<sup>18</sup> Phamphillo d'Assumpção nasceu em Curitiba em 07 de setembro de 1868. Bacharel e doutor em ciências jurídicas e sociais com teses ainda existentes na Biblioteca Pública do Paraná, escreveu vários livros de Direito e foi assíduo colaborador de diversas revistas de jurisprudência. Catedrático da Universidade Federal do Paraná, consultor jurídico do Estado, permaneceu 6 anos na presidência da Associação Comercial do Paraná onde a reestruturou politicamente. Foi a primeira pessoa de alto nível técnico educacional a ocupar a posição de presidente da instituição e mostrou sua capacidade realizando a construção da primeira sede própria. Fonte: Livro Perfil Histórico da Associação Comercial do Paraná de David Carneiro, editado em 1981. Acesso on-line site da Associação Comercial do Paraná: <http://www.acpr.com.br/historia/historia.php>

é a sua alusão a um método científico que estaria permitindo a sistematização das ações e legitimando todas aquelas que adotassem referências aos conhecimentos científicos, em uma interpretação naturalizada e cristalizada das relações e estruturas sociais. (KUHLMANN, 2004, p. 66).

Para todas as ações haveria um método: para julgar quem eram os que realmente necessitavam de auxílio e quais desses aceitavam sem resistência os modos de auxílio propostos; para organizar e propor formas de atendimento estabelecidas com base em métodos científicos que comprovassem a 'melhoria da raça' e o 'controle social' necessários à modernização da cidade. Buscavam-se formas de classificar os sujeitos, padronizá-los de acordo com suas necessidades para propor ações de assistência direcionadas para eles.

A humanidade não regateando sacrifícios pelo bem público não se limitou ao estabelecimento de medidas gerais de proteção; não se cingiu exclusivamente ao amparo do paupérrimo; ela divisoa na ciência um forte esteio para essa distribuição de socorros e a esta se unindo, a filantropia tomou um aspecto muito mais nobre e salutar as classes assoladas pela fome e pelas dificuldades da vida. (MONCORVO FILHO, 1927, p.141)

A principal consequência do discurso dos filantropos é que a ciência justificava suas ações, por meio de resultados satisfatórios em relação ao controle e manutenção da sociedade. Todos, tanto os que praticavam a caridade como os que a recebiam tinham na figura destes sujeitos, os detentores dos saberes verdadeiros e corretos.

A ciência hierarquizava saberes e sujeitos. Entre os que praticavam a assistência científica havia os que dominavam os conhecimentos científicos e seus benefícios e por este motivo atuavam na linha de frente das instituições, propondo formas de atendimento, e havia os que contribuía com donativos e propagandas em favor da instituição.

Percebe-se que o discurso moral sobre a caridade, na verdade, é de fundo político. A ideia defendida da caridade como componente formador da alma cidadão ético e bondoso na verdade esconde os verdadeiros interesses políticos em camuflar os problemas sociais da cidade, escondendo os mendigos sem solucionar a causa da mendicância.

As ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* permitem acrescentar ainda às três características apresentadas por Kuhlmann Jr. sobre

a *assistência científica* o fato das ações filantrópicas proporcionarem certa projeção pública. O próprio Moysés Kuhlmann (2007) trabalha ideia semelhante a esta no capítulo intitulado 'Os intelectuais na educação da infância', publicado no livro '*A educação e seus sujeitos na história*'.

As elites se sentiam atraídas às práticas de assistência, pois como vimos, estas práticas garantiriam certo controle social e político, além de projetar socialmente os sujeitos que dela participassem. Especificamente no caso da Sociedade constantes campanhas lançadas pelos jornais acabavam por projetar sujeitos desconhecidos e tornar outros ainda mais conhecidos.

A *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, por exemplo, instituiu uma comissão de angariadores, que munidos dos estatutos da Sociedade visitavam estabelecimentos, residências etc. em busca de obter doações. As listas com os nomes dos sócios angariados pela comissão eram divulgadas nos jornais da capital com frequência e sempre traziam agradecimentos à caridade de quem se tornava sócio e que contribuía com mensalidades. As doações podiam ser feitas também diretamente aos jornais da capital, que divulgavam semanalmente a quantia arrecada que seria repassada à instituição ou na própria Sociedade, que depois enviava a lista de nomes de contribuintes aos jornais para publicação.

No relatório de dezembro de 1922, um ano após a fundação da Sociedade consta a observação da diretoria que "chegou a registrar o elevado número de 2.253 sócios" (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 20 de dezembro de 1922, p.2), o que representava 3% do total da população de Curitiba do período que girava em torno de 78.986 habitantes.

Diversas campanhas para angariar donativos para a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* foram realizadas na cidade de Curitiba. A mais expressiva das campanhas realizadas foi a do 'Ford da Caridade'. A campanha foi lançada em 06 de maio de 1925 pelo jornal **Gazeta do Povo** com o objetivo de angariar donativos para a compra de um automóvel Ford. Segundo o jornal a SSN "urge um Ford, mas... não tem verba para comprar um" (**Gazeta do Povo**, 06 de maio de 1925). A necessidade do veículo era justificada com base no grande número de visitas que a comissão de sindicância realizava pela cidade com o propósito de identificar os verdadeiros pobres e socorrê-los.

Novamente o apelo do jornal é pela caridade do povo curitibano, e no dia seguinte ao início da campanha, cerca de um quarto do valor do veículo já havia sido angariado. Todos os dias o jornal trazia a quantia já arrecadada e solicitava a quem pudesse qualquer quantia para completar a verba para a compra do automóvel. Outros itens também foram apresentados no jornal como necessários para a entrega do carro, como por exemplo; um pneu de reserva, dois monogramas para as duas portas do veículo com o símbolo da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* (a Cruz de Malta, como a Sociedade denomina ou Cruz de Cristo), registro, placa e combustível para o automóvel.

Em 15 de maio de 1925, cerca de dez dias após o início da campanha, a **Gazeta do Povo** publica o artigo que narra como o valor do Ford foi completado. O jornal narrou o fechamento da subscrição para a compra do Ford como “uma surpresa” e que o “generoso gesto teve para nós até um lado pitoresco”. O pitoresco do fato mencionado pelo jornal refere-se à dois motivos; primeiro porque a última doação foi referente à cerca de 5,5% do valor total do carro, pois um cidadão dirigiu-se ao jornal e manifestou sua vontade em doar “(...) o resto. Quero fechar a subscrição” (**Gazeta do Povo**, 15 de maio de 1925), disse o senhor. Segundo porque o colaborador não permitiu a publicação de nomes no jornal. Até então, todos que contribuía com a subscrição tinham os nomes publicados no jornal, e ao lado do nome era apresentado o valor doado. Este gesto colocaria em evidência cidadãos, empresas, bancos e comércios, que contribuía com a campanha de caridade e com qual quantia. Quais seriam os motivos que levaram o senhor que fechou a subscrição do Ford solicitar a não divulgação de seu nome?

Ter o nome do comércio ou seu próprio nome relacionado nas listas de doação podia significar ganhar notoriedade. O cidadão se tornava participante de uma iniciativa nobre, que se apresentava como de cunho moral. Poderia significar ingressar na rede de relações de políticos e empresários, entre outros, de maior prestígio econômico e político na cidade. Significava ainda, ser reconhecido como um sujeito detentor do conhecimento científico verdadeiro que embasava as práticas da instituição. Esta hipótese relaciona-se com o fato de que doar somas monetárias à Sociedade significava concordar com seus preceitos de atuação e apoiar suas iniciativas e as bases que a

fundamentavam. Deste modo, seria inserir-se, como legitimador dos discursos dos membros da diretoria que discursavam sobre a importância das ações de assistência para a ordem social e seus benefícios, tudo fundamentado pelo saber científico.

A festa para a entrega do Ford foi realizada dia 07 de junho de 1925 no Passeio Público<sup>19</sup> e contou com a presença de grande parte da população curitibana segundo os jornais.

Do programa constarão vários números de competições atléticas e de humorismo, tais como corridas rasa [*sic*] e em obstáculo, 'cabo de guerra'; e outros. A petizada disputará, num torneio memorável, a posse de um automóvel Gravina. (**GAZETA DO POVO**, 04 de junho de 1925).



Ilustração 2 - Entrega do Ford da Caridade no Passeio Público. 07 de junho de 1925. Fonte: Arquivo da Sociedade de Socorro aos Necessitados.

Diversas outras campanhas foram realizadas na capital em prol da Sociedade, houve uma semana em que toda a arrecadação das bilheterias dos cinemas seria destinada à instituição, porém nenhuma campanha teve tanta repercussão como esta do Ford da Caridade.

---

<sup>19</sup> Inaugurado em 1886, o Passeio Público é o parque mais antigo da cidade. Localiza-se na região central da Capital e ao longo de sua existência foi palco de diversas comemorações e eventos sociais de Curitiba. Informação on-line disponível em <http://wikimapia.org/534956/pt/Passeio-P%C3%ABlico>

Em suma, as ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, incluindo a organização da *Escola Maternal*, se configuraram como ações da *assistência científica*. Com práticas onde iniciativa privada e Estado atuaram juntos, com o objetivo de garantir a ordem social e a modernização de Curitiba por meio do combate e da prevenção da vadiagem, julgando e qualificando os verdadeiros necessitados.

### 1.3 OS PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS NO CENÁRIO DA CIDADE DE CURITIBA

A notícia da organização de uma instituição com a proposta de eliminar a mendicância e a vadiagem na cidade de Curitiba foi amplamente divulgada pela imprensa da capital paranaense com certa empolgação como se pode notar pelo trecho abaixo extraído de um dos jornais de circulação na época<sup>20</sup>.

Uma excelente ideia tiveram vários cavalheiros da nossa culta sociedade, cuidando em fundar uma instituição que vise modificar o sistema, até agora permitido, de se consentir a exposição de aleijados e a correria de pedintes nas ruas, afeiando [sic] a cidade e importunando os transeuntes ao mesmo tempo que dá lugar as mais ignóbeis explorações (**O DIÁRIO DA TARDE**, 15 de setembro de 1921).

O primeiro encontro dos cavalheiros mencionados pelo jornal ocorreu no dia 14 de setembro de 1921, em um dos salões da Associação Comercial do Paraná, onde compareceram:

(...) os senhores Herculano Carlos Franco de Souza, Evaristo Martins Franco, Nicolau Mäder, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Generoso Marques, Manoel Joaquim de Quadros, Alfredo de Assis Gonçalves, Arthur Martins Franco, Orestes Codega, Luiz Gonzaga de Quadros, Benedito Nicolau dos Santos, Antonio Alves da Silva Braga, João de Castro e Domingos Duarte Velloso (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 2005, p.6).

A segunda reunião foi realizada em 21 de setembro de 1921 e foi

---

<sup>20</sup> Outros jornais de circulação no período que noticiaram a organização da Sociedade de Socorro aos Necessitados foram **O Diário da Tarde**, **A República** e **A Voz do Comércio**, entre outros.

eleita então a primeira Diretoria, assim constituída: Presidente: Coronel Herculano Carlos Franco de Souza, Vice-Presidente: Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Tesoureiro: Coronel Nicolau Mader, 1º Secretário: Manoel Joaquim de Quadros, 2º Secretário: Francisco de Oliveira Lait, Conselho Fiscal: Coronel Aníbal Guimarães Carneiro, Dr. José Cezar de Almeida Orestes Codega, Conselho Deliberativo: Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Comendador João Guilherme Guimarães, Dr. Generoso Borges, Dr. Arthur Franco, Coronel Wenceslau Glaser, Dr. Alfredo de Assis Gonçalves, Coronel Herculano Alves da Rocha, Augusto Hauer, Gastão Câmara, Domingos Duarte Velloso, Dr. Luiz Gonzaga de Quadros, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 2005, p.8).



Ilustração 3 - Homenagem aos beneméritos fundadores da Sociedade de Socorro aos Necessitados. Da esquerda para a direita: Coronel Herculano Carlos Franco de Souza, Manoel Joaquim Quadros, Coronel Nicolau Mader, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Francisco de Oliveira Lait. **A Voz do Comércio**, 21 de dezembro de 1921.

Não foram localizadas informações biográficas referentes a todos os sócios/fundadores e membros da primeira diretoria, porém alguns dos nomes mencionados nas atas eram sujeitos já bastante conhecidos da sociedade curitibana e que apresentavam certa projeção no cenário local outros adquiriram notoriedade após algum tempo. Alguns destes senhores serão apresentados sucintamente nesse momento do trabalho com o objetivo de compreender as práticas da instituição em alguns momentos, porém, a discussão aprofundada das redes de relações destes sujeitos não se configura como objeto de análise do presente trabalho.

Em alguns documentos da instituição como relatórios, ou mesmo em jornais do período, a idéia de organização da Sociedade é remetida a

Herculano Carlos Franco de Souza<sup>21</sup>. Segundo informações que constam na obra 'Alma das Ruas' de Maria Nicolas (1977), o Coronel Herculano foi comerciante e um dos reorganizadores da Associação Comercial do Paraná, além de fundador da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Nas fontes é mencionado sempre como um sujeito abnegado e humanitário, muito preocupado com os "mais pobres e desfavorecidos". O coronel Herculano permaneceu como presidente da Sociedade até o final do ano de 1926, quando foi realizada a eleição da nova diretoria para o ano de 1926. Herculano foi substituído por José Pereira de Macedo, porém, continuou atuando na instituição como membro da comissão fiscal da SSN.

Dentre os cidadãos já bastante conhecidos pela sociedade curitibana da época, e que participaram da organização e atuou na *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, destaca-se Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Entre diversas atividades que exerceu, Azevedo Macedo foi Diretor Geral de Ensino do Paraná período no qual elaborou o Código do Ensino do Estado decretado em 1915. Também foi Deputado Estadual e professor da Universidade do Paraná, entre outras atividades ligadas diretamente à educação.

Lysimaco Ferreira da Costa<sup>22</sup> foi outro sócio/fundador da Sociedade que também ocupou o cargo de Diretor Geral de Ensino do Paraná. Lysimaco participou da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* como membro do Conselho Deliberativo e após a inauguração da *Escola Maternal* além de sua mensalidade como membro da instituição também realizava doações para o Pecúlio da Alegria, nome dado à rubrica de verbas destinada à *Escola Maternal*.

---

<sup>21</sup> Filho do Tenente Coronel Carlos José de Oliveira e Souza e de Ritta de Azevedo de Souza. Nasceu em 1871, em Campo Largo, Paraná. Casou-se com Francisca de Macedo Souza, filha de José Ribeiro de Macedo que por sua vez foi presidente da Associação Comercial do Paraná. Herculano Carlos Franco de Souza faleceu em 1949, em Curitiba. Informação disponível on-line: <http://genealogia.netopia.pt/3935/familias.php?id=4299>

<sup>22</sup> Lysimaco Ferreira da Costa (1884-1941), filho de Antônio Ferreira da Costa e Dona Francisca Ribeiro da Costa, casou-se com Esther Franco da Costa (1886-1920) com quem teve onze filhos. Embora formado em Engenharia Geológica (1915) e Civil (1917) pela Universidade do Paraná o nome de Lysimaco está, basicamente, ligado ao ensino. Professor do ensino secundário, quando entrou na Universidade, em 1912, logo teria uma condição única: ao mesmo tempo em que era estudante de Engenharia, lecionava Física e Química, matérias que já vinha ensinando há anos, no **Gymnasium Paranaense** (COSTA, M. J. F., 1987). Para saber mais sobre este intelectual ver entre outros: ABREU, G. S. A. (2007).

O cargo de Diretor Geral de Ensino do Paraná também foi ocupado por outro membro da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*: Sebastião Paraná<sup>23</sup>, que esteve à frente da instrução pública paranaense no ano de 1916. Eleito como membro do Conselho Deliberativo da SSN para o ano de 1927, Sebastião Paraná é o terceiro membro da instituição a ocupar o maior cargo da instrução pública no Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX.

O fato de três membros da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* terem ocupado o cargo de Diretor Geral de Ensino no Paraná demonstra o engajamento destes sujeitos, e possivelmente de outros membros da instituição, em questões relacionadas à educação pública do Paraná. Deste modo, a organização da *Escola Maternal* como uma das práticas da instituição, pode ser considerada como um projeto de importância social e de relevância política.

O campo educacional escolar ainda estava em construção no final do século XIX e início do XX e haviam poucos profissionais formados especificamente como educadores. Porém advogados, médicos, engenheiros, jornalistas entre outros profissionais assumiam a função de educar e debater sobre as questões educacionais.

Os membros da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* circularam não só pelos cargos relacionados à educação, mas também cargos públicos de outra ordem, como por exemplo, o Coronel Nicolau Mader<sup>24</sup>, que também foi deputado estadual, como Francisco Macedo e Sebastião Paraná. Foram destacados aqui apenas alguns membros que assumiram cargos públicos, porém a circulação de diversos membros da *Sociedade de Socorro aos*

---

<sup>23</sup> Sebastião Paraná nasceu em Curitiba, Paraná, em 19 de novembro de 1864, e faleceu em 08 de março de 1938. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, muito contribuiu para enriquecer as letras e a cultura do Paraná. Foi educador emérito e nesse campo de trabalho exerceu grande influência na formação da juventude estudiosa. Atingiu, no magistério público, cargo de Diretor Geral de Ensino do Paraná, equivalente ao de Secretário de Educação. Em 1901, fez parte do Poder Legislativo Estadual, como Deputado. Como jornalista, foi Diretor do Jornal "A Tribuna" e redator de "O Município" e d'"**A República**". Informação disponível on-line: [http://www.espiritismogj.com.br/biografias/sebastiao\\_parana.htm](http://www.espiritismogj.com.br/biografias/sebastiao_parana.htm)

<sup>24</sup> Nicolau Mader nasceu no interior do Paraná na cidade de Rio Negro em 1861. Foi tropeiro, comerciante e industrial e Deputado Estadual. Faleceu em 1930 em Curitiba. (NICOLAS, 1977, p.69).

*Necessitados* por espaços de atuação política, econômica e social da capital paranaense é grande.

É possível afirmar que a organização de uma instituição que tinha como proposta eliminar a mendicância e auxiliar os necessitados configurou-se como uma prática política/econômica, de cidadãos preocupados com os possíveis conflitos sociais que poderiam impedir o processo de modernização da cidade. Numa via de mão dupla, ao mesmo tempo em que as ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* ganhavam destaque e relevância em jornais e espaços políticos/econômicos, devido a importância social de seus organizadores, suas práticas promoviam ainda maior projeção destes sujeitos, fazendo com que se mostrem cada vez mais dedicados aos seus objetivos humanitários de educar e salvar a população necessitada. Assim, a filantropia proporcionava visibilidade pública e política.

Entre os sócios/fundadores e membros que se envolveram na organização da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* o número de militares é expressivo, porém, apenas a presença destes senhores não justifica a instalação da SSN como iniciativa exclusiva de militares ou como uma ação militar. Soma-se a este fato que diversos outros cidadãos, não militares, estiveram envolvidos na organização da instituição, e que não havia explicitamente objetivos militares nos projetos e na atuação da Sociedade de Socorro, como por exemplo, abastecer os quadros de caserna. O que vale destacar é a atuação destes sujeitos militares em outras esferas da sociedade, pois eram militares e dedicavam-se a outras atividades também. Alguns membros têm seus nomes mencionados atrelados a suas patentes, porém diversos outros membros da Sociedade possuíam patentes militares, como por exemplo, Lysimaco Ferreira e Sebastião Paraná, porém não eram mencionados nos relatórios com suas patentes. Não foi possível, portanto, compreender qual critério adotado para o uso da patente seguida pelo nome do sócio, mas é possível afirmar que o interesse maior dos envolvidos era político e econômico e não militar ou religioso.

A análise das fontes também permite afirmar que a instalação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* não se configurou como uma iniciativa religiosa. As instituições de assistência, até meados do século XIX, eram

organizadas em sua maioria por congregações religiosas. Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, um dos organizadores e posteriormente presidente da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, fez questão de destacar em seu discurso proferido na Assembléia Legislativa do Paraná em 1922, que a instituição reunia

homens de diversas crenças religiosas. Há ali, católicos, protestantes, judeus, espíritas, maometanos; há espiritualistas e materialistas, deístas e ateus, mas todos convencidos de que, tratando do bem geral, devem para ele convergir solidariamente, não obstante a divergência de crenças. É pois uma associação de almas boas, sejam quais forem as suas ideias filosóficas ou as suas crenças (MACEDO, F.R.A., 1922, p. 133).

A organização da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* também não se configurou como uma iniciativa do Estado, mas buscou-se a contribuição governamental no que se refere principalmente à concessão de subvenções, bem como pela elaboração de leis/decretos aprovados com o objetivo de conter e reprimir a mendicância, tornando o ato de mendigar um crime.

Phamphillo d'Assumpção publicou em um artigo no jornal **Comércio do Paraná** que “um dos deveres do Estado é o de prestar assistência a todos os desprotegidos do destino, que não podem pela falta de saúde ou por deformidades físicas, suprir as próprias necessidades e da sua família” (**Comércio do Paraná**, 22 de outubro de 1921).

O autor aponta que se o Estado deve este auxílio à população, não pode deixar de contribuir com as instituições privadas que se propõem a organizar tais ações. Essa afirmação permite observar que na perspectiva de Phamphillo D'Assumpção, o Estado deveria organizar instituição de assistência aos pobres, porém, já que esta iniciativa partiu da sociedade privada, caberia ao Estado contribuir financeiramente para que os serviços se realizassem.

Os membros da Sociedade, em seus discursos, ou nos relatórios da instituição não mencionavam negligência ou completo abandono por parte do Estado em relação à assistência aos necessitados, destacavam apenas a necessidade de se criar instituições que se ocupassem de retirar mendigos e pedintes das ruas, recolhendo-os em espaços destinados específicos.

Supõe-se que a crítica à ausência do Estado nas ações de assistência era branda por duas questões: havia interesse em receber subvenções para

manter as ações da instituição e alguns membros da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* ocuparam cargos políticos em vários momentos, como Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, por exemplo. Deste modo, a atuação do Estado era de parceria na empreitada contra a mendicância e em prol dos necessitados. Essa associação entre o Estado e a SSN segue no sentido da discussão sobre a *assistência científica*.

A atuação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* se baseou na parceria, que incluiu governo, cidadãos de diversas atuações na sociedade curitibana, e também a imprensa, principalmente os jornais da capital. A importância da imprensa para a atuação da SSN era reconhecida nos relatórios da instituição, pois “muito deve esta Sociedade à imprensa desta Capital, e não se cansa esta Diretoria em patentear que o seu concurso e o seu apoio tem muito contribuído para o seu bom êxito; assim, pois a ela os nossos maiores agradecimentos” (*Sociedade de Socorro aos Necessitados*, 1923).

A imprensa era entendida como um espaço de divulgação e de propaganda das ações da instituição, propalando eventos em prol da SSN, solicitando donativos, publicando os relatórios com os êxitos e dificuldade encontradas nas ações da instituição, entre outras questões que projetavam a Sociedade e seus membros na vida social-urbana e política de Curitiba. Diversas campanhas em favor da Sociedade foram lançadas pelos jornais da capital ou por eles divulgadas.

Considerar a imprensa como espaço de atuação política, implica compreender sua vital importância na sociedade, pois “a imagem social da imprensa, tanto ontem como hoje, está associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública” (VIEIRA, C. E. 2005, p.2).

A imprensa paranaense se configurou parceira legitimadora e divulgadora das idéias da instituição ao publicar matérias jornalísticas sobre a atuação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* e suas ações. Nas publicações da imprensa recorria-se à caridade dos cidadãos curitibanos para solicitar doações, divulgavam-se listas de novos sócios e de visitas de cidadãos ilustres que compareciam na Sociedade para melhor conhecer suas práticas e promoviam-se festas beneficentes em prol da instituição o que resultava na aproximação da instituição e de seus membros ao cotidiano da cidade e da

população, numa espécie de tentativa de justificar a necessidade e importância da instituição para a capital paranaense.

A participação da imprensa foi importante para a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* para conclamar a participação da população com doações. A diretoria da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* solicita pela imprensa

o valioso auxílio, por meio de donativos, dos estabelecimentos comerciais, industriais, bancários, sociedades e pessoas abastadas, afim de que possa o povo da nossa terra, ver realizada uma sua antiga aspiração, qual seja a de socorrer com segurança e propriedade, tantos infelizes, que por ai peregrinam, aos embates do destino (**A REPÚBLICA**, 26 de setembro de 1921).

A parceria entre a *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, o governo, a imprensa e a população curitibana se constituiu como uma rede de esforços em prol do recolhimento de mendigos em espaços distantes do centro da cidade e na formação de uma nova conduta destes sujeitos. Cada parceiro com a contribuição que lhe compete. A população concorria com o auxílio financeiro e doações de roupas, calçados, colchões entre outros; a imprensa promovia campanhas de caridade, divulgava os objetivos, os relatórios com os êxitos e às vezes até dificuldades enfrentadas pela instituição. Ao governo coube a incumbência de subvenções financeiras, bem como intervenções por parte do poder legislativo com a aprovação de leis/decretos e a atuação da polícia na repressão da mendicidade pelas ruas da cidade.

A organização da Sociedade objetivava o “expurgo de nossas ruas ou para atenuar a dolorosa situação dos que estendem a mão para pedir” (**O Diário da Tarde**, 15 de setembro de 1921), e para a realização de tal empreitada era necessário

angariar donativos para assim evitar a mendicância nas ruas da cidade (...) e concorrer para que os nossos pobres sejam melhor atendidos na distribuição de esmolas, que necessariamente obedecerá uma organização definitiva. (**A REPÚBLICA**, 17 de setembro de 1921).

Para a concretização dos projetos da Sociedade um dos jornais do período mencionou acreditar na necessidade de “existir um plano de reclusão de mendigos e de coleta dos recursos precisos” (**O Diário da Tarde**, 15 de setembro de 1921).

A iniciativa de organizar uma instituição para recolher e amparar os mendigos que viviam a perambular pelas ruas de Curitiba era vista pelos jornais locais como uma proposta de intervenção ao problema das “ruas da nossa encantadora urbis [...]” que se encontravam “[...] repletas de pedintes, indivíduos de toda a casta que lícita ou ilícitamente esmolavam a caridade pública impressionando mal a sociedade” (**O Diário da Tarde**, 03 de novembro de 1921).

No início das atividades da Sociedade a principal ação foi recolher em casas alugadas os mendigos encontrados mendigando pelas ruas do centro de Curitiba. Nos relatórios constam que os sujeitos encontrados mendigando eram encaminhados, pela polícia, para a instituição que providenciava um alojamento para o mendigo ou até para toda sua família. O aluguel das casas era pago com as doações recebidas, bem como eram estas que garantiam também roupas, calçados, colchões, alimentos entre outros itens básicos para a sobrevivência dos “mendigos” em lares longe do centro em modernização. Após dois anos alojando pobres em casas alugadas a diretoria da Sociedade destaca em seus relatórios não ser esta a melhor forma de abrigo, pois: as casas ficavam dispersas, o que dificultava as visitas de sindicância para averiguação do que o pobre estava fazendo; o aluguel dos imóveis aumentava muito, o que pesava nas contas da instituição e também porque muitas casas destinadas para pobres localizadas em bairros distantes não possuíam condições adequadas de higiene exigidas pela Repartição de Profilaxia Rural. Por estes motivos, a diretoria defendia a necessidade de organização de espaços de alojamento coletivo, todos os pobres em um só lugar. Em

vilas constituídas de grupos de pequenas casas de madeira, modestas mas elegantes, confortáveis e higiênicas, localizadas em pontos convenientes do quadro urbano: cada vila dotada de uma casa central para cozinha e refeitório comum com área para horticultura e floricultura ou trabalho a que alguns se possam dedicar; cada vila sob a direção de um dos nossos consócios nomeado pela Diretoria, para manter um regime de estímulo e disciplina conveniente, tudo conforme se acha já planejado, do modo mais prático e eficiente possível (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 17 de dezembro de 1923). (grifos meus).

Por estas razões os relatórios apontam que as ações da diretoria se concentravam em realizar a construção de um pavilhão próprio para o

recolhimento dos mendigos. No ano de 1926 iniciou-se a obra de construção da edificação. Projetado pelo engenheiro Henrique Moreira e realizado em alvenaria, o edifício ficou pronto em 1927 sendo inaugurado em 07 de agosto daquele ano e recebendo a denominação de 'Pavilhão Manoel Quadros', em homenagem ao sócio-fundador que faleceu naquele ano.



Ilustração 4 - Inauguração do pavilhão Manoel Quadros. Acervo da Sociedade de Socorro aos Necessitados, ano 1927.

O foco de atuação da instituição estava basicamente em “esconder” o que não se desejava ver, fazendo com que as ruas da cidade estivessem aparentemente limpas física e moralmente. O fato de recolher os mendigos não resolvia o problema, o interesse não estava na causa da mendicância, mas nos malefícios que esta representava. A proposta de recolher os mendigos apenas transferia o problema de um lugar para outro sem solucioná-lo.

As causas de existirem mendigos ou “desocupados” perambulando pelas ruas e causando mal estar entre outros cidadãos não eram debatidas nem pareciam ser o foco do problema para os sujeitos do período observado. O problema era como fazer com que desajustados, mendigos etc., não se apresentassem como um entrave à modernização da cidade.

A atuação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* em relação aos mendigos e aos necessitados sempre foi muito aplaudida pela imprensa curitibana e também de outras cidades.

Pouco tempo após a fundação da SSN os jornais noticiavam que

a grande facilidade com que foi extinta, em Curitiba, a mendicância, vem evidenciar o quanto a nossa população estava inclinada a prestar mão forte a toda a iniciativa que surgisse no intuito de, amparando os mendigos, livrar a cidade da mendicância pública. Sem grandes preparações previas, sem muito reclamo, bastou, de um lado o esforço de um pugilo de cavalheiros bem intencionados, de outro lado o apoio incondicional e inteligente da polícia, para que a magnífica ideia se convertesse numa realidade oportuna e boa. As rápidas medidas policiais postas em prática, num só dia, livraram Curitiba dos mendigos profissionais. Enquanto os pobres inválidos eram recolhidos ao Asilo, os que tinham alguém que velassem por si eram proibidos de mendigar (**GAZETA DO POVO**, 22 de outubro de 1921).

Porém não só de êxitos viveu a instituição. Diversos momentos foram cruciais para a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* ao longo do período analisado. Um dos maiores problemas enfrentados pela instituição refere-se à falta de verbas. Os apelos constantes na imprensa e as comissões para angariar sócios em muitos momentos não foram suficientes, a ponto de circular em alguns artigos jornalísticos a notícia do possível fechamento da instituição.

Nos relatórios da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* as crises são bem visíveis, principalmente durante os anos de 1929 a 1932. Os membros da instituição destacavam nos relatórios que a profunda crise de 1929 nos Estados Unidos abalou economicamente outras Nações, incluindo o Brasil e também a sociedade curitibana, o que afetou as doações e o pagamento das mensalidades dos membros. Estes momentos refletem a inconstância com a qual os membros da Sociedade precisavam lidar, pois dependiam da caridade alheia e de doações incertas, o que fez com que a instituição vivesse momentos de rupturas nas suas práticas assistencialistas.

Mesmo inconstantes, por motivos financeiros ou talvez até, pode-se cogitar que por maior ou menor atuação das gestões que assumiam a Sociedade, as ações de assistência da instituição estavam regulamentadas pelos seus estatutos. Os artigos do documento eram explícitos quanto às finalidades da instituição, suas formas de socorrer e inclusive sobre as futuras ações, como propor a criação de uma *Escola Maternal*.

O primeiro artigo dos estatutos da instituição destaca o objetivo de “suprir do necessário para a vida os verdadeiros indigentes, domiciliados em Curitiba, e, assim, eliminar a causa da mendicidade nas ruas” (*Sociedade de Socorro aos Necessitados*, 1921). O que os membros da diretoria julgavam ser necessário aos pobres poderia ser questionado, uma vez que apenas “tampa buracos”. Aos necessitados eram fornecidos somente itens básicos de sobrevivência em troca de sua reclusão nos abrigos destinados a eles numa condição de subserviência.

Ao longo dos relatórios da Sociedade é possível observar todo tipo de auxílio, que na verdade se configurava mais como interferência na vida dos sujeitos. Recolhiam os mendigos em casas alugadas e realizavam visitas constantes, sob a justificativa de averiguar as reais condições dos moradores e se permaneciam em situação de necessidade. Também com a finalidade de orientar moral e higienicamente os necessitados. Realizavam registros de crianças, contribuía com verbas para funerais de pobres, doavam roupas, sapatos, cobertas, alimentos, brinquedos, livros e diversos outros objetos.

Os itens seguintes do estatuto da Sociedade apresentam as propostas de “socorrer por tempo limitado pessoas válidas necessitadas” (*Sociedade de Socorro aos Necessitados*, 1921), porém providenciando “colocação ou emprego honesto, compatível com as suas aptidões” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1921). Reforça-se a ideia do trabalho como condição de cidadania e de dignidade moral, condição que será mais bem discutida no último capítulo.

As funções da instituição estariam também em “proteger crianças pobres órfãs ou abandonadas, obter para elas protetores idôneos, ou interná-las em um instituto de ensino; mas sem deixar de velar por elas até que se encaminhem na vida” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1921). Demonstrando ainda preocupações referentes às crianças o estatuto destaca que a SSN deveria “aconselhar os pais pobres e ignorantes no sentido de enviarem seu filho menor a escola onde houver Caixa Escolar ou de o colocarem em instituto de ensino próprio à índole e condições especiais da criança” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1921).

A maioria dos casos de atendimento às crianças pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados* estava relacionada à duas iniciativas principais: primeiro o encaminhamento de menores à instituições parceiras, como eram denominados outros estabelecimentos de assistência pelos membros da diretoria, como por exemplo, o **Asilo São Luiz**, que recebia meninos menores. A segunda forma de intervenção geralmente era a colocação dos menores em cursos e instituições de ensino que os recebessem de forma caritativa, isentando a SSN de custos como matrículas e mensalidades.

A importância de assistir à infância encontra-se no argumento que

cada criança hoje desamparada é o embrião de um criminoso de amanhã, quando menos de um viciado, de um cínico, de um pessimista, de um vencido. Amparar a infância é salvaguardar o futuro, é semear as sementes que poderiam ter sido cordos, mas que reponterão em rosas, é acautelar o amanhã da Pátria, que precisa de cidadãos fortes e puros, de filhos capazes de dinamismos de todas as espécies para o Bem, para o trabalho, para a glória (**O ESTADO**, 31 de dezembro de 1925).

A criança apresenta-se mais suscetível à criminalidade por ser considerada como passiva e moldável. A infância é vista como a fase da prevenção, para que não seja necessária a correção. Deste modo, as crianças deveriam, o quanto antes, serem educadas, socializadas, higienizadas e civilizadas nas normas de conduta desejáveis. Era preciso inculcar desde cedo hábitos saudáveis para prevenir que a criança se habituasse aos hábitos desregrados e à prática da mendicância. O abandono da criança representa não só o perigo de que esta se torne mais um criminoso como também a coloca na situação de falso mendigo, aquele que pede por malandragem e por falta de ‘amor ao trabalho’.

O quadro da mendicância em Curitiba apresentava o “agravante de haver, para quase todos os mendigos, a pungente colaboração de infelizes crianças que se iam habituando ao ganho sem trabalho, em marcha para as mais incertas conseqüências dessa vida à solta, no torvelinho das ruas” (**Comércio do Paraná**, 30 de novembro de 1921).

Por estes motivos a atenção à infância se constituía como uma constante preocupação dos membros da Sociedade que buscavam realizar suas ações com vistas a garantir um maior controle e rigor na formação das crianças pobres.

No arquivo da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* encontram-se diversos documentos como cartas remetidas pelo Coronel Herculano e também destinadas a ele. Diversas correspondências destas trazem mensagens que enfatizam suas ações ‘desinteressadas’ em favor dos necessitados. Mesmo que os documentos sejam remetidos ou destinados ao Coronel Herculano, considera-se que estes representam sua atuação frente à instituição, bem como a ação da instituição em favor destas crianças pela figura do seu presidente.

Entre estes documentos foram localizadas algumas fotografias de crianças destinadas ao coronel Herculano Carlos Franco de Souza com inscrições no verso que aparentam ser uma forma de agradecimento. A hipótese é que as crianças dos retratos tenham sido encaminhadas para famílias adotivas por Herculano Souza.

A prática da SSN de encaminhar crianças abandonadas para serem criadas por famílias curitibanas está descrita em alguns relatórios, e também nos jornais da capital paranaense. Um artigo publicado no jornal **Gazeta do Povo** no final do mês de junho de 1924, sob o título “Quem quer duas ou uma criancinha?” narra que

na Maternidade do Paraná, está internada uma pobre mulher, (...) paupérrima, teve de dar a luz a duas robustas e mimosas criancinhas. Como a pobre mulher necessita trabalhar como domestica para viver, está em dificuldades de criar as crianças. Por isso ela as oferece, uma ou as duas, a quem queira adotá-las, comprometendo-se, a pobre mãe a ir amamentá-las (**GAZETA DO POVO**, 12 de junho de 1924).

Estes dizeres encontram-se também nos relatórios da instituição, porém, nem nos jornais nem nos relatórios menciona-se o desfecho da ‘adoção’ ou não das crianças ou de uma delas. Fato é que a prática de encaminhamento de ‘abandonados’ se configurou como uma das preocupações, se não da instituição como um todo, mas de alguns membros, como por exemplo, o Coronel Herculano C. F. de Souza. Uma questão provocativa que valeria a pena em outro momento investigar, pois não se constitui objeto de interesse nesse estudo, é em relação ao controle legislativo e judiciário sobre esses processos de ‘adoção’.



Ilustração 5 – Foto de criança, para Herculano C. F de Souza. Fotografia do acervo da Sociedade de Socorro aos Necessitados. 1923.

No verso da fotografia encontra-se a seguinte mensagem

ao caro benfeitor senhor Coronel Herculano Carlos Franco de Souza, presidente da Sociedade de Socorro aos Necessitados. Ofereço a minha humilde fotografia como prova de minha eterna gratidão pelos auxílios que me prestaras nos meus primeiros tranSES da minha pobre infância, o que nunca eu esquecerei pelo carinho que me dispensou, que Deus recompense todo o trabalho que teve comigo (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 03 de fevereiro de 1923, João<sup>25</sup> com 20 meses).

A julgar pela pouca idade da criança, quem escreveu o texto foi outra pessoa, provavelmente quem recebeu o menino em sua família e que gostaria de apresentar ao benfeitor da SSN que a criança encontrava-se feliz e bem amparada, longe dos perigos da rua, da mendicância e da vadiagem.

---

<sup>25</sup> Os nomes originais das crianças nas fotografias foram substituídos no texto por nomes fictícios.

Percebe-se que o autor da mensagem reconhece na figura do Coronel um homem de ‘boas intenções’, um “benfeitor” interessado em amparar os abandonados e desfavorecidos. A mensagem expõe uma ideia de que o menino era infeliz em sua “pobre infância”, antes da intervenção e auxílio do presidente da Sociedade. A infância pobre é considerada sobre a perspectiva de infelicidade não só pelo seu presente como também pela falta de perspectiva futura.

O uso da expressão “minha gratidão eterna” exprime o sentimento de devoção e comprometimento para com o coronel, o que coloca a criança como um admirador de suas ações e sempre à disposição de suas futuras solicitações. Novamente o sentimento de submissão e humildade aparece, como no caso da caridade realizada para aqueles que a aceitam resignadamente. “A criança” se mostra submissa e grata pela intervenção feita aparentemente a seu favor.

Mencionar que a recompensa ao “trabalho que teve comigo” virá por Deus, reconhece como de valor material inestimável a ação de recolhimento da criança, pois uma humilde fotografia representaria pouquíssimo perto da ação do Coronel de retirar a criança do meio da vadiagem e da pobreza.

Os aspectos da fotografia como, por exemplo, a roupa da criança representa a distância entre a pobreza de vida do pequeno antes da intervenção de Herculano e após seu auxílio, porém, vale lembrar que o cenário pode ter sido composto para fotografar a criança em um determinado momento e talvez não fosse esse o contexto em que ela vivia.

A mensagem e o ato de enviar a fotografia ao presidente da Sociedade também demonstra o reconhecimento da importância deste tipo de intervenção social e apresenta-se como uma forma de estabelecer certo vínculo com a ‘figura ilustre’ do presidente da instituição.

Alguns outros retratos com mensagens parecidas com a da fotografia acima foram encaminhadas ao coronel Herculano e encontram-se no acervo da instituição. Na página seguinte encontram-se alguns dos retratos das crianças.



Ilustração 6 - Fotos de crianças, para Herculano C. F de Souza. Fotografia do acervo da Sociedade de Socorro aos Necessitados. 1923.

As ações de assistência da Sociedade em prol da infância pobre iniciaram-se pelas práticas de recolhimento e encaminhamento destas crianças à escolas e outras instituições ou lares adotivos. Porém, desde o início das atividades da instituição a organização de uma escola maternal constituíu-se como objetivo da SSN. Talvez a inclusão no estatuto da Sociedade do item que propunha pela criação de uma escola maternal tenha sido proposta por Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, que como mencionado anteriormente foi Diretor Geral de Ensino do Paraná anos antes da fundação da instituição e elaborou o Código do Ensino de 1915, durante sua gestão.

A organização da *Escola Maternal* foi uma das iniciativas da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* que se insere na perspectiva da **assistência científica** discutida neste capítulo. Porém, a provocação maior configura-se em compreender em que medida a *Escola Maternal* representa uma instituição de assistência e/ou de escolarização, e de qual forma de educação estamos tratando em ambos os casos. Estes são os pontos de discussão do capítulo a seguir.

## 2 A ESCOLA MATERNAL

A *Escola Maternal* de Curitiba se constituiu como uma proposta de atendimento direcionada à infância e constituía-se de três departamentos: Creche; Jardim de Infância e Curso Doméstico, o que implicava no atendimento de crianças de 0 a 12 anos.

Primeiramente, visando o objetivo deste capítulo de adentrar especificamente nas tramas da *Escola Maternal*, e problematizá-la como instituição de assistência e/ou de escolarização, é necessário destacar algumas considerações sobre o termo infância.

A perspectiva adotada neste estudo considera a infância como uma construção social. É a idéia que os adultos constituem em relação à determinada etapa da vida humana, e é marcada pelas diferenças culturais, temporais, geográficas entre outras questões. Compreende-se “a infância como a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida” (KUHLMANN JR.; FERNANDES 2004, p.15). Heywood (2004) considera que os aspectos variáveis que interferem na construção social da categoria infância são: classe social, gênero, etnia, idade cronológica, entre outros. Portanto a infância se configura como uma condição vivida de formas diferenciadas pelas crianças. Por este motivo a criança não deve ser considerada um ser passivo, não atuante em sua realidade. Deve-se pensar a criança como sujeito histórico, que carrega as marcas da história de seus pares. Cada criança vivencia, modifica, reinterpreta, age e reage a seu modo aos diferentes contextos sociais.

Compreender a infância como uma construção dos homens com características diferentes em cada época, sociedade, cultura etc. permite observar que a categoria infância se define numa perspectiva relacional. A infância é pensada ou em relação ao adulto, ou em relação à família, ou em relação aos espaços sociais públicos, entre outros aspectos que determinam o que cada sociedade está construindo como noção de infância. Um dos principais aspectos utilizados para determinar o período ao qual compreende a infância foi, e talvez ainda seja, a idade cronológica. Assim como a infância,

também a adolescência, a maturidade e a velhice são conceitos pensados e construídos histórica e socialmente, na maioria das vezes na divisão das idades do desenvolvimento humano.

Ferreira & Gondra apontam que “as idades da vida, por sua vez, vêm sendo descritas por meio de ciclos, etapas, momentos, fases, níveis, estágios e períodos” (FERREIRA; GONDRA, 2007, pág. 129). Estes ciclos da vida são determinados com base em aspectos comuns observados ao longo do desenvolvimento humano durante a vida.

Ao analisar tese médicas defendidas em algumas faculdades de Medicina do Brasil e de Portugal os autores observaram que para os médicos a primeira etapa da vida era desencadeada no nascimento. Outros eventos do corpo como, por exemplo, o aparecimento dos dentes marcaria a transição de uma fase para outra. “Pensar a infância passou, pois, a implicar trabalhar com a idéia de uma vida segmentada, que impõe reconhecer marcos que tornava [sic] possível identificar o começo e o término de diferentes fases, constituindo, assim, um verdadeiro gradiente das idades, evolutivo e linear” (FERREIRA; GONDRA, 2007, pág. 143).

Pode-se afirmar que a construção social sobre a infância, assim como as outras etapas da vida mencionadas, relaciona-se com a divisão das idades da vida, mas também com outros aspectos, dentre eles a autonomia humana. Deste modo, vale pensar que as habilidades que se desenvolvem em cada faixa etária, o que cada pessoa pode, ou consegue aprender e realizar em cada idade, também demarca as etapas da vida: infância, adolescência, maturidade, velhice. A questão então é se o sujeito é educável e o que ele ‘consegue’ aprender em cada idade.

Essa perspectiva permite pensar a *Escola Maternal* como uma proposta de educar a infância no início do século XX em Curitiba. A questão de discussão deste capítulo é que tipo de educação foi proposta e como ela se organizou. Ao analisar os argumentos para justificar a instalação, os saberes propostos, as modalidades de atendimento, entre outros aspectos da *Escola Maternal*, pretende-se apreender as concepções de infância que os sujeitos envolvidos nesta iniciativa de educação da criança estabeleceram.

## 2.1 ASSISTIR E/OU ESCOLARIZAR A INFÂNCIA

As pesquisas da área da História da Infância têm larga tradição de investigação das iniciativas direcionadas à infância pobre, sejam elas: órfãs, crianças carentes, abandonadas e desvalidas. Em sua maioria, estas pesquisas, apontam dois tipos de atendimento à infância pobre: instituições de assistência ou escolar. Os trabalhos sobre instituições de assistência apresentam-se em maior número, porém ainda são poucas as investigações sobre iniciativas escolares para crianças pequenas.

Ao analisar algumas iniciativas escolares direcionadas para crianças pobres no final do século XIX e início do XX, como creches e jardins de infância, Kuhlmann Jr. destaca que estes estabelecimentos, em seu processo histórico de constituição, se configuraram como uma proposta assistencialista, mas que nem por isso deixou de possuir um caráter educativo. Segundo o autor, o “fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representava uma concepção educacional” (KUHLMANN Jr., 2004, p.182). A proposta de educação que se pretendia destinar às crianças pobres considerava que para cada da população “qualquer coisa já bastaria”. Com base nessa perspectiva do que era ser pobre, ou seja, aceitar o que lhe fosse oferecido, Kuhlmann Jr. menciona que a educação assistencialista apresenta duas características: a primeira

é a virtude pedagógica atribuída ao ato de se retirar a criança da rua, o segundo aspecto dessa proposta educacional é que a baixa qualidade do atendimento faz parte dos seus objetivos: previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado (KUHLMANN Jr., 2004, p.183).

Com base nessas considerações, a organização de creches e outras instituições escolares destinadas aos pobres se configuraram como uma proposta de educação pobre para o pobre. Porém, vale ressaltar que é possível afirmar que instituições de assistência e recolhimento, mesmo que não especificamente escolares, também apresentavam uma proposta de educação. O mesmo argumento apresentado por Kuhlmann Jr. sobre a própria pobreza

representar uma concepção de educação permite ressaltar que ao recolher e cuidar de crianças pobres, as instituições de assistência estavam educando os pequenos para certa sensibilidade social. Deste modo, instituições como asilos infantis, que se destinavam às crianças órfãs, abandonadas, sem pais, também apresentavam uma proposta de educação para a infância. Vale destacar que esta educação não pode ser entendida como a mesma educação ofertada em espaços escolares, por conta das peculiaridades que o espaço e os tempos escolares impõem aos sujeitos. Assim, assumi-se a perspectiva de que instituições assistenciais também educavam crianças pobres.

Na documentação da *Escola Maternal* é possível perceber argumentos que possibilitam a afirmação da ideia de que a instituição de assistência tem função educacional. Segundo Maria Júlia G. de Sá, diretora que assina o relatório de 1936 da Escola,

todas as obras de assistência social, tem o seu mérito e a sua beleza; mas a assistência à infância a todas sobreleva e domina. (...) A criança na Sociedade é a plantinha, entregue nas mãos do agricultor - o professor, cujo compromissado é a formação do homem do Brasil de amanhã. Continuai, senhores Diretores esta obra dignificante de amparar a infância, aperfeiçoando-a cada vez mais, suprimindo-a das acomodações que melhore as condições materiais das crianças e realizareis relevante trabalho de construção social e no futuro, uma geração mais forte surgirá para a glória e a grandeza da nossa terra (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1936, pág. 01).

A *Escola Maternal* pode ser compreendida com um espaço de função educativa que envolve educação e instrução.

É aqui que intervém a oposição entre educação e instrução. O conjunto dessas finalidades consigna à escola sua função educativa. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar uma instrução. Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar ou ao ramo estudado. (CHERVEL, 1990, p.188).

No caso do Jardim de Infância e do Curso Doméstico havia divisão do tempo de estudos de acordo com os conteúdos a serem ministrados, assim a *Escola Maternal* apresentava sua face instrucional que estava a serviço de uma finalidade educativa. Se tudo na EM era educativo, todas as atividades visavam a educação e algumas atividades tinham por objetivo a instrução, mas esta por sua vez era ofertada de modo a contribuir com o tipo de educação que se pretendia para aquelas crianças. Este processo de configurar como objeto da

escola saberes necessários ou desejáveis a determinado tipo de educação pode ser chamado de escolarização.

Faria Filho destaca que o termo escolarização precisa ser entendido em três sentidos. O primeiro sentido refere-se à instituição de estabelecimentos responsáveis pelo ensino de conteúdos formais, como leitura, escrita, cálculo, etc. O segundo sentido da escolarização refere-se ao processo de produzir representações sociais tendo na escola seu espaço articular. Neste aspecto, a instituição estabelecida para transmitir os conhecimentos formais também se apresenta como espaço para a produção e articulação de referências sociais. No caso da *Escola Maternal*, por exemplo, o segundo sentido da escolarização pode ser percebido na proposta do estabelecimento de formar cidadãos sadios, honestos, que valorizavam o trabalho e a Pátria, transmitindo uma representação social do que se projetava ser um cidadão. O terceiro sentido da escolarização para Faria Filho refere-se às propagações das práticas escolares fora da escola e representa as apropriações sociais dos sentidos e práticas oriundos do ambiente escolar. Para Faria Filho é um artifício de ‘tornar escolar’, “um processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades, e valores aos imperativos escolares” (FARIA FILHO, 2007, p. 195). Entende-se que esse ‘tornar escolar’ refere-se a forma escolar (VINCENT, G.; LAHIRE, B. & THIN, D. 2001). Uma forma originada dentro da escola que pulveriza suas práticas e valores às outras esferas cotidianas. No caso da *Escola Maternal* da SSN observa-se o processo de escolarização fora da instituição quando a professora Annette Macedo destaca: “imagina a escola, assim educando as mães através dos filhos e formando novas almas de mães para o futuro...” (MACEDO, A. 1928b, p. 133). Com base nestas argumentações a *Escola Maternal* da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* pode ser considerada como uma proposta de escolarização da infância pequena.

No período analisado a instituição se apresentou como uma iniciativa de assistência, com função educativa, porém apenas em alguns momentos a instituição se configurou como um espaço escolarizador de menores de sete anos.

No final do século XIX e início do século XX o amparo e a proteção da infância pobre e abandonada, seja em espaços escolares ou apenas de

assistência, significou intervir a favor da sociedade como um todo, como medida de prevenção.

A proteção que se dispensa às crianças não aproveita somente à elas; as suas conseqüências redundam, em bem da sociedade em peso, em bem da pátria, em bem da raça, em bem da humanidade, pelo futuro, avante. (Muito bem) (MACEDO, F. R. A., 1922, p.128).

A proteção não era somente da infância, era também de adultos, da sociedade como um todo. A prevenção traria conseqüências benéficas à sociedade em geral. O objetivo era constituir um círculo vicioso, onde a criança bem educada se tornasse um sujeito trabalhador, sadio e limpo que formaria sua nova família com base nos preceitos adquiridos desde a mais tenra idade. Deste modo, diversas instituições de assistência foram criadas no Brasil com a finalidade de proporcionar amparo aos infantes e orientar as famílias pobres.

As atuações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* no que se refere ao atendimento de crianças pobres e abandonadas se fez por meio de parcerias com outras instituições do período até que a Sociedade fundasse a *Escola Maternal*. Estas instituições eram asilos, orfanatos, escolas de aprendizes entre outras, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná (IPAI)<sup>26</sup>, “uma instituição de fins filantrópicos destinada a amparar e proteger a infância necessitada” (INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DO PARANÁ, 1921, p. 9).

A diretoria da SSN destaca em seus relatórios as ações de encaminhamento de crianças aos Asilos São Luiz (para meninos) e Cajuru (recebia meninas e meninos), bem como menciona que matrículas foram concedidas pela Escola de Comércio à Sociedade que encaminhava algumas crianças para receber tal benefício. Estas e outras ações de parceria continuaram a ocorrer após a inauguração da *Escola Maternal*, porém em menor proporção. Segundo os relatórios da Sociedade essa diminuição na concessão de matrículas e encaminhamento de crianças à outras instituições ocorreu devido à crise financeira que estes estabelecimentos de assistência da

---

<sup>26</sup> Sobre o Instituto de Proteção e Assistência à Infância ver entre outros: SOUZA, G; TURINA, K. F. R. (2007); TURINA, K.F. R.; SOUZA, G.; SANTOS, A. M. (2006); TONELLI, E. (2005); GARCIA, R. M. (2003); SARTOR, C. (2000); LEVY, I. L. (1996).

capital enfrentaram, sendo obrigados a reduzir o número de concessões feitas à SSN.

Outra forma de atendimento à infância da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* foi a organização do serviço de *Assistência à Mãe Pobre*, em 1927. Mencionado no relatório sobre as atividades do ano de 1927 da SSN, a *Assistência à Mãe Pobre* foi instalada juntamente ao Dispensário Médico da instituição. No relatório é apresentada uma circular que foi distribuída aos médicos da capital paranaense com a finalidade de explicitar os objetivos da criação dessa *Assistência*

o seu intuito é contribuir, de alguma forma, na profilaxia de uma das mais terríveis enfermidades que flagelam a humanidade, pela sua enorme difusão, principalmente entre as classes menos favorecidas nas quais a mortalidade infantil constitui sério problema social, não falando no mal ainda maior da sobrevivência de indivíduos condenados a uma vida de miséria e de dores. Para maior eficiência deste serviço, vimos pedir a cooperação de V. Excia. no sentido de serem encaminhadas a esta instituição as doentes sem recurso, mães ou em estado de gravidez, que procurem o vosso consultório, apresentando estigmas sífilíticos, cujo tratamento demorado exija cuidados de uma instituição como esta, fundada pela "Sociedade de Socorro aos Necessitados", tendo em vista não só mitigar dores, mas também a previsão social no advento de valores fisicamente bem formados para uma vida melhor e mais útil. O serviço de Assistência Médica à Mãe Pobre está a cargo do competente clínico Dr. Victor do Amaral Filho, funcionando diariamente na sede social das 9 as 10 da manhã (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.4).

As descobertas científicas ocorridas no século XIX, o fortalecimento da área médica<sup>27</sup> e as estatísticas demográficas que apontavam a alta taxa de mortalidade nos primeiros anos de vida das crianças, contribuíram para que os médicos chamassem para si a responsabilidade de educar aqueles considerados desprovidos de moral e de hábitos de vida regrados e saudáveis. Segundo os médicos do período os grandes infortúnios que afligiam os pobres eram consequências de seus hábitos de vida desregrados, ausência das noções de higiene, alcoolismo, casamentos consanguíneos, entre outros elementos, que na maior parte das vezes eram de fundo moral.

A atuação da *Assistência à Mãe Pobre* pode ser entendida como uma prática de vigilância e controle dos hábitos de vida da população pobre e

---

<sup>27</sup> Sobre a constituição da área médica ver entre outros: BULCÃO, L. (2007); SILVA, M. R. B. (2002); EDLER, F. (1998).

também como forma de educar as mães para que se moldassem às normas médicas. Normas estas que as conduziria a um patamar mais elevado do que elas estavam, passariam de desprovidas de noções higiene e moral para detentoras de costumes socialmente aceitos e valorizados pela sociedade.

Paralelamente à instalação da *Assistência à Mãe Pobre*, a *Sociedade de Socorro aos Necessitados* em 1927 planejou a organização da *Escola Maternal* sob os mesmo argumentos, administrar, organizar e direcionar a vida das famílias pobres em direção a hábitos difundidos como mais saudáveis e moralmente aceitos. Recolher das ruas as crianças cujas mães precisavam trabalhar.

No caso do Paraná, a *Escola Maternal* organizada pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados* é a primeira instituição escolar de atendimento à crianças menores de 7 anos que se tem notícias. Ao falar sobre escolas maternais, Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, em seu discurso na assembléia legislativa do Paraná em 1922, destacou que “embora ainda não tenhamos no Paraná um estabelecimento dessa ordem, felizmente já possuímos instituições particulares de proteção à infância” (MACEDO, F.R.A.M. 1922, pág. 128). O deputado se referia ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná, que realizou o Concurso de Robustez Infantil, do qual Macedo fez parte da comissão julgadora e segundo ele próprio mencionou, sentiu-se

feliz e satisfeito, cheio de esperanças, ao ver cada mãe com o seu filhinho robusto, como que se ufanando de haver dado vida aquela vida, aquele ser, aquele elemento seguro da grandeza futura da nossa terra. (MACEDO, F.R.A.M. 1922, pág. 128).

Para Macedo, o primeiro passo da caminhada fora dado; se não havia em Curitiba instituição escolar, enquanto espaço de acolhimento e educação de crianças pequenas, já havia instituição que se preocupava com a questão do abandono da infância e suas conseqüências sociais.

Não havia instituições deste tipo no Paraná, mas as experiências de creches e jardins não eram inéditas no Brasil nesse período. Existem notícias de creches e jardins de infância em outros estados brasileiros anteriormente à iniciativa da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Porém há diferenciações no modo de organização, gestão e condução destas instituições.

A primeira creche no Brasil, que se tem registro, foi destinada a atender filhos de operários e sua inauguração ocorreu no ano de 1899, na Companhia Fiação e Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro (KUHLMANN Jr., 2004, p.82). Os primeiros estabelecimentos deste tipo organizados no Brasil datam do final do século XIX e início do XX, e foram em sua maioria, iniciativa de industriais em “resposta (...) à necessidade do trabalho feminino nas fábricas, em cuja mentalidade predominava o paternalismo e a preocupação em resgatar o seu operariado das garras da promiscuidade, da violência e da revolta” (VIEIRA, 1986, p. 8).

Diversos pesquisadores buscam compreender a diferenciação entre creches, jardins de infância, escolas maternais e até outros possíveis termos utilizados no final do século XIX início do XX para designar instituições escolares para menores de sete anos. Sobre a diferenciação destes termos: creche, jardim de infância e escola maternal, Kishimoto (1988a; 1988b) afirma que o modelo de jardins de infância que se difundiu no Brasil foi baseado no modelo do *Kindergarten* criado pelo alemão Frederico Froebel em 1840, que se destinava a educar crianças na faixa etária entre 3 até 7 anos. Para Kishimoto (1988b, p. 58), no Brasil, alguns políticos e educadores equivocadamente consideravam “todas as instituições infantis” como “casas assistenciais de cunho religioso”, pois não consideravam haver potencialidade educativa nestes estabelecimentos, somente sua função de recolher e guardar filhos de mães pobres e crianças abandonadas. Como proposta a esta questão a autora aponta que a instituição jardim de infância se diferenciava de salas de asilo, casas de guarda e orfanatos por apresentar objetivos educativos em sua proposta, com a função de estimular o desenvolvimento integral da criança, ao contrário das instituições assistencialistas mencionadas que visavam apenas guardar e proteger a criança pobre e desvalida. Na análise de Kishimoto, no Brasil, as escolas maternais atenderiam crianças menores que as atendidas pelos jardins de infância, com idade a partir de 2 anos, diferentemente dos jardins que atenderiam a partir dos 4 ou 5 anos. As primeiras escolas maternais no Brasil, segundo autora, foram organizadas no início do século XX para “amparar órfãos e filhos de operários” (KISHIMOTO, 1988b, p. 59). Esse

modelo de instituição “desponta como um novo tipo de escola que busca sua função pedagógica” (KISHIMOTO, 1988b, p. 59).

As considerações de Kishimoto divergem das considerações de Kuhlmann Jr. (2004) no que se refere à diferenciação de creches, escolas maternas e jardins de infância, em alguns aspectos. Para Kishimoto a faixa etária, a classe social e principalmente a proposta de instruir pedagogicamente as crianças com conhecimentos como ler, escrever e contar era o que diferenciava estas instituições. Na argumentação de Kishimoto ensinar a ler, escrever e contar seriam práticas destinadas a uma parcela social elitizada e por este motivo não seria ofertada às classes menos abastadas, pois seria uma forma de emancipação. Ao contrário, para Kuhlmann Jr., como destacamos anteriormente a instrução não estava excluída da proposta de educação assistencialista, porém era “não seria necessariamente sinônimo de emancipação” (2004, p.182).

Aos pobres a instrução seria reduzida, de baixa qualidade, mas não inexistente. O projeto educacional destas instituições visava o controle, a vigilância e a manutenção da ordem estabelecida. Entende-se, portanto que mesmo que seja uma educação não emancipatória, é uma forma de educar, existe na proposta destinada aos pobres e necessitados uma intenção de educabilidade. Vale afirmar que independente da nomenclatura que recebiam, creches, escolas maternas e jardins de infância se configuravam como iniciativas de escolarização da infância, por se constituírem enquanto espaços legitimados de algum tipo de educação formal, que produziria representações sociais nas crianças e que apresentavam a intenção de educar também a família, tornando escolar o espaço fora da escola.

Em relação à creche, o Kuhlmann Jr. (2000) afirma que “a instituição educacional criada para as crianças até 3 anos, (...) surgiu posteriormente àquelas destinadas às crianças maiores” (KUHMANN Jr., 2000, p. 07), os jardins de infância. Nessa perspectiva a creche se diferenciaria dos jardins pela faixa etária do público atendido.

No Rio de Janeiro a primeira iniciativa privada para organizar um jardim de infância foi, segundo Bastos, em 1875, quando o médico Menezes Vieira instalou o Jardim Menezes Vieira anexo ao Colégio Menezes Vieira. A autora

aponta que com base em um prospecto de apresentação do jardim, o mesmo possuía função educativa, pois tinha por fim: “aprofundar as aptidões, modificando a índole, formando o caráter, despertando e auxiliando o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais” (BASTOS, 2001, p. 74). O prospecto aponta também que a vantagem do jardim é que “serve de traço de união entre a família e a escola primária” e que a importância da instituição em relação à escola primária “é imensa, o professor encontrará terreno desbravado, o aluno encontrará hábitos de ordem, de asseio, de economia; a missão do mestre, com ser espinhosa, torna-se menos árdua e o resultado mais rápido e seguro” (BASTOS, 2001, p. 74). O jardim representava o elo entre a família e a escola e prepararia o aluno para as normas, regras e saberes do ensino primário, facilitando o trabalho do professor.

No caso da *Escola Maternal* organizada em Curitiba, o elo não seria possível, pois a família da criança pobre era vista como despossuída de elementos que colaborassem com o objetivo da escola. A família da criança pobre, segundo Annette, não apresentava nenhuma condição de contribuir com a escola para a boa educação de seus filhos. Para Annette Macedo a figura principal da família é a mãe. Esta representava sua família e era considerada a maior responsável pela educação dos filhos.

A mãe é a primeira educadora. Mas a mãe pobre é quase sempre, não só pobre de recursos materiais, mas também pobre de espírito, pobre de cultura intelectual e moral. Não pode ser boa educadora (MACEDO, A. 1928b, p.129).

A organização da *Escola Maternal* destinou-se a suprimir a lacuna de um lar saudável, “deficiente ou pernicioso” (MACEDO, Annette, 1928b, p.129) e se constituiu como “lar-escola da criança pobre. Lar abençoado. Escola bendita” (MACEDO, Annette, 1952, p.248). A *Escola Maternal* era na argumentação de seus proponentes, não uma ponte, mas sim uma escada, na qual a criança e a família teriam a oportunidade de “subir” e sair da sua condição de inferioridade moral e intelectual. Pode-se cogitar que a *Escola Maternal*, para alguns de seus proponentes, não era considerada como um espaço preparatório para o ensino primário, e sim em nível superior ao jardim de infância e o ensino primário público. Annette Macedo, por exemplo, ressalta que do modo como estes estabelecimentos estão organizados no Paraná

prestam relevantíssimos [sic] serviços à educação popular. Mas evidentemente são menos eficazes, como aparelhos educativos do que a Escola Maternal. Nesta, cogita-se dirigir de perto, desde o início, a vida das crianças, ministrando-lhes cuidados maternos e cuidados escolares, com o fim de formar gente sadia e robusta de corpo e alma (MACEDO, A. 1928a, p.3).

Retomando a discussão em relação ao Jardim Menezes Vieira, é possível observar outro ponto de consonância com a proposta da *Escola Maternal*. O prospecto do Jardim traz informações de como as crianças devem ser vestidas para comparecer às aulas, o que devem levar para lanche entre outras orientações que apontam o espargir de normas de conduta entre aqueles que freqüentam a instituição e conseqüentemente suas famílias, que devem se adaptar às orientações. A *Escola Maternal* também atuou nessa postura, porém de forma mais intensa: a instituição realizava as ações e as difundia entre os pais das crianças. Nas palavras de Annette Macedo, a *Escola Maternal*

recolhe as crianças, dispensa-lhes cuidados maternos, nutre-as, lava-as, veste-as, diverte-as, educa-as, durante o dia todo e as restitui à tarde, nutridas e satisfeitas a suas mães, ministrando a estas conselhos e instruções a respeito de como, em casa, devem tratar o objeto do seu amor, para que a ação da escola não se perturbe nunca (MACEDO, A. 1928b, p. 129).

A *Escola Maternal* tinha como propósito ensinar as mães como cuidar de seus filhos de forma correta, julgando as mães como incapazes de fazê-lo.

Diversos autores<sup>28</sup> afirmam que os jardins de infância acabaram por atender majoritariamente a população das elites, enquanto creches e escolas maternas atenderiam pobres, abandonadas e filhos de operários. O Jardim Menezes Vieira, segundo Bastos tinha como proposta servir “uma clientela de elite, atendendo crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos” (BASTOS, 2001, p. 32). Assim como o Jardim Menezes Vieira, o jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, instalado em 1896, “mesmo sendo oficial, atendia aos filhos da burguesia paulistana” (KUHLMANN Jr, 2004, p. 84). O Jardim de Infância Caetano de Campos ocupou lugar de destaque entre as instituições desse tipo no Brasil por se configurar com a

---

<sup>28</sup> Dentre outros trabalhos sobre creches e jardins de infância, conferir KUHLMANN Jr. (2000 e 2004); BASTOS, M. H. C. 2001; KISHIMOTO, T. M. 1988a; 1988b; VIEIRA, L. (1986).

proposta de ser um jardim de infância modelo, como a escola normal ao qual o jardim era anexo. Segundo o autor, o jardim Caetano de Campos ocupou lugar de destaque no cenário educacional de São Paulo, “durante muito tempo, o Jardim contou com esse tipo de clientela: como escola-modelo, o Jardim acabava por reservar o privilégio de seu espaço e materiais à elite paulistana” (KUHLMANN Jr., 2004, p. 122).

A *Escola Maternal* por sua vez, foi organizada sob a argumentação de destinar-se à cuidar e educar crianças pobres cujas mães precisavam trabalhar. Porém, há no regimento da E.M. um artigo que cogitou a possibilidade de matrícula para crianças cujos pais dispusessem de recursos para pagar. Annette Macedo justifica que

não devemos esquecer que faz parte do meu plano a administração não só de filhos de pobres. No art. 5 do regimento se facultou [sic] a matrícula à criança cujos pais disponham de recursos mediante pagamento de mensalidade. Mães professoras ou empregadas no comércio, etc. poderão deixar seus filhos na Creche, cuidadosamente tratados durante as suas horas de trabalho (MACEDO, A., 1934. p. 53).

Deste modo a afirmação de que jardins se destinavam ao atendimento de classes abastadas e creches reservavam-se ao atendimento de crianças pobres não se confirma no caso da *Escola Maternal*. Primeiro porque o jardim da Escola também se destinava ao atendimento de crianças pobres, como as que eram recebidas na creche da instituição. Segundo, porque a creche estaria à disposição de quem desejasse e possuísse condições financeiras de pagar para seus filhos freqüentarem a instituição.

Se há certa convergência entre alguns os autores no que se refere à classe social como elemento que distinguia as instituições destinadas à infância, há divergências em relação, por exemplo, à proposta educacional das instituições. Para Kishimoto (1988a; 1998b) as instituições destinadas às camadas populares não possuíam propostas educativas. Outros autores, como Kuhlmann Jr não compartilham desta perspectiva. Nesse aspecto, discorda-se de Kishimoto, pois no caso da *Escola Maternal* da SSN percebe-se com base no detalhamento de seu regimento a proposta de educação formal com itens que contemplavam ensinar a ler, escrever, contar, entre outras questões que serão discutidas no próximo item com maior atenção.

A *Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados* ajudou a compor o cenário de atendimento à infância pobre, ofertando as modalidades creche e jardim de infância, juntas na mesma instituição. Essa afirmação baseia-se na análise da documentação da *Escola Maternal* organizada em Curitiba e pode não refletir outros contextos, principalmente pelo fato da ausência de estudos no Brasil sobre outras instituições deste tipo.

Vale ressaltar também que não se pretende trabalhar aqui com conceitos fechados sobre a definição de creche, jardim e escola maternal por compreender estes termos não como categorias de análise para a problematização da instituição e sim como nomenclaturas que se alteram em seus diferentes lugares e tempos. A proposta é problematizar as proposições e ações da *Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados*.

## 2.2 AS FINALIDADES E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS

A organização da *Escola Maternal* resultou da parceria do governo do Estado do Paraná com a *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. A manutenção do espaço e das despesas com alimentação ficavam a cargo da SSN, e ao Estado coube a nomeação e o pagamento da diretora e das professoras normalistas para o Jardim de Infância e para o Curso Doméstico. Foi solicitado ao governo do Estado do Paraná, pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, que Annette Macedo, que até então atuava como professora em grupos escolares fosse nomeada para organizar e dirigir a *Escola Maternal*. O regimento e a organização da *Escola Maternal* foram realizados pela professora Annette que permaneceu na direção da instituição de agosto de 1928, data de sua criação, até janeiro de 1929. Após a saída de Annette Macedo o governo do Estado nomeou para a função de diretora da EM a normalista Maria Júlia Gonçalves de Sá que permaneceu no cargo de 1929 até 1956.

A *Escola Maternal* foi instalada no Pavilhão Manoel Quadros, edifício da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* destinado ao recolhimento de mendigos. Francisco Macedo (1952) ao realizar um breve histórico da *Escola Maternal* destacou que o mobiliário e o material pedagógico foram prometidos pelo Estado, porém a demora no recebimento atrasou a inauguração da Escola. Macedo relata que a SSN

dotou a E.M. das doze caminhas de ferro, esmaltadas de branco, muito boas, com seus colchões, travesseiros e acolchoados. Deu-lhe também algum pano e uma boa máquina de costura de manivela para se fazerem os lençóis e fronhas da Creche e os aventais do Jardim e do Curso Doméstico. (...) Deu também uns bancos e mesinhas de madeira oferecidos pela Polícia, que os apreendera em batida a uma casa de tavolagem (MACEDO, F.R.A. 1952, p.160).

A *Sociedade de Socorro aos Necessitados* estava mais preocupada com a assistência que a instituição viria a prestar aos pobres, se interessando em prover a E.M. com os materiais necessários para que o recolhimento das crianças se iniciasse o quanto antes. Ainda segundo Macedo, a creche foi entregue aos cuidados das “guardiãs” termo que consta no Código do Ensino do Paraná (1915), porém sem especificação da formação ou da função que esta exerceria em uma escola maternal. O termo foi adotado na EM para designar as responsáveis pelos cuidados com os bebês. Conforme Macedo, F.R.A. (1952), as guardiãs eram senhoras sem formação na escola normal, porém de “sentimentos nobilíssimos, diligentes e carinhosas” (MACEDO, F.R.A. 1952, p.160). O Jardim e o Curso Doméstico foram entregues a professoras normalistas, conforme determina o Código de 1915, todas subordinadas à Diretora e nomeadas pelo Estado. O fato da creche ter ficado a cargo de guardiãs e não de professoras normalistas pode indicar que a proposta da Sociedade para a organização da *Escola Maternal* dividia-se em assistencialista para as crianças menores e de escolarização para as crianças maiores. Entende-se que nesta proposta assistencialista de atendimento das crianças menores o objetivo era a educação do corpo, realizada por meio de cuidados higiênicos e de conduta moral.

Uma das inquietações que motiva as discussões deste trabalho é problematizar em que medida as ações da *Escola Maternal*, fossem as propostas no seu regimento ou as realizadas no seu cotidiano, estiveram

relacionadas com as finalidades pensadas para a instituição. Entende-se que ao propor uma finalidade para a *Escola Maternal*, seus organizadores pensaram determinadas ações com vistas a concretizar este objetivo. Porém, em que medida a formulação do regimento e a condução das ações da *Escola Maternal* representa as finalidades da instituição? Pensar uma instituição com objetivo de recolhimento remete à intervenções diferentes de uma proposta de instituição com objetivos de instrução. As proposições e a atuação da *Escola Maternal*, durante o período analisado (1928-1944), diversas vezes se mostraram ambíguas e conflitantes. O próprio recorte temporal remete a um dos conflitos presentes na instituição: a origem dos recursos e a relação com a direção da instituição.

O fato da instituição organizada pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados* ter recebido a designação de “escola” explicita uma finalidade que pode remeter à prática escolar, à um espaço pensado e organizado para proporcionar a transmissão de saberes, com tempos e normas definidos especificamente para estes fins. Não foram localizadas fontes que permitam conhecer de forma ampla e detalhada os espaços da *Escola Maternal*, em relação a esta questão apenas alguns aspectos são abordados neste trabalho. O termo escola na nomenclatura da instituição pode não representar a ideia de espaço escolar especificamente, ao contrário, é possível entender que a instituição recebeu essa designação por determinação do Código do Ensino de 1915. Annette Macedo destacou que foi “comissionada para organizar e dirigir a primeira “Casa das Crianças” que se edifica no Paraná. Graças aos esforços da benemérita S.S. aos Necessitados, com o nome de “Escola Maternal”, que lhe dá o Código do Ensino (...)” (MACEDO, A. C. P. 1928b, p. 127). Deste modo, apenas com base no nome da instituição não é possível compreendê-la como um espaço apenas escolar.

A organização da *Escola Maternal* pela *Sociedade de Socorro aos Necessitados* fundamentou-se em diversos argumentos. Para a Sociedade

as vantagens da Escola Maternal, quer como instituição de socorro imediato às mães que se vem frequentemente pendas na busca dos próprios meios de subsistência pessoal pelos cuidados que tem dispensar aos filhos menores, avolumando assim o número de indigentes, quer como provisão social nos cuidados que serão dispensados às crianças no abrigo da insuficiência alimentar e da educação defeituosa em que crescem nos meios necessitados, são

tão patentes que dispensa qualquer comentário com o fito de enaltecê-las (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1926, p.2).

A *Escola Maternal* era tão necessária que dispensava comentários sobre essa questão. Porém, as considerações acima apontam a instituição como um espaço de recolhimento de crianças para que não permanecessem na rua e como meio de suprir o que lhes faltava em questão de alimentação e educação. A E.M. representava um dos braços de atuação da Sociedade, com propósitos de recolher as crianças que perambulavam pelas ruas da capital, evitando a mendicância e prevenindo a criminalidade infantil. O objetivo era constituir uma rede de iniciativas em torno do problema que a mendicância representava para o processo de modernização de Curitiba. Diversos aspectos na condução dos trabalhos por parte da Sociedade indicam a perspectiva assistencialista que a instituição pretendia que a *Escola Maternal* assumisse.

Outros dois aspectos permitem apontar a *Escola Maternal* como uma iniciativa assistencialista da Sociedade: a organização de uma escola maternal já havia sido cogitada nos estatutos da SSN e a instalação da instituição ter ocorrido no mesmo prédio destinado a abrigar os mendigos. A construção de um novo edifício destinado ao recolhimento de mendigos e necessitados foi iniciada em 1926, conforme mencionado no capítulo anterior. O projeto foi alterado, acrescentando-se um pavimento na proposta original, pois deste modo a “Escola Maternal de que [sic] cogitam nossos estatutos (...) poderá ser instalada com relativo conforto no pavimento superior” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1926, p.2). A instalação da *Escola Maternal* no mesmo edifício de recolhimento de mendigos impôs algumas dificuldades à proposta de educação que se pretendia para as crianças. Francisco Macedo relatou o problema das refeições das crianças serem realizadas junto aos mendigos, no que a SSN chamava *Mesa dos Pobres*. Macedo defendia que “em escola desta natureza – escola e lar de crianças sem lar, tudo é educativo. O refeitório deve proporcionar ensejo para ensinamentos preciosos.” (MACEDO, F.R.A., 1952, 161). O deputado continua sua argumentação defendendo que o problema consiste na aquisição de bons hábitos, assim

(...) era desejável que, na mesa, as crianças adquirissem, ao menos, os hábitos de comer higienicamente, o conveniente e o suficiente, com decência e boas maneiras, usando de seus talheres e guardanapos, tomando a escola o aspecto de uma família grande. (MACEDO, F.R.A., 1952, 161).

A educação que se pretendia para as crianças da EM visava hábitos de civilidade adequados para o convívio social numa sociedade que desejava ser ordeira, limpa e livre de barbarismos. Outro problema que se impunha no refeitório era a impropriedade da mesa e dos bancos onde as se realizavam as refeições. “As crianças tinham de ficar umas de joelhos, outras de pé, nos bancos, para alcançar os pratos.” (MACEDO, F.R.A., 1952, 162). A solução encontrada pelas professoras foi sobrepor um banco em cima do outro, porém, “se uma criança travessa, apoiada na mesa, desse um impulso para trás, era certo que iriam todas ao chão” (MACEDO, F.R.A., 1952, 162).

Annette Macedo via na organização da *Escola Maternal* a solução também para o problema social que representavam crianças abandonadas nas ruas.

Da ação profilática da Escola Maternal deve resultar a diminuição progressiva do número de menores abandonados e delinqüentes. Sem escolas maternas em número suficiente, tende a multiplicar-se o número de menores e delinqüentes. São essas escolas, pois, condição essencial para a solução do grande problema (MACEDO, A., 1928b. p. 130).

A *Escola Maternal*, segundo discurso da época, se constituiu como uma medida de prevenção e contenção da mendicância e do crime, considerando a criança criminoso antes mesmo de cometer qualquer delito. A posição assistencialista que assumia a E.M. tinha maior peso para a Sociedade, pois para Annette Macedo era necessário não só abrigar, mas escolarizar estas crianças. Os artigos do regimento da *Escola Maternal* foram elaborados visando o ensino de diversos conteúdos escolares o que permite afirmar que, para a professora, a instituição deveria educar pelo cuidar e pela escolarização.

Annette Macedo formulou o regimento para *Escola Maternal* “tendo algum conhecimento das escolas maternas francesas e dos sistemas de Pestalozzi, Froebel e Montessori, algum estudo de Psicologia Pedagógica e do sistema da escola ativa ou funcional (...)” (MACEDO, Annette, 1934, p.48). A professora menciona também que o regimento foi elaborado em parceria com seu pai, Francisco Ribeiro Azevedo Macedo e teve como base o Código do

Ensino do Estado do Paraná promulgado em 1915. O Código do Ensino do Estado do Paraná ao qual Annette Macedo se refere foi delineado por Francisco Macedo e pela primeira vez estabeleceu bases, em âmbito legislativo, para a criação de escolas maternais no Paraná com o objetivo de atender a infância. Francisco Macedo esclareceu que

a escola maternal, segundo esse plano, é nada mais nada menos do que um asilo infantil, sob o tipo dos asilos infantis da Itália que são os que melhor pode estudar, asilos que já existem em todos os países civilizados. Tais estabelecimentos são destinados aos filhos de mães pobres que, tendo de ir diariamente para o trabalho, deixarão seus filhos entregues aos cuidados maternais dispensados em estabelecimentos dessa ordem. Segundo o plano estabelecido no Cod. de Ensino, o asilo infantil, tem, como complemento um jardim da infância, onde as crianças brincando, receberão noções compatíveis com a sua idade e grau de desenvolvimento (...) (MACEDO, F.R.A, 1922, p.127).

As considerações de Annette Macedo e Francisco Macedo sobre as referências que nortearam a proposta da *Escola Maternal* da SSN remetem à circulação de modelos educacionais no período.

As primeiras escolas maternais foram organizadas na França no final do século XIX, segundo a educadora francesa Pauline Kergomard que atuou como diretora de escolas maternais a proposta foi substituir as salas de asilo superlotadas e sem princípios de escolarização, por espaços que prioritariamente educativos. Na realidade alguns autores, como por exemplo, Jean-Noël Luc (1997; 1982), destacam que a escola maternal seria uma substituição de nome proposta para as salas de asilo. Para Luc (1982) a função escolar foi sublinhada pelos reformadores republicanos franceses na circular de 1882, ou seja, ela já existia nas salas de asilo. A função educativa estava presente nas salas asilos, ao contrário do afirmava Kergomard, assim como posteriormente, as escolas maternais francesas mantiveram seu caráter de acolhimento e de caridade.

Em relação às atividades das escolas maternais francesas Kergomard insistia na importância do jogo para a educação da criança pequena. Pauline defendia que a criança deveria aprender enquanto brincava e brincar enquanto aprendia. Annette Macedo em sua tese **Felicidade pela educação** também defendia que as crianças que freqüentavam a *Escola Maternal* estavam

“aprendendo, mesmo quando brincam e brincando mesmo quando aprendem” (MACEDO, A. C. P., 1934, p.132).

As diferenças da *Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados* em relação ao modelo francês, conforme consta no ofício que Annette Macedo (1928a. p.1) enviou ao Diretor do Ensino Público, Sr. Hostílio Cesar de Souza Araújo, encontram-se em dois aspectos. O primeiro é que a escola maternal francesa atendia crianças a partir de 2 anos, e a E.M. destinava-se a crianças a partir do nascimento. Segundo, porque a escola maternal francesa previa o atendimento de crianças até 6 anos, e a proposta elaborada por Annette, pretendia atender meninas acima de 6 e até 12 anos no Curso Doméstico, curso este que não existia nas escolas maternais francesas.

Estes dois aspectos de diferenciação da *Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados* foram determinados no Regimento da instituição.

O capítulo III do Regimento apresenta qual estrutura de organização a *Escola Maternal* deveria seguir.

CAPITULO III - DOS DEPARTAMENTOS DA ESCOLA MATERNAL  
 Art. 10° - A E. M. terá três departamentos coordenados e harmônicos:  
 I – A Creche ou Asilo das Crianças; II – o Jardim Infantil; e III o Curso Doméstico (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 117).

No que se refere à creche o regimento determina que

I - A CRECHE  
 Art. 11.º— À Creche ou Asilo das Crianças incumbe ministrar-lhes os cuidados de nutrição, de higiene, de ginástica, provendo às necessidades do seu desenvolvimento físico e psíquico, observadas as instruções gerais e as especiais dadas pelo Diretor da Assistência Médica da S. S.N.  
 Art. 12.º— Será dotada a Creche dos requisitos essenciais ao serviço de Puericultura, tendo aparelhos de observação e experiência, dormitório, refeitório, banheiros, etc. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 118).

As determinações para o funcionamento da creche estavam muito mais ligadas à assistência do que a educação escolar. Cuidar dos hábitos de higiene física e moral constituía-se como o objetivo principal deste departamento, sempre orientado pelo médico responsável pela Assistência Médica da SSN. Percebe-se que a criança era foco de atenção médica e o que ela aprenderia seria primeiramente a ser higiênica e saudável, para depois estar apta a

receber instrução. Os saberes (ler, escrever e contar, por exemplo) da mente não poderiam ser bem aproveitados pelas crianças se seus corpos não estivessem em “ordem”, “limpos” “organizados”, “preparados” higienicamente. Era preciso limpar a sujeira da pobreza e dos maus hábitos que as crianças pobres carregavam e preparar o corpo primeiro para depois desenvolver a mente.

Receber crianças de zero a dois anos foi uma das diferenças, conforme apontou Annette Macedo, entre as Escolas Maternais francesas e a *Escola Maternal* no Paraná. A *Sociedade de Socorro aos Necessitados* pensou como finalidade para a *Escola Maternal* um espaço similar ao de recolhimento dos mendigos; ali as crianças receberiam alimentação, roupas e calçados; estariam longe das ruas e receberiam instruções de como deveriam se portar para serem cidadãos civilizados. As escolas maternais francesas por sua vez buscavam se distanciar da proposta de recolhimento dos antigos asilos, e direcionar-se para um atendimento de acolhida com instrução conforme Luc (1997).

A proposta de atendimento da *Escola Maternal* para receber crianças com apenas alguns meses de idade ou menos, parece ter sido alterada ao longo dos anos de atuação da instituição. A partir de 1938 foi estabelecido um questionário que as instituições que recebiam subsídios federais deveriam responder e encaminhar para o recém criado Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Em um destes questionários preenchidos pela diretora da *Escola Maternal* no item “Idade de Admissão” consta a informação: “1 ano” (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1938, folha única).

Para o Jardim de Infância a proposta de escolarizar a infância parece mais evidente devido o grande número de saberes ditos escolares:

## II — O JARDIM INFANTIL

Art. 13.º - Destina-se o Jardim Infantil a ministrar às crianças de 3 a 7 anos educação adequada ao seu desenvolvimento físico e psíquico.

Art. 14.º — Os trabalhos concernentes à educação intelectual, no Jardim, por meio de colóquios, jogos e exercícios suaves e agradáveis, consistirão, em regra:

- 1º — a princípio em conhecer-se o grau de atividade mental de cada criança, a fim de as classificar em grupos homogêneos; depois,
- 2º — em cada classe, despertar o interesse das crianças pelo objeto da lição afim de que [sic] espontaneamente prestem atenção, e,

3° - guiá-las:

- a) - na aquisição pessoal e direta de ideias fundamentais pela observação e pela experiência;
- b) - na conservação e desenvolvimento dessas ideias e aquisição de ideias novas, pela associação;
- c) - na expressão clara e perfeita das ideias e
- d) - na formação e expressão dos juízos;
- e) - no raciocínio;
- f) - na imaginação.

Art. 15° — Quanto à educação moral, o processo consistirá principalmente:

1° - a princípio, em conhecerem-se as tendências ou inclinações de cada criança, afim de

2.° — estimular e consolidar as boas tendências e os hábitos bons; e

3° — estimular a vontade inibitória das tendências más e criadora de hábitos contrários a estas; e

4° cultivar os hábitos bons;

5° — dirigir todos os exercícios e diversões, de modo que, em seus atos, as crianças adquiram hábitos de polidez, de modéstia verdadeira, de bondade, de justiça, de sinceridade, de dignidade, de discrição, de moderação, de prudência, de coragem e de ordem e, em suma, de cumprimento de seus deveres (ESCOLA MATERNAL da SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 118; 119).

A proposta elaborada por Annette Macedo para o Jardim de Infância da *Escola Maternal* fundamentou-se na sua argumentação do brincar enquanto aprende e aprender enquanto brinca.

As disposições do regimento da Escola Maternal, por mim elaborado, provam que, por ele iniciei meus passos no sistema novo, que eu vinha então estudando e admirando, nas obras de seus doutrinadores e aplicadores, obras essas hoje traduzidas para o Português e divulgadas no Brasil, umas pela Biblioteca de Educação de São Paulo, outras pela Biblioteca Pedagógica Brasileira do Rio de Janeiro (MACEDO, A., 1934, p.58).

O sistema novo ao qual Annette Macedo se refere e que se constituiu como a base, segundo ela própria, para elaboração do regimento da *Escola Maternal* é a moderna Psicologia Pedagógica. A professora destacou que a proposta de ensino da nova pedagogia baseava-se nas contribuições de

Comenius, Montaigne, Pestalozzi, e outros (...) gloriosos precursores da escola que teve as lições de coisas como seu princípio vivificador; a cultura dos sentimentos e da vontade, como base da educação moral; o aprender agradável, como princípio didático, a bondade persuasiva e o exemplo do professor, como princípios da ordem disciplinar. (...) Como poderoso fator de civilização, esse sistema pedagógico operou, no mundo todo, formidável movimento, tendente a libertar os povos, republicanizar as nações e propulsionar as ciências, determinando descobertas e invenções maravilhosas, acelerando o progresso (MACEDO, A., 1934, p. 57).

Annette que se declarava adepta das ideias da Escola Nova, defendia que na escola e em seus métodos de ensino encontravam-se toda a salvação da civilização. As crianças deveriam freqüentar as escolas, pois nelas estavam os verdadeiros valores e conhecimentos que impulsionariam a sociedade para o progresso de forma organizada. É possível perceber que a escola se constituída como responsável por civilizar as crianças desde o início da vida.

Os autores mencionados por Annette Macedo, bem como a importância da ciência no processo de formação das normas de civilidade dos sujeitos pode indicar o processo de conformação ou transformação das propostas educacionais do início do século XX. Annette como uma pessoa atuante na área educacional parecia estar atenta e em constante contato com novas propostas educacionais. Ao que parece a professora defendia algumas propostas que posteriormente serão nomeadas como Escola Nova<sup>29</sup>.

A proposta para o Jardim de Infância foi utilizar os princípios do jogo e da aprendizagem pelos sentidos para inculcar os valores morais nas crianças. Os conhecimentos formais das primeiras letras ficavam para a etapa posterior, o ensino primário no caso dos meninos e o Curso Doméstico no caso das meninas. Após os cuidados com o corpo, sua higiene e seu controle, a atenção voltava-se para a moral e somente depois para os conhecimentos específicos da escola.

No artigo do Regimento da *Escola Maternal* sobre o Jardim de Infância é mencionada a classificação, com o objetivo de conhecer as “tendências e inclinações” das crianças. Esse fato remete a ideia da escola como organizadora social. Nesse aspecto o segundo sentido apresentado por Faria Filho (2007) sobre a escolarização contribui para pensar a *Escola Maternal* como o espaço de produção e reprodução de representações sociais que somente seriam possíveis neste ambiente, devido o tempo que as crianças estavam ali e ao lugar de destaque que a instituição escolar passava a ocupar no imaginário das pessoas. Era na escola que os sujeitos aprenderiam a se adequar às normas sociais.

O fato mencionado no regimento de classificar para homogeneizar remete à concepção de infância única, não pensada com características

---

<sup>29</sup> Sobre a Escola Nova e o processo educativo ver entre outros: VIDAL, 2000.

próprias da etapa e das condições sociais, econômicas, étnicas, de gênero entre outros elementos peculiares em cada criança. A homogeneização objetivada pelo regimento remete a uma infância única, que deveria ser adaptável e moldável da mesma forma. Assim, conhecer a atividade mental da criança e depois classificá-la em grupos homogêneos pressupõe uma divisão em mais aptos, menos aptos a receber conhecimentos e instrução, mais adaptáveis e menos adaptáveis às normas. Retoma-se aqui o pensamento apresentado no capítulo anterior sobre a submissão do indivíduo que recebia a ação de assistência ou no caso da escola, a ação escolarizante. As crianças eram vistas na mesma perspectiva que se via os mendigos, como mais receptivas e menos receptivas. Maria Julia Sá, diretora da *Escola Maternal* de 1929 a 1956, mencionava a mesma citação em vários relatórios: “é bem difícil a tarefa de educar crianças de índoles diferentes, vindo a maioria de ambiente viciosos” (ESCOLA MATERNAL DE SOCORRO AOS NECESSITADOS 1939, p.01). Segundo a representação da época a índole da criança era determinada pelo ambiente social em que vivia. O fato de serem mencionadas como de comportamento difícil pode indicar que eram vistas provavelmente como rebeldes à ordem, inquietas, sem azeitos e portadoras dos germes da falta de moral, sendo esta última apontada como uma das principais características da população pobre.

Deste modo, no caso da criança, considerava-se possível salvar a criança da desgraça da pobreza e suas conseqüências, evitando o enraizamento do mal social. Se no adulto era preciso a repressão e a correção enviando-os para instituições de controle como presídios, no caso da infância a escola seria responsável por retirar a criança da miséria moral em que se encontrava. “Porque as sementes lançadas na terra germinarão viçosas ou raquíticas conforme a qualidade do solo e o seu grau de calor e humildade. Assim a criança. [sic] É necessário apenas, paciência e perseverança” (ESCOLA MATERNAL DE SOCORRO AOS NECESSITADOS 1939, p.01). A escola operava na prevenção, com o objetivo que não se desenvolvesse em seu caráter os defeitos de conduta moral presentes no caráter dos pais.

Após os sete anos de idade os meninos que freqüentavam o Jardim de Infância na *Escola Maternal* eram encaminhados para outras instituições de ensino. As meninas permaneciam na *Escola Maternal* para o Curso Doméstico.

### III — CURSO DOMÉSTICO

Art. 16.º — O Curso Doméstico ministrará às meninas de mais de 7 anos a cultura física, intelectual, afetiva, ativa, moral, cívica e estética necessárias às boas mães de família.

Art. 17.º — A cultura física consistirá no conhecimento e na prática racional dos meios de conservar a saúde e de desenvolver e aperfeiçoar os órgãos e funções do corpo: higiene, atividade muscular em aplicações úteis e ginástica.

Art. 18.º — A cultura intelectual, depois de conhecida a capacidade mental de cada criança, será distribuída em diversos graus e estas em classes e turmas, e ministrada pelos métodos melhores, aconselhados pela Pedagogia, abrangendo:

1.º — Lições de coisas (sentidos, idéias, associações, juízo, raciocínio, imaginação, linguagem);

2.º — Leitura e escrita, desde os primeiros passos até a leitura expressiva e a composição escrita; e os elementos práticos essenciais de:

3.º — Aritmética;

4.º — Geometria;

5.º — Geografia, especialmente a do Brasil;

6.º — Historia, especialmente a do Brasil;

7.º — Historia Natural e

8.º - Física e Química.

Art. 19.º — A cultura afetiva de caráter otimista, resultará principalmente da ordem geral da E. M., em virtude da qual adquirirão as crianças hábitos de solidariedade, de respeito, de sinceridade, de verdade, de gratidão, de bondade, de justiça, etc.

Art. 20.º — A cultura da atividade voluntária e consciente — (liberdade, móveis e motivos) provirá intensa de todos os passos da Escola Maternal.

Art. 21.º — Tudo na Escola será elemento de cultura moral, completada por noções singelas e práticas, concernentes:

a) — aos deveres relativos a nós mesmos, nos nossos semelhantes, à Família, à Escola e à Pátria;

b) — à felicidade de ser bom e justo, à satisfação da consciência, fonte da alegria de viver;

c) — às necessidades primordiais da vida humana; aos direitos e deveres relativos a cada uma;

d) — ao casamento, base da família;

e) — aos direitos e deveres entre marido e mulher; e

f) — à bondade e à justiça de Deus, base de todas as religiões.

Art. 22.º — A cultura cívica resultará não só do culto á bandeira, das comemorações cívicas e do conhecimento da nossa terra, das nossas tradições e dos nossos grandes homens, mas também de noções elementares a respeito das nossas instituições governamentais e dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e estrangeiros.

Art. 23.º — A cultura estética provirá da contemplação das belezas da Natureza, tanto na ordem física quanto na espiritual; do desenho; dos trabalhos manuais; da leitura e explicação de páginas de arte de poetas e prosadores; dos exercícios de composição escrita; da declamação; dos cânticos escolares etc.

Art. 24.º — Tendo o Curso Doméstico por fim a formação de boas mães de família, tudo na Escola tem de visar esse fim; e especialmente:

1.º — os trabalhos manuais de utilidade doméstica, inclusive horticultura e floricultura;

2.º — as noções

a) — de contabilidade doméstica;

b) — de economia doméstica;

c) — de higiene e de medicina caseira.

Art. 25.º — Por determinação da Diretora serão as meninas, em horas propícias, empregada em serviços da Creche, compatíveis com a sua idade e constituição física, como meios de educação doméstica, dando-se-lhe então conhecimentos práticos de Puericultura. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 119, 120).

O Curso Doméstico apresenta maior número de artigos no regimento da *Escola Maternal* do que os outros departamentos da instituição, o que pode indicar uma maior relevância deste departamento em relação aos demais. O primeiro artigo menciona que as meninas do Curso Doméstico receberiam orientações necessárias as boas mães de família. Para Annette “o Curso Doméstico resolve o problema da formação de mães inteligentes, carinhosas e de uma conduta moral irrepreensível” (MACEDO, Annette, 1934b, 67).

Para Annette Macedo o problema da formação de boas mães se sustenta na argumentação que o lar é a primeira escola da criança, porém, o lar da criança pobre não teria nada a contribuir com a formação da criança, pois seus pais, principalmente sua mãe não possuíam boa formação.

A mãe é a primeira educadora. Mas a mãe pobre é quase sempre, não só pobre de recursos materiais, mas também pobre de espírito, pobre de cultura intelectual e moral. Não pode ser boa educadora. Além disso, ela, para viver, tem de trabalhar fora de sua morada, e, nesse caso, deixará os filhos ao abandono ou, o que é o mesmo, aos cuidados de pessoas incapazes de tratar deles convenientemente (MACEDO, A. C. P., 1928, p. 129).

Percebe-se que para a professora Annette, a E.M. seria uma opção melhor para as mães pobres que tenham que trabalhar, do que deixar os seus filhos aos cuidados de pessoas tidas como incapazes de proporcionar cuidados adequados às essas crianças. Porém não bastava retirar as crianças do convívio de pessoas incapazes de bem educá-las, era preciso educá-las para serem futuras boas mães.

Nesse aspecto a argumentação de Marcus Vinícius Cunha (2003) contribui para pensar a escola como uma instituição que se coloca contra a família. Conforme pondera Cunha (2003, p.447), “família e a escola são

instituições que gravitam em torno de um mesmo centro, o educando, (...) o ser educável, o indivíduo que desenvolve da infância à maturidade (...)”. Deste modo, vale pensar o conflito que se estabelece entre família e escola, dois espaços que pretendem o mesmo objetivo: educar a criança, cada uma de um modo diferente. No caso da *Escola Maternal* a formação para o futuro era o principal objetivo, mesmo quando a argumentação era que a instituição se destinava a auxiliar as mães pobres que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos.

Como veremos no capítulo a seguir e também como defende Cunha (2003), a renovação da escola com sua fundamentação nas descobertas da ciência fez com que a família se tornasse desqualificada para educar os filhos. Annette Macedo ao discursar sobre a educação no lar destaca que o

lar de pessoas bem educadas é já por si, forte elemento da educação dos filhos. A criança provindo de pais sadios e cultos, encontra no lar um ambiente inteiramente favorável ao exercício e ao desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais. Evidentemente o lar em que há saúde de corpo e espírito, em que se encontra perfeita harmonia, perante Deus e perante os homens, para o trabalho, para a verdade, para o bem e para o direito, está destinado a exercer benéfica influência na formação do caráter da criança (MACEDO, A., 1930, p.197).

A hipótese que a *Escola Maternal* se apresentava como uma forma de escolarização da infância se confirma pelas ações da instituição direcionadas à família. Conforme destaca Faria Filho (2007) o terceiro sentido da escolarização é tornar escolar o espaço extra-escolar, neste caso a família. A proposta da EM de formar boas mães significava transmitir para a família os preceitos de puericultura, moral e trabalho cientificamente comprovados e que somente a escola teria condições de difundir.

Os três departamentos visavam ministrar os cuidados julgados necessários para cada faixa etária sustentados nos princípios da puericultura, da moral e do trabalho. A ênfase dada a estes três aspectos é observada não só no regimento e em relatórios da *Escola Maternal* e da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* bem como em outras fontes do período, como teses de congressos e artigos de jornais, o que demonstra uma circulação das ideias que fundamentam a proposta de atuação da *Escola Maternal*, como veremos no capítulo 3.

### 3 PUERICULTURA, MORAL E TRABALHO

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, as ações de assistência e escolarização da *Escola Maternal* em Curitiba tinham como alicerces os preceitos de puericultura, moral e trabalho. No regimento da *Escola Maternal* as ações da creche fundamentaram-se nas orientações da puericultura, o Jardim de Infância tinha como base a moral na formação das crianças e o Curso Doméstico configurou-se como o grande difusor da importância do trabalho aliado às duas questões anteriores, principalmente a moral.

A defesa da importância da puericultura, da moral e do trabalho na vida das pessoas não se restringiu ao discurso da *Escola Maternal*, sob outras denominações, esteve presente também nas ações da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Estes três preceitos apresentavam-se como eixos de fundamental importância para a concretização do “objetivo máximo da *Escola Maternal*: higiene, ordem e disciplina” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo. 13 de abril de 1929).

A presença destes três princípios como escopo das ações da *Escola Maternal* e da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* reforça a ideia de atuação destas instituições nas perspectivas de ‘*assistência científica*’ e escolarização da infância. O espargir da puericultura, da moral e do trabalho foi realizado com base na desqualificação de parte da população, que deveria internalizar as normas que lhes eram ensinadas, visando a formação do sujeito higienizado, civilizado e moralizado, sob o epíteto de “cidadão”.

Com base nas fontes analisadas observa-se que a perspectiva de puericultura, moral e trabalho adotada nas ações da EM e da SSN embasava-se em preceitos científicos difundidos principalmente em congressos, entre outros espaços. Neste capítulo destaca-se que estes aspectos, não estavam restritos às ações da EM e da SSN, eles compunham as propostas de outras instituições e embasavam os discursos de médicos, juristas, políticos, jornalistas, entre tantos outros profissionais que consideravam estes princípios como fundamentais na educação da população.

### 3.1. PUERICULTURA

É necessário compreender os princípios e o lugar que a Puericultura ocupava para problematizar sua relação com os objetivos e as ações da *Escola Maternal*. Segundo Rocha (1987), a puericultura surgiu na França no final do século XVIII e foi definida como o conjunto de normas sobre a arte de criar fisiológica e higienicamente as crianças. Nos dias atuais, a puericultura está essencialmente relacionada à área da saúde, mais especificamente à pediatria e refere-se aos cuidados preventivos com a fisiologia, a higiene, a nutrição, entre outros elementos que favoreçam o bom desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças desde a gestação até a puberdade. Estas noções abrangem desde normas de ordem médica, nutricional, psicológica, de higiene, como também aspectos sociais. Rocha (1990) menciona que a puericultura passou por certo aperfeiçoamento desde seu surgimento e que nos dias atuais tem como objetivo formar um “adulto perfeito”, fisicamente sadio, psicologicamente equilibrado e socialmente útil.

Percebe-se que no período analisado a puericultura se configurou desta mesma forma; como um conjunto de normas e condutas direcionadas ao trato da infância. Martagão Gesteira, ao realizar um breve histórico sobre a Puericultura, destacou que

(...), o interesse e o cuidado pelos meninos se foram tornando cada vez maiores e desdobrando-se em medidas legislativas de amparo à mãe e à criança, em obras diversas de assistência moral, material, médica e jurídica à maternidade e à infância desvalida, tudo o que constitui hoje o acervo duma verdadeira ciência, extremamente vasta e complexa, a que se ajusta bem o termo puericultura (...). (MARTAGÃO GESTEIRA, 1943a, p. 72).

A definição estaria feita não fosse a perspectiva que se considera neste trabalho de que existiam duas concepções distintas para o termo Puericultura. Conforme Bonilha e Rivorêdo uma das concepções de puericultura baseava-se no pressuposto de pensar os cuidados à criança “em todos os aspectos biológicos, psicológicos e sociais” (2005, p.7) de modo que se pudesse “prevenir doenças e auxiliar na expressão genética plena” (2005, p.7), visando

a melhor formação do adulto. Essa perspectiva, como apontam os autores, apresentava-se com “caráter neutro e positivo” (2005, p.8) e desconsiderava outra concepção que apresentava “a puericultura como uma prática social sujeita aos mais diversos agentes políticos e econômicos, com motivos, objetivos e consequências que extrapolam a simples elaboração de normas científicas que assegurem o desenvolvimento da criança” (2005, p.8). Esse pensamento corrobora e embasa as discussões realizadas neste trabalho que entende existir

encobertos sob a proposta de prevenir a mortalidade infantil através da educação, outros projetos, como o do estabelecimento de um padrão de comportamento não só para as crianças, mas para as famílias como um todo, de cunho moralizante e baseado naquele considerado ideal pelas classes dominantes (BONILHA; RIVORÉDO, 2005, p.8).

Deste modo, os preceitos científicos da puericultura se modificariam de tempos em tempos, e a puericultura manteria apenas seu princípio ideológico de manutenção da ordem social posta através da educação e da assistência das novas gerações. Além de cuidados higiênicos, médicos, legislativos entre outros já mencionados a puericultura envolveria também uma perspectiva de moral a inculcar na criança e na família.

A difusão da puericultura no Brasil ocorreu de forma intensa no final do século XIX e início do XX, e se baseou em normas já difundidas em outros países. Ao se referir ao problema das altas taxas de mortalidade infantil averiguadas no Brasil, Arthur Moncorvo Filho destacou que:

procurávamos estudar o problema tanto quanto permitiam as nossas forças e apreender as noções do que de profícuo se fazia em todas as nações cultas em bem da criança (MONCORVO FILHO, 1927, p. 127).

O estudo do problema ao qual se refere Moncorvo Filho conferia à medicina status de saber legitimado, no qual as consequências da não efetivação das orientações causariam danos à criança e conseqüentemente à sociedade. Deste modo, utilizando-se das descobertas científicas, os médicos associavam a falta de higiene e os cuidados com o corpo à outros aspectos considerados nocivos à formação da criança, como a carência de conduta moral e intelectual das pessoas. Segundo Moncorvo Filho

o tempo corria e cada vez mais íamos armazenando estudos e observações quer no terreno da higiene infantil, no qual as estatísticas mostravam a excessiva mortalidade dos pequeninos, certamente em grande parte evitável, quer na esfera do abandono moral, quer ainda no tocante aos deploráveis desastres da ignorância do preconceito e do analfabetismo (MONCORVO FILHO, 1927, p.127-128).

O abandono moral, a ignorância e o analfabetismo mencionados por Moncorvo Filho, somados à falta de higiene, colocariam em risco o objetivo de formar o cidadão saudável, robusto e útil à sociedade. O combate ao abandono moral, à ignorância, ao analfabetismo, à falta de higiene e de cuidados com o corpo infantil se configurou como noções de puericultura que eram transmitidas às mães e também para professoras.

Tal como para Moncorvo Filho, Annette Macedo também defendia a necessidade de “conhecer e aplicar os preceitos fundamentais da puericultura, saber cultivar crianças, para que sejam sadias e robustas” (MACEDO, A. 1928c, p.135). A professora corrobora o discurso que circulava no período em relação aos amplos cuidados com as crianças pequenas.

Os princípios de puericultura defendidos no período pautavam-se nos discursos médico-científicos de melhoria da raça. Conforme destacava Moncorvo Filho o objetivo era

introduzir em nosso meio quanto de profícuo fosse sendo adotado nos mais adiantados países, agindo em todos os sentidos e particularmente estabelecendo uma enérgica e extensa propaganda de higiene infantil, ensinando-se ao povo a verdadeira puericultura, para que pudesse o Brasil alcançar, ao cabo de algum tempo, o ideal dos povos civilizados – o melhoramento e a robustez de sua raça pela aplicação utilíssima das regras da Eugenia (MONCORVO FILHO, 1927, p.139).

É importante destacar que na perspectiva de Moncorvo as regras de eugenia auxiliariam a formação do cidadão sadio, moral e útil à pátria, atuando como uma medida de adaptação social dos sujeitos ditos “desajustados”. Os apontamentos do médico carioca não eram alusivos às ideias da eugenia referentes ao branqueamento, mas sim, ao uso da ciência como instrumento de aprimoramento e salvação da população pobre, destituindo a ignorância e os hábitos de vida insalubres dos mesmos, que segundo grande parte dos médicos do período eram os responsáveis pela disseminação de doenças e degeneração da população.

Considera-se que a puericultura apresentava-se como regras de eugenia para a primeira infância, pois a busca pelo ideal eugênico de cidadão sadio, bem formado social e psiquicamente começava com os cuidados pré-natais e infantis. Ou ainda pode-se afirmar que no período analisado, a puericultura se conformou aos moldes do modelo eugênico de cidadão. É possível ponderar também que a puericultura servia às regras de eugenia como ferramenta de prevenção aos maus comportamentos higiênicos e sociais. Com base nestas considerações entende-se que as normas de puericultura mencionadas no regimento da E.M. eram as orientações referentes aos cuidados higiênicos, físicos e morais com as crianças pequenas atendidas na instituição.

As normas de puericultura e sua divulgação se configuraram de diversas maneiras na S.S.N e na E.M. O Dispensário à Mãe Pobre que foi organizado antes da instalação da *Escola Maternal* tinha a finalidade de transmitir às mães pobres cuidados pré-natais durante a gestação. Esta iniciativa caracterizava-se como uma ação de puericultura por prever orientações às gestantes referentes a condutas higiênicas, físicas, alimentares, morais entre outros cuidados com as crianças mesmo antes do nascimento, numa ação de conformação dos cidadãos. Sob o pretexto do “impressionante número de crianças que morrem nos primeiros tempos de sua existência” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1929, p.6) os cuidados pré-natais tinham como foco “o engrandecimento da Pátria, que cada vez será mais forte, a medida que seus filhos se tornarem sadios” (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1929, p.6). Este discurso se mostra consoante com as propostas de Moncorvo Filho em relação a puericultura e seus benefícios para a Nação, e também estava presente nas ações da *Escola Maternal*, que segundo a diretora Maria Júlia,

reúne nesta instituição, o mesmo ideal de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual dos entes entregues ao cuidado da escola a radiosa esperança de os vermos um dia, colaborar como elementos úteis na grande obra de construção social e no engrandecimento da terra brasileira. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1939, p.01).

O *Dispensário* e a *Escola Maternal* tinham como uma das formas de divulgação da puericultura, os conselhos ministrados às mães pobres, que no

caso do Dispensário eram transmitidos nas consultas pré-natais, e na E.M. nas reuniões anuais realizadas com as mães das crianças matriculadas na instituição. O *Dispensário* tinha um médico responsável que também realizava atendimentos eventuais junto com outros médicos. Na *Escola Maternal* a reunião com as mães contava com a presença de todas as professoras, a diretora e o médico da Escola. Na “palestra com fins educativos” (ESCOLA MATERNAL DA S.S.N., 1935, p.01) eram “dirigidas palavras de estímulo, conselhos profiláticos e ensinados os meios pelos quais cada mãe, poderá colaborar na obra da Escola Maternal.” (ESCOLA MATERNAL DA S.S.N., 1932, p.02). O médico da escola prelecionava sobre “higiene alimentar e outros pontos interessantes à vida infantil” (ESCOLA MATERNAL DA S.S.N., 1935, p.01), possivelmente à diretora caberiam os estímulos às mães, que provavelmente referiam-se à condutas morais e valorização do trabalho.

A difusão da puericultura pretendeu regular a vida íntima das famílias orientando hábitos de higiene, e também ações externas à casa, orientando posturas e condutas em espaços públicos (BOLTANSKI, 1972). Nos relatórios da EM do período de 1928 a 1944, consta que a diretora da instituição realizava palestras educativas para as mães das crianças matriculadas na escola. O objetivo de tais reuniões, segundo a diretora da *Escola Maternal*, era ditar “conselhos úteis e bem explicados sobre a moral e decoro no lar, preceitos sobre a higiene do corpo, ordem e asseio” (ESCOLA MATERNAL DA S.S.N., 1930, p.03). Estes eram os elementos necessários à reformulação dos hábitos das famílias pobres, para que estas se tornassem aptas à modernização da cidade.

Conforme o regimento da *Escola Maternal* os cuidados com as crianças da creche seriam orientados pelas normas da puericultura

Art. 11.º— À Creche ou Asilo das Crianças incumbe ministrar-lhes os cuidados de nutrição, de higiene, de ginástica, provendo às necessidades do seu desenvolvimento físico e psíquico, observadas as instruções gerais e as especiais dadas pelo Diretor da Assistência Médica da S. S. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.118)

A proposta de atendimento às crianças da creche, muito provavelmente, se baseava nas noções de puericultura que circulavam no período e referiam-se aos cuidados da higiene do corpo, da alimentação da criança, seu estado de

saúde, entre outras questões. Um breve relato de Moncorvo Filho permite observar quais outros elementos poderiam estar a cargo da puericultura:

- a) Proteção à mulher grávida; b) Berços – Seu histórico desde a antiguidade – Leitos adotados e leitos condenados pela higiene;
- c) Mamadeiras, bicos e chupetas – Classificação das mamadeiras – tipos perigosos e condenados; d) Alimentação da primeira infância – Aleitamento natural (materno e mercenário), misto e artificial; aparelhos de esterilização de leite (modelos), leites industriais, farinhas alimentícias; estatísticas sobre os diferentes regimes adotados na alimentação da primeira idade, radiografia do estômago da criança, digestão dos alimentos, fezes normais e patológicas [...]; e) Alimentação da segunda infância; f) Vestimenta – Tipos de envoltórios: roupas prejudiciais, tipos de roupas higiênicas que devem ser adotadas de acordo com os climas; g) Amuletos e abusões; h) Concursos de Robustez; i) Dentição. (MONCORVO FILHO, 1927, p.375-376).

Muitos dos elementos apresentados por Moncorvo Filho referem-se a objetos de uso cotidiano das crianças, como berços, mamadeiras, roupas entre outros que seriam indicados ou contra-indicados pelos médicos. Reitera-se que esta intervenção médica sobre o que deve ou não ser utilizado no trato das crianças pequenas desencadeia um ciclo de reações onde cada vez mais pais são desobrigados de avaliar e decidir o que pode ser bom ou não aos seus filhos. Do mesmo modo que o processo de desqualificação das famílias pela escola, aqui o processo de desqualificação da família está por conta da puericultura e dos saberes médicos.

São apenas dois artigos do regimento da *Escola Maternal* que se referem à Creche e em um deles consta que esta “será dotada [...] dos requisitos essenciais ao serviço de Puericultura, tendo aparelhos de observação e experiência, dormitório, refeitório, banheiros, etc.” (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.118). Não foi possível localizar na documentação quais aparelhos especificamente são os mencionados, porém pode-se cogitar, tendo como referência os apontamentos de Moncorvo Filho citados acima, que talvez fossem aparelhos para pesagem e medição das crianças para acompanhamento de seu desenvolvimento, bem como berços, mamadeiras e roupas adequados às propostas higiênicas de cuidados às crianças de até 2 anos.

As normas seguidas na *Escola Maternal* eram transmitidas às crianças e às suas famílias com a finalidade de divulgar os preceitos da puericultura e torná-los atitudes habituais das famílias com as crianças. A escola se apresentava como o espaço de conhecimento e em parceria com os médicos fez chegar à boa parte dos lares os preceitos higiênicos considerados adequados no cotidiano urbano.

Os preceitos da puericultura estavam presentes não só nas ações da creche, mas também em outro departamento da E.M.; o Curso Doméstico. No regimento da E.M. consta que no Curso Doméstico, destinado a formar boas mães de família, as alunas receberiam “conhecimentos práticos de Puericultura”. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 121). Não há menção no regimento de uma disciplina específica para o ensino da puericultura, porém os artigos do documento permitem observar que as normas de puericultura deveriam ser difundidas em vários momentos, pois o “Curso Doméstico ministrará às meninas de mais de 7 anos a cultura física, intelectual, afetiva, ativa, moral, cívica e estética necessárias às boas mães de família.” (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 119). Outros aspectos relacionados à puericultura também apareciam no item do regimento sobre o Curso Doméstico, como higiene, ginástica, cuidados com o corpo, direitos e deveres entre marido e mulher e, cultura cívica e patriótica.

Considera-se que a puericultura se configurou de duas formas distintas na *Escola Maternal*; como proposta de educação e como proposta de escolarização. Na atuação da creche o objetivo das ações baseadas na puericultura era formar cidadãos adequados às normas de higiene e conduta moral desde pequenos, educando-os nos padrões da medicina científica evitando problemas futuros. Entende-se que cuidar das crianças significava educá-las e moldá-las, reafirmando a tese defendida no capítulo anterior que teve como base as considerações de Kuhlmann Jr. que no cuidar e assistir também há uma proposta de educar. Novamente as orientações apresentadas no regimento e nos relatórios da *Escola Maternal* permitem afirmar que não se tratava de uma proposta de educação emancipatória, questionadora ou transformadora, e sim uma educação de prevenção, que entendia que evitar

era o melhor remédio para os males sociais que a pobreza carregava consigo. Deste modo, entende-se que novamente o problema estava no outro, no pobre, que trazia consigo doenças, maus hábitos e desvios de todo tipo quase que hereditariamente.

Na perspectiva do Curso Doméstico o destaque da puericultura foi o processo pelo qual a ciência da Pediatria vulgarizou parte de seus conhecimentos transpondo algumas normas de puericultura para a escola, quase como uma disciplina curricular, processo este que se pode denominar escolarização dos saberes da puericultura. Importante destacar que esta perspectiva de escolarização da puericultura corrobora as ideias defendidas no capítulo anterior sobre escolarização, e considera principalmente que este processo foi marcado pela proposta de tornar algo não escolar adaptado para o espaço escolar com a finalidade de novamente se pulverizar para os meios extra-muros escolares, neste caso o ambiente familiar.

Os médicos do período consideravam que a puericultura deveria “interessar a toda a gente, como campanha de humanidade e como cruzada de patriotismo” (MARTAGÃO GESTEIRA, 1943b, p.49) para tanto era necessário “difundir as noções de higiene geral pelo povo, sendo a escola um dos meios e o mestre um dos excelentes instrumentos para conseguir tal fim.” (MAGALHÃES, 1917, p.442). Percebe-se que não se tratava de ensinar a ciência médica da puericultura à todos, mas apenas noções gerais de higiene e cuidados com o corpo e a mente que garantissem a manutenção da ordem e civilidade.

A ação médica estava associada à ação escolar no objetivo de formar o cidadão saudável, de hábitos civilizados, robusto e útil à Pátria. No que se refere à associação entre médicos e educadores, Annette Macedo defendia que estes eram responsáveis por duas missões distintas na sociedade, porém que não se dissociam: a da pediatria e a da pedagogia. A Missão da Pediatria consistia na “salvação das crianças” e devia

ser colocada em primeiro lugar entre as obras eugênicas, isto é, entre as obras indispensáveis para a regeneração física e moral da humanidade. Depois a missão da Pedagogia. [...] Ambas se completam, não há entre as duas separação alguma. Quer no ambiente puro do lar bem formado, quer no hospital, o pediatra e o pedagogo visam realizar o mesmo santo e nobre ideal, de formar homens de corpo e de espírito. (MACEDO, A. sem data, p.202).

Não obstante o “exaustivo trabalho em prol das crianças da primeira idade, fazendo, [...] uma larga e profícua propaganda de higiene infantil [...] entre as **mulheres pobres**” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 224, grifo nosso) não se pode considerar que o foco de difusão das normas de puericultura foi apenas a classe pobre. Embora não seja objetivo deste trabalho aprofundar-se nesta discussão, vale destacar que algumas orientações da puericultura destinavam-se a toda população, visando interferir nos hábitos familiares de todos os lares. Como exemplo, cita-se a intensa campanha para vacinação das crianças contra a varíola e posteriormente contra a tuberculose, sejam fossem crianças pobres ou não, e também a ênfase nas questões do aleitamento materno que segundo Moncorvo Filho (1927) era uma das principais causas da mortalidade infantil. Conforme o médico carioca, algumas mães de classes mais abastadas

olvidando-se por certa aberração de espírito, de um dos mais sublimes deveres da maternidade, se deixam subjugar pelos caprichos da moda e prazeres sociais, a ponto de negarem a seu filho o primeiro e o mais salutar alimento [...] MONCORVO FILHO, 1927, p.68).

“O aleitamento mercenário, assim chamado por ser exercido por pessoas que a ele se prestam mediante paga” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 68) configurou-se no final do século XIX e início do século XX como

um cancro roedor [...] em virtude do alto preço [...] exercido, do nosso sossego no íntimo da família em razão da qualidade das pessoas que nele se empregam, e de inúmeras e terríveis moléstias [...] originadas [...] pelo enfraquecimento e impropriedade da nutrição fornecida por um leite empobrecido ou imprestável, para o fim a que se destina. (MONCORVO FILHO, 1927, p.69).

Por conta destes argumentos, Moncorvo Filho (1927, p.72) defendia a regulamentação das amas mercenárias, “sujeitando as mulheres que se destinam a este mister a exame prévio [...] feito por comissões médicas [...] ou pelos membros do Instituto Vacínico” onde estas receberiam uma guia que as habilitava para o exercício do aleitamento mercenário em casas de família.

A falta de hábitos higiênicos, os modos de vida desregrados, a fraca alimentação das mães pobres, entre outros, eram apresentados pelo médico carioca como os fatores que desencadeariam enfermidades, deformidades e retardos nas crianças amamentadas com o leite destas mulheres. Estes argumentos permitem observar que as normas de puericultura não se restringiam aos cuidados físicos. A puericultura busca firmar-se como um conjunto de normas que regula, organiza e mantém a sociedade em equilíbrio social e econômico. A família era orientada em como se portar e agir em sua casa e também no espaço público, criando hábitos comuns e aceitáveis entre todos os cidadãos.

Novamente a pobreza é colocada como a grande causadora dos problemas da sociedade civilizada. O entrave do desenvolvimento social e econômico estava associado à perspectiva do pobre como o agente ancora, aquele que atrasava ou ainda, que destruía as propostas de modernização da cidade e da sociedade. Para os defensores do discurso da modernização, a prevenção apresentava-se como a melhor ou única forma de garantir que os germes da pobreza se dissipassem pela urbe. Ser pobre, nascer pobre, implicava carregar consigo as chagas biológicas e sociais indesejadas na vida da sociedade em modernização. O discurso sobre os perigos da pobreza deixa a entender que o problema está no outro, no pobre, e não na estrutura política social posta. Por estes motivos as normas de puericultura difundidas entre a população, seja pela escola ou por outros espaços, não se restringiram à hábitos de higiene, de alimentação, de vestimenta mas também aos modos de convivência social e moralização do sujeito pobre para que este pudesse 'ocupar seu lugar' na cidade de forma considerada adequada.

A puericultura pode ser considerada como um dos elementos moralizadores no processo de educar e escolarizar crianças pobres no início do século XX em Curitiba.

### 3.2 MORAL E TRABALHO

Moral e trabalho se apresentavam de forma associada nas ações da *Escola Maternal*, principalmente nos departamentos do Jardim de Infância e do Curso Doméstico. Não somente na *Escola Maternal*, mas também na *Sociedade de Socorro aos Necessitados* estes dois aspectos constituíram-se como os valores maiores a serem inculcados nos indivíduos que freqüentavam estes espaços.

A moralização dos sujeitos pelo trabalho era um discurso recorrente no final do século XIX e início do século XX. Segundo Karvat (1998, p. 30) o “apego ao trabalho implicava no alargamento dos atributos morais. Quanto mais dedicado e abnegado o indivíduo fosse ao trabalho, tanto mais moralizado seria.” Com base nessa argumentação buscava-se construir uma imagem positiva do trabalho na vida dos cidadãos. O sujeito desinteressado pelo trabalho era considerado como desprovido de valores morais, e como consequência uma ameaça a ordem e a paz social. Estes cidadãos necessitavam de educação moral que inculcasse valores contra a ociosidade e o desapego ao trabalho.

O discurso sobre a importância do trabalho como aspecto moralizador da vida dos cidadãos pautava-se na argumentação do ócio e da vadiagem como causas da criminalidade. Os sujeitos sem ocupação eram os considerados como os mais propensos a cometer atos ilícitos, fossem crimes ou outros distúrbios à ordem, como por exemplo, farras em bailes, bebedeiras entre outros.

A relação ócio/mendicância logo foi estabelecida sob o argumento da necessidade de sobrevivência dos sujeitos, porém desinteressados pelo trabalho estes viveriam a pedir pelas ruas como forma de garantir sua subsistência. Fazia-se necessário combater a mendicância, a vadiagem e o ócio para evitar crimes e permitir que a cidade se modernizasse de forma ordeira e civilizada, onde todos os cidadãos respeitassem regras gerais de boa convivência.

A proposta da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, como mencionado anteriormente, foi suprimir a mendicância na cidade de Curitiba, por meio do recolhimento de mendigos e necessitados. Mas quem eram estes sujeitos? Quais critérios eram seguidos para se estabelecer que esse ou aquele cidadão fosse atendido pela instituição. Entender o panorama da mendicância em Curitiba se faz necessário porque a Sociedade pretendia atuar no combate da mendicância, que se apresentava como a consequência do problema da falta de moral e de trabalho. E posteriormente a SSN organizou a *Escola Maternal* sob o pretexto de prevenir o mal da imoralidade, falta de trabalho, da ociosidade, da vadiagem e conseqüentemente da criminalidade.

O problema da mendicância e da vadiagem nas ruas da capital paranaense era pauta de discussão anterior à criação da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Os mendigos que viviam a esmolar pelas ruas de Curitiba apresentavam-se como um problema antigo, foco de debates entre políticos da capital, juristas, médicos entre outros cidadãos da cidade.

As iniciativas apontadas para combater a desordem social que se instalava na cidade no final do século XIX e início do XX, segundo De Boni (1985) eram: maior aparelhamento da polícia, melhor treinamento do corpo policial, aprovação de leis mais específicas e rigorosas na punição de certos crimes e a criação de instituições de controle e manutenção da ordem, como prisões, por exemplo.

Era considerado vagabundo/mendigo o sujeito que não possuía trabalho, e mais ainda, que não possuía família e nem um domicílio fixo. Mais outros dois elementos se constituíram como norteadores de conduta moral, a família e o lar. Moralizar o cidadão significava educá-lo para; uma ocupação considerada honesta que ocupasse longas horas do dia; para a família e para o lar. O fato de não possuir um trabalho honesto passou a ser considerado como crime, pois este sujeito estava propenso a cometer diversos delitos se permanecesse perambulando pelas ruas sem nenhum controle.

A ausência de família e a falta de um lar e de um trabalho eram vistos como motivos suficientes para que o vadio viesse a cometer crimes e obtivesse recursos de forma ilícita.

Para enfrentar o problema da criminalidade nas ruas era preciso “diferenciar o homem honesto, trabalhador, do marginal, vagabundo, subversivo, como também, estabelecer o grau de temibilidade dos indiciados em processos” (DE BONI, 1985, p. 83). Todos seriam identificados e conforme destaca a autora não haveria motivos para as pessoas honestas temessem. Ao serem identificados os cidadãos recebiam carteirinhas e atestados de bons antecedentes fornecidos pela polícia.

A diferenciação dos cidadãos como trabalhadores ou desocupados não era a única forma de caracterização. Havia também a distinção entre os mendigos, diferenciados como verdadeiros e falsos, pois “como em todas as classes, na dos miseráveis, existem os honrados e os sem honra” (**O Diário da Tarde**, 18 de outubro de 1921). Distinguir verdadeiros e falsos mendigos se justificava pela intervenção que seria destinada a um e ao outro.

Na obra intitulada “*Repressão à mendicidade e socorro aos necessitados*”<sup>30</sup>, o organizador destaca que reprimir a mendicância e socorrer os necessitados “são problemas que não se resolvem isoladamente, tal a sua mutua dependência” (MACEDO, J.P. 1927, p. 9). Considerava-se que

a resolução de um implica a resolução do outro, porque, materialmente, é tão impossível socorrer aos necessitados entremeados na onda volumosa dos mendigos profissionais, como reprimir o vício sem separar dos viciados e dos malandros, os mendigos acidentais (MACEDO, J.P. 1927, p. 9).

Segundo Macedo, “o pedinte que estende a mão à caridade pública o faz por: a) invalidez física; b) invalidez moral, c) invalidez temporária; d) miséria acidental; e) vício” (MACEDO, J. P. 1927, p. 11).

Com base nas considerações de Macedo os ‘verdadeiros’ mendigos seriam aqueles sem condições de trabalhar, sustentar a si próprios e sua família e se inserir produtivamente na sociedade seguindo normas de civilidade. Os falsos mendigos seriam os que se aproveitam do espírito de bondade dos cidadãos para viver em vadiagem, sem trabalhar.

---

<sup>30</sup> A obra intitulada *Repressão à mendicidade e socorro aos necessitados* publicada no ano de 1927 é composta por artigos que circularam em jornais da capital paranaense, discursos de posse dos diretores da Sociedade de Socorro aos Necessitados, discurso proferido pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo quando deputado estadual, relatórios da Sociedade de Socorro aos Necessitados, que foram reunidos e organizados por José Pereira de Macedo que fez também a introdução da obra.

Os falsos mendigos seriam “os que por fraqueza perderam a noção de honra, (...) sistematicamente não trabalham, não se incomodam com as desgraças dos outros, são egoístas, em regra atrevidos, em algumas ocasiões, cínicos e, por vezes, maus” (**O Diário da Tarde**, 18 de outubro de 1921). Os falsos mendigos são considerados indivíduos que não se adaptam à vida produtiva em sociedade, não aceitam ordenamentos e não possuem caráter moral.

Mesmo no período considerava-se difícil distinguir os ditos falsos dos verdadeiros mendigos, pois “nos grandes centros civilizados é muito difícil organizar o cadastro dos verdadeiros indigentes sem cometer injustiça” (**O Diário da Tarde**, 18 de outubro de 1921). Para aqueles que apresentassem condições de trabalhar e por ‘malandragem’ ou por ‘vício’ continuassem a mendigar estaria reservada a repressão policial, pois aqueles que fossem pegos mendigando na rua seriam presos e encaminhados ao chefe de polícia. Mendigar tornou-se crime, delito que levaria para a cadeia e tiraria das ruas os indivíduos considerados inaptos à vida social da cidade<sup>31</sup>.

Porém, Macedo (1927, p.11) defendia que “o asilamento em massa é tão inócuo ou insuficiente para o verdadeiro necessitado como é a repressão policial para os viciados e malandros (...)”. Para o autor o acolhimento em massa não se apresentava como alternativa porque acreditava que era necessário prevenir que o sujeito viesse a mendigar. A repressão por sua vez também era ineficaz, segundo Macedo, porque o problema é moral, seria preciso a correção do sujeito que não possui em sua alma o espírito do trabalho.

Segundo nessa argumentação o autor defendia “que o Estado está na obrigação de criar e manter (...) vasta e complexa série de aparelhamentos necessários para reprimir a mendicidade” (MACEDO, J. P. 1927, p. 11). Deveriam ser criadas instituições e medidas para evitar a mendicância, prevenir para não ser necessário criar instituições que serviriam apenas para aglomerar os infratores. Pensava-se em ações que evitassem que o pobre chegasse a mendigar, tornando-o útil à sociedade.

---

<sup>31</sup> Outros autores que discorrem sobre as relações entre trabalho e mendicância e as suas implicações são CHALHOUB, S. (2001); KARVAT, E.C. (1996), entre outros.

Para o grupo político engajado na modernização da cidade os mendigos se constituíam uma ameaça pela potencialidade de cometer crimes, para os cidadãos em geral o mendigo representava incômodo “aos olhos”. O mal estar coletivo em relação aos mendigos referia-se

ao espetáculo penoso do trajeto de pedintes pelas ruas, ou da permanência deles em lugares públicos, ostentando a sua miséria, suas chagas, sua cegueira e a imundície dos seus farrapos, para exercitarem a comiseração das almas sensíveis. (**COMÉRCIO DO PARANÁ**, 22 de outubro de 1921).

Não era desejável ver sujeitos maltrapilhos circulando pelas ruas da cidade, estas deveriam estar limpas, saneadas e representar o avanço e a modernização que se buscava. Nessa perspectiva, a rua era o meio para a proliferação da marginalidade, e como forma de enfrentamento a este problema a proposta era retirar dos espaços públicos aqueles considerados ociosos, desocupados, malandros e incapazes que circulavam livremente “importunando os transeuntes” (**O Diário da Tarde**, 15 de setembro de 1921). Duas medidas apresentavam-se como solução para o problema da ociosidade e da mendicância: a prevenção e a correção. Porém, na falta ou insuficiência de instituições de prevenção dos desvios de conduta moral restava o recolhimento e repressão da mendicância.

Para que os mendigos não continuassem a pedir esmolas pelas ruas seria necessário “amparar essa leva toda de pedintes, livrar dos grilhões dos cárceres centenas de crianças vitimas seguras do crime, cobrir a pobreza desnuda, medicá-la e nutri-la em seus lares ou na reclusão própria” (**A República**, 05 de novembro de 1921). Na perspectiva geral da população as instituições de assistência deveriam atender os sujeitos que mendigavam com auxílios básicos como roupas e comida, e estes deveriam permanecer reclusos, longe dos ‘olhos’ curitibanos.

Visando solucionar o problema da dificuldade em diferenciar mendigos verdadeiros de falsos mendigos, o chefe de polícia da cidade em 1921, orientou que a Inspetoria de Corpo de Agentes de Investigação e de Segurança Pública seria responsável pela “repressão à mendicidade nesta capital (...)” e que o inspetor deveria “(...) expedir ordens severas e imediatas aos agentes de Segurança no sentido de prenderem nas ruas, praças, estação de Estrada de

Ferro e portas de igrejas desta capital, todas as pessoas encontradas implorando a caridade pública” (**O Diário da Tarde**, 18 de outubro de 1921). A orientação de repreender com prisão os sujeitos que estivessem a vadiar e mendigar pela cidade refere-se ao poder que a polícia julgava ter e o peso moral que se pretendia imprimir ao trabalho.

O presidente da SSN relatou que em uma visita realizada pela diretoria da Sociedade a umas das vilas de recolhimento de mendigos esta teve o

ensejo de verificar que a vida ociosa que [sic] levam esses homens e mulheres, encaminhava-os para serias alterações mentais. Particularmente algumas mulheres têm manifestado exaltações alucinatórias que nos parecem determinadas pela privação de qualquer trabalho material ou mental produtivo. Com o intuito de dirimir em parte essas perturbações, tomamos a **resolução violenta de obrigá-las**, durante uma parte do dia, a uma tarefa leve, como o são as costuras a mão. (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1930, p.12, grifo nosso).

A ociosidade é mencionada em um dos relatórios da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* como um fator de desvio de conduta moral e psicológica também. O ócio acabaria por perturbar também a mente das pessoas, numa tentativa de construção da ideia de trabalho como elemento essencial à moral e à saúde também. O trabalho fazia bem à saúde, e a vadiagem por sua vez era vista como uma doença sem cura, que podia apenas ser controlada. Moncorvo Filho (1927, p.146) defendia que “uma boa moral é, por vezes, a melhor higiene do corpo, o verdadeiro meio profilático contra a moléstia.” A ausência da moral nos sujeitos era a causa da má conduta higiênica e do descumprimento das regras de profilaxia. Um sujeito moralizado possuiria hábitos higiênicos, seria de conduta ordeira e trabalhador. Estes eram os elementos desejados para a formação do bom caráter.

A vadiagem por assim dizer hereditária [...] é uma das causas da indigência de certa camada social, refratária por índole a toda e qualquer forma de progresso e maldizendo os que, pelo seu trabalho e observância dos preceitos de higiene física e moral, fruem situações de relativo bem estar. (SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1929, p.3)

Conforme discurso do período, a vadiagem passava de pai para filho, logo o problema não era a vadiagem, esta era a situação do pobre. O problema real era ser pobre. Para a vadiagem havia solução: inculcar valores morais nos

cidadãos pobres e que conseqüentemente acabariam por direcioná-los para o trabalho, a conduta ordeira e higiênica desejada. Era necessária constante vigilância e manutenção da importância do trabalho na vida do cidadão pobre, pois se este não estivesse mais na condição de trabalhador, a situação de ociosidade e a propensão para cometer crimes estariam restabelecidas. O pobre teria então duas situações; *estar* trabalhando ou *não estar* trabalhando, e apenas uma condição: *ser* pobre. O recolhimento de mendigos pela SSN apresentava-se como uma forma de correção e vigilância sobre os pobres que não trabalhavam. Ser pobre implicava em ser predisposto aos maus hábitos de conduta moral e higiênica. Considerava-se que o pobre já nascia com doenças, hábitos desmoralizadores e por vezes de caráter impérvio, restando apenas correção e repressão. Deste modo pode-se dizer que não havia prevenção, havia correção desde o nascimento, e no caso da falta desta restava apenas correção na vida adulta. O pobre era visto como potencial criminoso, e necessitava constantemente ser lembrado que para usufruir dos benefícios do chamado 'relativo bem estar' era preciso se corrigir, se higienizar, se moralizar e se manter socialmente útil.

Após alguns anos atuando no recolhimento de mendigos e necessitados a *Sociedade de Socorro* organizou a *Escola Maternal* sob o pretexto de "proteger a criança, desde o berço, até a sua primeira educação." (NERY, 1928, p.148). A intenção era proteger a criança de sua própria origem, da pobreza de sua família, da falta de higiene e de moral, numa perspectiva que se pode dizer de correção e não de prevenção. Era preciso "combater os germes do mal, cultivar os do bem, a fim de preponderarem estes eficazmente, sem contraste, como base do caráter." (MACEDO, A. 1928b, p.130). A *Escola Maternal*, que segundo seus proponentes destinava-se à prevenção, na verdade apresentava-se como uma proposta de correção, pois condenava-se a origem social das crianças. Como os 'germes do mal', fossem eles a vadiagem, a imoralidade e a falta de higiene, eram elementos constituintes do caráter do pobre, sendo de origem hereditária, era necessário corrigir o caráter da criança pobre o quanto antes.

A moral, conforme discurso da época, era o elemento base de formação do caráter do indivíduo, e assim, as ações do Jardim de Infância foram

organizadas para “estimular e consolidar as boas tendências e os hábitos bons”. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DO SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.119). No Jardim de Infância da *Escola Maternal* as crianças deveriam se auto-controlar, estimulando a “vontade inibitória das tendências más” e assim “cultivar bons hábitos”. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.119).

A moral se assemelharia ao solo onde seriam plantadas as sementes da higiene e do trabalho. Ser um sujeito de hábitos de higiene e trabalhador significava possuir uma boa moral e estar apto para contribuir com o engrandecimento da Nação. Para desenvolver a boa moral nos sujeitos, Moncorvo Filho (1927, p.146) defendia que era necessário “desenvolver os sentimentos da honra e da virtude” e para atingir tal objetivo era necessário recorrer à “inteligência e, sobretudo ao coração, quer dizer, moralizar o cidadão.” Entende-se que para o médico carioca, o sujeito inteligente era aquele que internalizava as boas tendências morais, ou seja, um sujeito inteligente era moralizado, e conseqüentemente higiênico e trabalhador.

Nas ações do Jardim de Infância da *Escola Maternal* a também entedia-se que era necessário avaliar “o grau de atividade mental de cada criança, a fim de as classificar em grupos homogêneos” num processo que visava conhecer “as tendências ou inclinações de cada criança” (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.118) no que se refere à moral.

A proposta para o Jardim de Infância era

dirigir todos os exercícios e diversões, de modo que, em seus atos, as crianças adquiram hábitos de polidez, de modéstia verdadeira, de bondade, de justiça, de sinceridade, de dignidade, de discrição, de moderação, de prudência, de coragem e de ordem e, em suma, de cumprimento de seus deveres.” (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.119).

Todo o tempo e todas as atividades das crianças eram controlados e tinham objetivos educativos. A exemplo do ocorreu com a transmissão das normas de puericultura, a escola novamente ocupou o lugar principal de difusão dos preceitos morais socialmente valorizados. A família era considerada como desprovida de condições higiênicas e também morais para educar os filhos, deste modo a escola assumia a educação das crianças

pobres. O objetivo não era restabelecer a família como lócus principal de educação das crianças, e sim educá-la por meio das crianças. Conforme mencionou Annette Macedo (1928b, p.131) ao proteger a criança de suas próprias origens

protege-se também, indiretamente, sua pobre mãe, seja esta uma empregada doméstica, uma operária ou uma libertina. E, se libertina, essa mãe é duplamente infeliz, e por isso mesmo sua filhinha ou seu filhinho mais necessita dos nossos cuidados, que nela poderão refletir-se para que mude de rumo.

Vale destacar que a pobreza era vista como causa de infelicidade e que a oportunidade das crianças contornarem tal infortúnio estaria nas medidas de intervenção social que visavam moralizar e higienizar a infância.

Os valores morais que seriam adquiridos no Jardim de Infância tinham como finalidade ‘preparar’ as crianças para receberem a formação para o trabalho. A própria construção da moral nas crianças tinha na importância do trabalho um elemento formador do bom caráter.

Annette Macedo (1934, p. 65) argumentava que “o trabalho é uma necessidade, é uma benção de Deus. As crianças trabalhando se educam.” Novamente o trabalho é elemento moralizador e educador.

No caso da *Escola Maternal* os meninos permaneciam na instituição somente até a conclusão do Jardim de Infância, depois eles eram encaminhados para outras instituições, na maioria dos casos, escolas profissionais ou de ofícios destinadas a crianças desvalidas e/ou abandonadas. As meninas permaneciam na *Escola Maternal* para frequentarem o Curso Doméstico, que seria o equivalente do curso primário, porém acrescido de outros objetivos: moldar as meninas para se tornarem “boas mães”. Dentro da perspectiva almejada pelos organizadores da *Escola Maternal*, isso significava ter uma formação voltada para as noções de puericultura, moral e trabalho.

A puericultura se fazia presente na vida das meninas que frequentavam a E.M. desde a Creche, com a educação higiênica, física e moral do corpo. A moral foi abordada com maior ênfase no período em que as meninas frequentaram o Jardim de Infância. Ao chegar à idade de frequentar o Curso Doméstico as meninas eram iniciadas no mundo do trabalho de forma prática, pois de acordo com o Art. 25º. do regimento da *Escola Maternal*

por determinação da Diretora serão as meninas, em horas propícias, empregadas em serviços da Creche, compatíveis com a sua idade e constituição física, como meios de educação doméstica, dando-se-lhe então conhecimentos práticos de Puericultura. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p. 121)

É possível afirmar que este artigo do regimento visava no mínimo quatro propósitos: a valorização do trabalho na vida das meninas, o uso da mão-de-obra das meninas de duas formas diferentes na instituição, a formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho doméstico em casas de família e principalmente a moralização e o enquadramento daquelas que seriam as futuras mães pobres.

O Curso Doméstico dava continuidade ao processo de moralização das meninas iniciado na Creche. A valorização do trabalho ganhava destaque com a execução de tarefas pelas gurias que desde muito pequenas eram incentivadas ao trabalho produtivo. Era chegada a hora de colocar em prática as noções de puericultura e os princípios morais aprendidos ao longo dos anos de Creche e de Jardim de Infância.

A mão-de-obra das meninas era utilizada na *Escola Maternal* de duas formas distintas. As meninas auxiliavam as guardiãs nos cuidados com as crianças da creche e também realizavam trabalhos manuais como a confecção de artefatos domésticos destinados à venda. No primeiro caso, é possível entender como uma Escola com uma média de cem crianças matriculadas e cerca de sete funcionárias entre professoras e guardiãs, conseguia atender a todas: utilizando-se da mão-de-obra das meninas. No segundo caso, as prendas domésticas confeccionadas pelas alunas do Curso Doméstico eram vendidas e os valores arrecadados eram destinados ao Pecúlio da Alegria e do Trabalho. Criado para garantir certa reserva de valores à *Escola Maternal*, o Pecúlio da Alegria destinava-se à compra de mimos, brinquedos, jogos educativos e material necessário para a confecção dos artefatos do Curso Doméstico (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928). A venda dos produtos produzidos pelas meninas destinava-se a arrecadar fundos para a obra de assistência da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*, de certa forma eram as próprias alunas que garantiam parte dos recursos para manter o atendimento na *Escola Maternal*.

Imagina-se que os recursos obtidos com a venda dos artefatos confeccionados pelas meninas fossem pífios e não se constituíam como uma das principais formas de manutenção da *Escola Maternal*. Porém, a exposição e a venda de tais artigos talvez conviessem como uma grande vitrine do que as meninas aprendiam na instituição, possibilitando à sociedade externa à *Escola* observar os trabalhos que elas aprendiam a realizar, o que permitia às famílias conhecerem suas qualificações para, talvez, no futuro, contratarem seus serviços como empregadas domésticas.

A conclusão do Curso Doméstico conferia às meninas formação para o trabalho doméstico. Como se tratava de uma clientela pobre essa era uma alternativa garantida de colocação profissional que reduzia as chances das meninas ficarem perambulando pelas ruas da cidade, e/ou praticando a mendicância. Ao mesmo tempo, o Curso Doméstico proporcionava às famílias a oportunidades de contratar empregadas domésticas com certa experiência no trato diário com crianças, com conhecimentos técnicos sobre atividades domésticas adquiridos em uma instituição escolar.

A importância do trabalho é o que predomina nos artigos sobre o Curso Doméstico, no entanto, no Regimento da escola consta que a finalidade máxima deste departamento era formar 'boas mães' de modo que:

- tudo na Escola tem de visar esse fim; e especialmente:
- 1.º — os trabalhos manuais de utilidade doméstica, inclusive horticultura e floricultura;
  - 2.º — as noções
    - a) — de contabilidade doméstica;
    - b) — de economia doméstica;
    - c) — de higiene e de medicina caseira. (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.120)

Com base neste artigo do regimento entende-se que para ser uma boa mãe era preciso constituir-se de um caráter trabalhador, comedido, higiênico e ordeiro. As meninas recebiam orientações para que quando fossem mães, atuassem em seus lares conforme as normas recebidas nos anos de formação do Curso Doméstico, alterando as práticas familiares até então transmitidas de geração para geração. O objetivo era conformar novos hábitos de conduta nas meninas e conseqüentemente em suas futuras famílias, numa perspectiva que a família seria a menor célula da sociedade e refletiria a postura dos cidadãos na cidade e na Nação em modernização.

No regimento da *Escola Maternal* consta que

Art. 21.<sup>o</sup> — Tudo na Escola será elemento de cultura moral, completada por noções singelas e práticas, concernentes:

- a) — aos deveres relativos a nós mesmos, aos nossos semelhantes, à Família, à Escola e à Pátria;
  - b) — à felicidade de ser bom e justo, à satisfação da consciência, fonte da alegria de viver;
  - c) — às necessidades primordiais da vida humana; aos direitos e deveres relativos a cada uma;
  - d) — ao casamento, base da família;
  - e) — aos direitos e deveres entre marido e mulher; e
  - f) — à bondade e à justiça de Deus, base de todas as religiões.
- (ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS, 1928, p.120).

A transmissão de elementos ditos de cultura moral tinha como propósito inculcar normas de convívio social comuns a todos os cidadãos. A intenção era que as alunas do Curso Doméstico adquirissem hábitos diferentes dos de suas famílias. As meninas deveriam aprender a se comportar discretamente, cuidar da higiene e saúde do corpo, o que demonstrava respeito por si próprias. As alunas deveriam demonstrar respeito à instituição escolar e a Nação expressando o entendimento por parte das pessoas do lugar social que a escola ocupava e do patriotismo que se deveria ter pelo país. As regras sociais e normas de conduta eram valorizadas pelo benefício que traziam a quem as possuía. Buscava-se incentivar o convívio pacífico, domar a barbárie das ações dos pobres, estimular a constituição de famílias com base no casamento, numa tentativa de diminuir o número de pessoas sem lar e sem vínculos perambulando pelas ruas. As meninas deveriam compreender que delas dependia a modernização e o progresso da Nação. Pretendia-se que as alunas compreendessem o lugar de importância da família, da igreja, da escola e do Estado em suas vidas, demonstrando que de todas estas instituições sociais a mais vulnerável e que necessitava de maior orientação era a família. Todo o cotidiano da família e dos cuidados com os filhos passou a ser regulado e regrado de acordo com normas; de conduta, de higiene, de ética, de respeito e de comedimento. Formando novos hábitos nas alunas, estas constituíram suas famílias sob esta perspectiva de cidadão ordeiro e trabalhador. Tratava-se de uma reforma da família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do corpo documental permite afirmar que a motivação para organizar e manter uma *Escola Maternal* na cidade de Curitiba no início do século XX estava na pobreza de parte da população e na correção dos hábitos inadequados das crianças oriundas de famílias pobres. Vistos como sujeitos desordeiros, de hábitos de vida desregrados, sujos, de má índole e vadios por natureza, os pobres eram considerados como objeto de correção visando a modernização da capital paranaense no cenário nacional.

A *Escola Maternal* da *Sociedade de Socorro aos Necessitados* foi organizada sob o pretexto de proteger as crianças pobres da ignorância dos próprios pais. Todavia, entende-se que a EM foi, no período analisado, um espaço de correção e não prevenção. Isto porque o sujeito pobre era considerado como alguém que necessitava de constante controle e vigilância, pois a vadiagem, a má conduta moral e a ignorância eram elementos considerados como hereditários entre os pobres.

Seja moralmente, seja higienicamente, os pobres eram “perigosos” demais para permanecerem sem a batuta de autoridades, juízes, médicos, educadores, entre outros.

A *Escola Maternal* foi organizada por uma instituição de *assistência científica*, perspectiva defendida neste trabalho, tendo a ciência como elemento norteador das ações tanto da sociedade quanto da *Escola Maternal*.

As práticas da sociedade e da *Escola Maternal* tinham o mesmo objetivo de reformar a família pobre; esta não servia à modernização da cidade, pois não possuía hábitos de civilidade, com posturas passíveis de convívio em sociedade.

Tanto as orientações dos membros da sociedade aos mendigos quanto os ensinamentos da *Escola Maternal* visavam à construção da idéia de que um sujeito moralizado era aquele que trabalhava; este era o sujeito útil à sociedade. Dessa forma, a formação da moral era a base para o trabalho.

Desde a creche, passando pelo jardim de infância até o Curso Doméstico tudo era planejado, visando educar os sujeitos. Todas as ações, fossem da sociedade ou da EM, fossem assistenciais ou educacionais, tinham

caráter educativo, visavam à educação do corpo, a educação do espírito com vistas à moralização e à civilidade dos sujeitos. Todavia, no caso específico da *Escola Maternal*, em alguns momentos, soma-se à educação realizada pelo cuidar a perspectiva de escolarização da infância, educando o intelecto do sujeito. Educar sempre, escolarizar às vezes.

No que se refere a esta pesquisa, entre 1928 e 1944, os relatórios e documentos demonstram que, mesmo com algumas divergências de perspectiva entre a SSN e a EM, a atuação desta foi constante, seguindo as mesmas orientações e propósitos, mantendo, a mesma diretora que em relatórios anuais mencionava sempre as mesmas práticas.

Contudo, é possível observar que a partir de 1944, depois de firmada a parceria com a LBA algumas alterações, principalmente de perspectiva administrativa, se fazem notar. Entre alguns fatores destaca-se maior controle sobre o destino das subvenções fiscais encaminhadas à instituição, e a inclusão de normas e orientações em relação às práticas da instituição, que no período analisado nesta pesquisa mostrou-se determinado apenas pela SSN.

Compreende-se que essa pesquisa possui limitações, que ao mesmo tempo configuram-se como possibilidade de estudos futuros. Pretendeu-se aqui mais provocar do que responder a todas as questões que surgiram ao analisar a *Escola Maternal* da *Sociedade de Socorro aos Necessitados*. Entre as possibilidades de futuras análises que esta pesquisa aponta destacam-se a formação das professoras que atuavam nos departamentos da *Escola Maternal*, o cotidiano das atividades na creche, a permanência da instalação da Escola no mesmo espaço de recolhimento de mendigos, as implicações dos Códigos de Ensino Estaduais de 1915 e 1917 e do Código de Menores na constituição da EM, entre outros pontos.

As considerações feitas nestas páginas demonstram que cada vez mais urge a necessidade de estudos sobre a infância pequena. Pouco ou quase nada se sabe de escolas maternas e propostas de escolarização da infância menor de 7 anos no início do século XX, no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Geysa S. A. **Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008 (PUC-SP).

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

BASTOS, Maria Helena C. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONARCHA, C. (org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: SP: Autores Associados. 2001. p.31-80.

BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (sous la direction d'). Histoire de l'enfance, histoire sans parole? In: **Histoire de l'enfance en Occident Tome 1. De l'Antiquité au XVIIe siècle**. Paris: Éditions Seuil, 1998. p.7 – 41.

BECCHI, Egle. **I bambini nella storia**. Roma: Editori Laterza 1994.

BENVENUTTI, A.F. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOLTANSKI, L. **Puericultura e morale di classe**. Traduzione di Cesare Marconi. Firenze: Guarnaldi Editore. 1972.

BONILHA, L.R.; RIVORÊDO C.R. Puericultura: duas concepções distintas. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro: 2005; num. 81; p: 7-13.

BOSCHILIA, R. *et al.* História de Curitiba. Fundação Cultural de Curitiba, 2000. Informação disponível on-line em: [www.casadamemoria.org.br/index\\_historiadecuritiba.html](http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html)

BULCÃO, L. G. Ciência e ensino médico no Brasil (1930-1950). In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.469-487, abr-jun. 2007.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. (3ª. impressão da 2a. edição: 2008). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. v. 1. 367 p.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, nº2, p. 177-229, 1990.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **Lysímaco Ferreira da Costa. A Dimensão de Um Homem**. Curitiba: UFPR, 1987.

CUNHA, M.V. A escola contra a família. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**, 3ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.447-468.

DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto – vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo: 1985. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo.

EDLER, F. C. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. In: **Asclépio**, Madri, v. L, n.2, p.169-186, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Escolarização e Cultura no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, M. L. (org.) **Culturas, escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.193-209.

FEVBRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª edição. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Antonio G. A & GONDRA, José. G. Idades da vida, infância a e racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L. M.; FERNANDES, R. (orgs.) **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 304p.

GANZ, Ângela L. **Vozes do diálogo: mães dialogam com médicos na Curitiba de 1910 a 1935**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

GARCIA, R. M. **A Ciência, a Infância e o Progresso da Nação: Moncorvo Filho e as políticas de assistência à infância no século XX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). 2003.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. De Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUVEA, M. C. S. A escolarização da “meninice” nas Minas Gerais oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. de L. (Orgs.). **Historia e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.189-226.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 226 p.

HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 252p.

KARVAT, E. C. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, 178p.

KARVAT, E. C. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicidade e a vadiagem (Curitiba, 1890-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988a.

KISHIMOTO, T.M. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (64): 57-60, fevereiro, 1988b.

KUHLMANN J., M. Os intelectuais na educação da infância. In: NEPOMUCENO, M. A., TIBALI, E. F. A.. (Org.). **A educação e seus sujeitos na História**. 1 ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, v. 1, p. 100-119.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 210p.

KUHLMANN Jr., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, 2000, p. 5-18.

KUHLMANN Jr.; M & FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEVY, Iete Cherem. **A trajetória de Moncorvo Filho: puericultura e filantropia num projeto de assistência à infância (1901-1922)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1996.

LUC, Jean-Noël. **L'invention du jeune enfant au XIX<sup>e</sup> siècle : De la salle d'asile à l'école maternelle**. Paris: Éditions Belin, 1997. 512p.

LUC, Jean-Noël. **La petite enfance à l'école, XIX<sup>e</sup>- XX<sup>e</sup> siècles. Textes officiels relatifs aux salles d'asile et aux écoles maternelles, présentés et publiés**. Paris, Economia-INRP, 1982, 391 p.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, 2ª edição.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Gráfica Paranaense, 1926-1950. Vol.3.

NICOLAS, Maria. **Alma das ruas**. Curitiba: 1977.

ODÁLIA, N. Apresentação. In: BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): e Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p.7-9.

OUYAMA, M. **Uma máquina de curar: O Hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a Formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX)**. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, S.M.M. **O Processo de Trabalho em Saúde e a Enfermagem Pediátrica: socialidade e historicidade do conhecimento**. (Tese apresentada a Esc. Enf.-USP para concurso de livre-docência) Ribeirão Preto, 1990.

ROCHA, S.M.M. **Puericultura e Enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

SARTOR, Carla D. **Os Caminhos da Proteção à Infância no Brasil: A Influência do Modelo de Moncorvo Filho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2000.

SILVA, M. R. B. da. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.9, suplemento, p.139-159, 2002.

SOUZA, G.; TURINA, K. F. R. Ações de Assistência à Infância no Brasil do século XX: relação entre os Institutos do Rio de Janeiro e do Paraná. In: **I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro**, 2007, Niterói.

SOUZA, R. F. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar em Revista**, Curitiba, v.18, p.75-102, 2001.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 47-62.

TONELLI, E. **Carlos Arthur Moncorvo Filho**. Coleção Vultos da Pediatria. São Paulo/SP: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005 (Temas Pediátricos).

TURINA, K. F. R.; SOUZA, G.; SANTOS, A. M. 'Templos de Caridade' – Instituições de proteção à infância no Paraná nas duas primeiras décadas do século XX: o que noticia a imprensa paranaense. In: VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

VARGAS, T. **Bibliografia da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, 2001.

VEIGA, C. G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autentica, 2004. p. 35-82.

VIDAL, D. G. Escola nova e o processo educativo (1920-1930). In: LOPES, E. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, v. 1, p. 497-517.

VIDAL, D. G. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: FARIA FILHO, L. M., DUARTE, R. H. (et. Alii) **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 128p.

VIEIRA, C. E. . Intelectuais e modernidade: o discurso sobre a educação na imprensa periódica paranaense na década de vinte. In: 23º Simpósio Nacional de História: História Guerra e Paz (ANPUH), 2005, Londrina. **Anais do 23 Simpósio Nacional de História: História Guerra e Paz**. Londrina : Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-08.

VIEIRA, L. M. F. **Creches no Brasil: de mal necessário à lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escola. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, número 33, 2001, p. 7-48.

## FONTES

### ARQUIVOS DA SOCIEDADE DE SOCORRO AS NECESSITADOS

ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Questionário para estabelecimentos para crianças**. 1938. Folha única.

ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatórios oficiais apresentados ao Conselho deliberativo da Sociedade de Socorro aos Necessitados**. Anos 1929 a 1944.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Livro 85 anos**, 2005. 265 páginas. Disponível em <http://www.socorroaosnecessitados.org.br/?id=021>

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 03 de janeiro de 1930.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 06 de janeiro de 1929. Assinado por Gastão Câmara.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 13 de abril de 1929.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 06 de janeiro de 1928.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. Outubro de 1926.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 06 de janeiro de 1926.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. 17 de dezembro de 1923.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo.** 19 de março de 1923.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo.** 16 de março de 1922.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo.** 20 de dezembro de 1922.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Estatutos da Sociedade de Socorro aos Necessitados.** 1921.

Jornais

**A República**, 05 de novembro de 1921.

**A República**, 17 de setembro de 1921.

**A República**, 26 de setembro de 1921.

**A República**, 20 de junho de 1904.

**A República**, 16 de março de 1903.

**A Voz do Comércio**, 21 de dezembro de 1921.

**Comércio do Paraná**, 30 de novembro de 1921.

**Comércio do Paraná**, 08 de novembro de 1921. Artigo: Repressão da Mendicidade e Socorro aos Necessitados. Assinado por José Pereira Macedo.

**Comércio do Paraná**, 05 de novembro de 1921.

**Comércio do Paraná**, 22 de outubro de 1921. Artigo assinado por Phamphillo D'Assumpção.

**O Diário da Tarde**, 09 de fevereiro de 1922.

**O Diário da Tarde**, 03 de novembro de 1921. Artigo assinado por Gabriel Quadros

**O Diário da Tarde**, 18 de outubro de 1921. Artigo assinado por Lins de Vasconcellos.

**O Diário da Tarde**, 15 de setembro de 1921.

**O Diário da Tarde**, 30 de março de 1904.

**Gazeta do Povo**, 04 de junho de 1925.

**Gazeta do Povo**, 15 de maio de 1925.

**Gazeta do Povo**, 06 de maio de 1925.

**Gazeta do Povo**, 12 de junho de 1924.

**Gazeta do Povo**, 22 de outubro de 1921.

**O Dia**, 13 de outubro de 1925.

**O Estado**, 31 de dezembro de 1925.

## Obras

ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. Regimento da Escola Maternal de Socorro aos Necessitados, 1928. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo**. Curitiba: Gerpa, 1952. p. 116-125.

MACEDO, Annette C. P. Palavras de gratidão a Escola Maternal. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo**. Curitiba: Gerpa, 1952. p. 247-250.

MACEDO, Annette C. P. Tese – A Felicidade pela Educação. Setembro de 1934a. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo**. Curitiba: Gerpa, 1952. p.39-61.

MACEDO, Annette C. P. Prova escrita do concurso. Ponto sorteado: Adaptação da escola ao ambiente regional. 03 de Setembro de 1934b. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo**. Curitiba: Gerpa, 1952. p.39-61.

MACEDO, Annette C. P. Lar primeira escola – A família como organização básica artigo publicado no O Diário da Tarde em 13 de maio de 1930. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios**

**pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. p.197-200.

MACEDO, Annette C. P. **Ofício da Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados ao Diretor do Ensino Público.** 1928a.

MACEDO, Annette C. P. Conferência Pedagógica na Associação Paranaense de Educação, 1928b. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. 127-134.

MACEDO, Annette C. P. Educação Doméstica (Tese apresentada à Conferência Pedagógica de Belo Horizonte), 1928c. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. 135-137.

MACEDO, F. R. A. Histórico da Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados. 1952. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. p.157-167.

MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. 259p.

MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. Discurso proferido no congresso legislativo do estado do Paraná em fevereiro de 1922. In: MACEDO, José Pereira de. **Repressão da mendicidade e socorro aos necessitados.** Curitiba: Editora Mundial: 1927, p. 121-139).

MACEDO, José Pereira de. **Repressão da mendicidade e socorro aos necessitados.** Curitiba: Editora Mundial: 1927. 139 páginas.

MAGALHÃES, Alfredo Ferreira de. Desenvolvimento do ensinamento da puericultura nas escolas normais. In: **ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA**, 4º Boletim, 1º volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 441-450.

MARTAGÃO GESTEIRA, R. Puericultura. Rio de Janeiro, Pan-Americana, 1943a. p. 69-72. In: AGUIAR, A.; MARTINS, R. M. (orgs.) **História da Pediatria**

**Brasileira – Coletânea de textos e depoimentos.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria & Serviço de Informação Científica Nestlé: 1996.

MARTAGÃO GESTEIRA, R. Puericultura. Rio de Janeiro, Pan-Americana, 1943b. p. 49-50. In: AGUIAR, A.; MARTINS, R. M. (orgs.) **História da Pediatria Brasileira – Coletânea de textos e depoimentos.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria & Serviço de Informação Científica Nestlé: 1996.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. **Histórico da Proteção à Infância no Brasil 1500-1922.** Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti, 1927.

NERY, Lauro. Patrícia Ilustre. 1928. In: MACEDO, Francisco Ribeiro Azevedo. **Felicidade pela educação – Ensaios pedagógicos da Professora Annette Clotilde Macedo.** Curitiba: Gerpa, 1952. p.147-148.

**PRIMEIRO CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA**, 4º Boletim, 1º volume, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, 503p.

#### **Outros documentos**

INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFANCIA DO PARANÁ. **Estatutos da instituição.** 1921.

PARANÁ. Governo do Estado. **Código do Ensino do Estado do Paraná.** Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915. Informação disponível on-line em: [http://www.casadamemoria.org.br/index\\_historiadecuritiba.html](http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html)

**ANEXOS****REGIMENTO DA ESCOLA MATERNAL DA SOCIEDADE SOCORRO  
AOS NECESSITADOS****CAPITULO I****DOS FINS DA ESCOLA MATERNAL**

Art. 1.º - A Escola Maternal, fundada em Curitiba, pela S. S. dos Necessitados, com o auxílio do Governo do Estado, destina-se a ministrar às crianças pobres os cuidados maternais e escolares que lhes faltam.

**CAPITULO II****DAS CONDIÇÕES DE MATRICULA E PERMANÊNCIA NA ESCOLA  
MATERNAL**

Art. 2.º - Serão matriculadas e mantidas gratuitamente na Escola Maternal crianças, sem distinção de sexos, até a idade de 7 anos, e somente meninas de mais de 7 anos, contando que:

- sejam filhas de pobres operários ou vivam sob os cuidados de gente pobre;
- não tenham moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva nem tenham defeito que as possibilite de receber o ensino que a Escola deve ministrar.

Art. 3.º - Serão convocadas, em primeiro lugar e de preferência, para a matrícula, crianças, cujas mães operárias não tenham em sua residência pessoa capaz de as substituir convenientemente nos cuidados maternais durante as horas de trabalho.

Art. 4.º - A matrícula será em regra precedida:

- a) - de sindicância da S. S. para a verificação da condição da letra a) do art. 3º;
- de exame feito na Assistência à Mãe Pobre, para verificação da condição b) do art. 2º.

Art. 5º - Poderão também matricular-se crianças de pais que disponham de recursos, contando que:

- tenham de 2 a 7 anos;
- satisfaçam a condição b) do art. 2º;

– paguem por trimestre, adiantadamente: - com direito a alimentação – 180\$000 sem direito a alimentação – 90\$000.

Art. 6.º - Havendo mais de uma criança da mesma casa para matrícula de acordo com o art. anterior, haverá abatimento de preço, a critério da Diretoria da S. S.

Art. 7.º - As crianças matriculadas sem direito a alimentação serão por pessoa de confiança de seus pais, conduzidas à casa destes nas horas do almoço e do jantar, devendo regressar no prazo determinado pela Diretoria da Escola.

Art. 8.º - Todas as crianças permanecerão ordinariamente na E. M. das 7 às 19 horas de cada dia, exceto aos domingos.

§ 1.º - Em casos especiais poderão ali permanecer por menos tempo.

§ 2.º - A Diretoria da S. S. providenciará sobre os casos extraordinários em que uma ou mais crianças tenham de pernoitar no estabelecimento.

Art. 9.º - As eliminações de matrícula serão resolvidas:

1.º - Pela Diretoria da E. M., quando determinadas por motivo de ordem disciplinar.

2.º - Pela mesma Diretoria, de acordo com a Diretoria da S.S. quando determinadas:

– Por excesso da idade de que fala a letra a) do art. 5.º.

– Por faltar uma das condições do art. 2º ou 3º.

§ único – A eliminação por falta de pagamento da prestação trimestral de que fala a letra c) do art. 5º será resolvida somente pela Diretoria da S.S.

### CAPITULO III

#### DOS DEPARTAMENTOS DA ESCOLA MATERNAL

Art. 10º - A E. M. terá três departamentos coordenados e harmônicos: I – A Creche ou Asilo das Crianças; II – o Jardim Infantil; e III o Curso Doméstico.

#### I - A CRECHE

Art. 11.º— A Creche ou Asilo das Crianças incumbe ministrar-lhes os cuidados de nutrição, de higiene, de ginástica, provendo às necessidades do

seu desenvolvimento físico e psíquico, observadas as instruções gerais e as espaciais dadas pelo Diretor da Assistência Médica da S. S.

Art. 12.º — Será dotada a Creche dos requisitos essenciais ao serviço de Puericultura, tendo aparelhos de observação e experiência, dormitório, refeitório, banheiros, etc.

## II — O JARDIM INFANTIL

Art. 13.º - Destina-se o Jardim Infantil a ministrar às crianças de 3 a 7 anos educação adequada ao seu desenvolvimento físico e psíquico.

Art. 14.º — Os trabalhos concernentes à educação intelectual, no Jardim, por meio de colóquios, jogos e exercícios suaves e agradáveis, consistirão, em regra:

1º — a princípio em conhecer-se o grau de atividade mental de cada criança, a fim de classificá-las em grupos homogêneos; depois

2º — em cada classe, despertar o interesse das crianças pelo objeto da lição afim de que espontaneamente prestem atenção, e,

3º - guiá-las:

a) - na aquisição pessoal e direta de idéias fundamentais pela observação e pela experiência;

b) - na conservação e desenvolvimento dessas idéias e aquisição de idéias novas, pela associação;

c) - na expressão clara e perfeita das idéias e

d) - na formação e expressão dos juízos;

e) - no raciocínio;

f) - na imaginação.

Art. 15º — Quanto à educação moral, o processo consistirá principalmente:

1º - a princípio, em conhecerem-se as tendências ou inclinações de cada criança, afim de

2.º — estimular e consolidar as boas tendências e os hábitos bons; e

3º — estimular a vontade inibitória das tendências más e criadora de hábitos contrários a estas; e

4º — cultivar os hábitos bons;

5° — dirigir todos os exercícios e diversões, de modo que, em seus atos, as crianças adquiram hábitos de polidez, de modéstia verdadeira, de bondade, de justiça, de sinceridade, de dignidade, de discricção, de moderação, de prudência, de coragem e de ordem e, em suma, de cumprimento de seus deveres.

### III — CURSO DOMÉSTICO

Art. 16.º — O Curso Doméstico ministrará às meninas de mais de 7 anos a cultura física, intelectual, afetiva, ativa, moral, cívica e estética necessárias às boas mães de família.

Art. 17.º — A cultura física consistirá no conhecimento e na prática racional dos meios de conservar a saúde e de desenvolver e aperfeiçoar os órgãos e funções do corpo: higiene, atividade muscular em aplicações úteis e ginástica.

Art. 18.º — A cultura intelectual, depois de conhecida a capacidade mental de cada criança, será distribuída em diversos graus e estes em classes e turmas, e ministrada pelos métodos melhores, aconselhados pela Pedagogia, abrangendo:

1.º — Lições de coisas (sentidos, idéias, associações, juízo, raciocínio, imaginação, linguagem);

2.º — Leitura e escrita, desde os primeiros passos até a leitura expressiva e a composição escrita; e os elementos práticos essenciais de:

3.º — Aritmética;

4.º — Geometria;

5.º — Geografia, especialmente a do Brasil;

6.º — Historia, especialmente a do Brasil;

7.º — Historia Natural e

8.º - Física e Química.

Art. 19.º .— A cultura afetiva de carácter otimista, resultará principalmente da ordem geral da E. M., em virtude da qual adquirirão as crianças hábitos de solidariedade, de respeito, de sinceridade, de verdade, de gratidão, de bondade, de justiça, etc.

Art. 20.º — A cultura da atividade voluntária e consciente — (liberdade, moveis e motivos) provirá intensa de todos os passos da Escola Maternal.

Art. 21.0 — Tudo na Escola será elemento de cultura moral, completada por noções singelas e práticas, concernentes:

a) — aos deveres relativos a nós mesmos, nos nossos semelhantes, à Família, à Escola e à Pátria;

b) — à felicidade de ser bom e justo, à satisfação da consciência, fonte da alegria de viver;

c) — às necessidades primordiais da vida humana; aos direitos e deveres relativos a cada uma;

d) — ao casamento, base da família;

e) — aos direitos e deveres entre marido e mulher; e

f) — à bondade e à justiça de Deus, base de todas as religiões.

Art. 22.º — A cultura cívica resultará não só do culto á bandeira, das comemorações cívicas e do conhecimento da nossa terra, das nossas tradições e dos nossos grandes homens, mas também de noções elementares a respeito das nossas instituições governamentais e dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e estrangeiros.

Art. 23.º — A cultura estética provirá da contemplação das belezas da Natureza, tanto na ordem física quanto na espiritual; do desenho; dos trabalhos manuais; da leitura e explicação de páginas de arte de poetas e prosadores; dos exercícios de composição escrita; da declamação; dos cânticos escolares etc.

Art. 24.º — Tendo o Curso Doméstico por fim a formação de boas mães de família, tudo na Escola tem de visar esse fim; e especialmente:

1.º — os trabalhos manuais de utilidade doméstica, inclusive horticultura e floricultura;

2.º — as noções

a) — de contabilidade doméstica;

b) — de economia doméstica;

c) — de higiene e de medicina caseira.

Art. 25.º — Por determinação da Diretora serão as meninas, em horas propícias, empregada em serviços da Creche, compatíveis com a sua idade e constituição física, como meios de educação doméstica, dando-se-lhe então conhecimentos práticos de Puericultura.

### CAPITULO III DA ORDEM DISCIPLINAR

Art. 26.º — São elementos essenciais da ordem disciplinar na E. Maternal:

1.0 — a organização geral dos trabalhos, de modo que cada criança esteja satisfeita e feliz no meio social da Escola;

2.º — a colaboração dos pais, com os quais a Diretora terá frequentes entendimentos;

3.º — a afeição verdadeira que se deve formar nas relações recíprocas das crianças com suas professoras;

— o prestígio que cada professora deve adquirir na classe, pelo saber, pela modéstia, pela energia, pela bondade e pela justiça, bem como pela pontualidade e assiduidade no cumprimento dos deveres escolares e pela compostura irrepreensível, fora da Escola.

Art. 27.º — As recompensas consistirão no louvor à aplicação e no bom comportamento.

.Art. 28.º — Em relação às professoras e demais funcionárias que não cumprirem à risca todos os seus deveres, aplicar-se-ão as repressões que forem ordenadas pelo Snr. Dr. Diretor da Instrução Pública.

### CAPITULO IV DAS FUNCIONARIAS DA E. M.

Art. 29º Nomeadas ou designadas pelo Governo do Estado, há na E. M.: — uma Diretora, Professoras, Ajudantes ou Auxiliares e Guardiãs.

§ único — Outras empregadas ali servirão por ordem e conta da S. S. aos Necessitados.

Art. 30.º — À Diretora compete em geral todo o trabalho da organização e direção dos diversos serviços e especialmente:

a) — cumprir e fazer cumprir este Regimento;

b) — fazer a matrícula das crianças, com declaração do dia, mês, ano e lugar do seu nascimento, dos nomes, residência e nacionalidade de seus pais, data da matrícula e outras declarações convenientes;

- c) – distribuir as crianças pelos três Departamentos da E.M., e dividi-las em graus, em classes e em turmas, conforme as necessidades do ensino;
- d) - organizar o Departamento, classe ou turma em que deve trabalhar cada professora, cada adjunta ou cada guardiã.
- e) — organizar programas e horários para o Jardim Infantil para o Curso Doméstico;
- f) — administrar e aplicar o Pecúlio ria Alegria e do Trabalho;
- g) — dar a todas as funcionárias as ordens e instruções para o bom andamento dos trabalhos; e
- h) — manter e fazer manter a disciplina geral do estabelecimento.

Art. 31.º — A cada Professora compete:

- a) — cumprir fielmente este Regimento, bem como os programas, instruções e ordens que lhe forem transmitidas pela Diretora;
- b) — fazer os assentamentos especiais do Departamento que lhe for designado;
- c) — auxiliar a Diretora e as demais Professoras no que lhe for possível;
- d) — velar pela ordem disciplinar do Departamento, grau, ou turma a seu cargo.

Art. 32.º — A Diretora será substituída em suas faltas, impedimentos ou ausências, por uma das professoras, na ordem de antiguidade do magistério.

Art. 33.º — Às Adjuntas ou Auxiliares compete ocupar o lugar que lhe for designado pela Diretora, cumprindo todas as ordens e instruções que lhe forem dadas, de acordo com este Regimento.

§ único — Compete-lhes, quando designadas pela Diretora, substituir as Professoras em seus impedimentos eventuais.

Art. 34.º — Às Guardiãs compete cuidar das criancinhas na Creche ou no Jardim Infantil, como lhes for ordenado pela Diretora ou indicado pelas professoras e concorrer para a ordem, moralidade e disciplina no estabelecimento.

Art. 35.º — As outras empregadas, postas pela S. S. às ordens da Diretora, compete fazer a limpeza do estabelecimento e cumprir o que lhes for ordenado.

## CAPITULO V

## DO PECULIO DA ALEGRIA E DO TRABALHO

Art. 36.º Destina-se o Pecúlio da Alegria e do Trabalho a fornecer dinheiro à Diretora da E. Maternal para:

- a) — compra de mimos, brinquedos e doces, que se distribuirão em dias festivos;
- b) — compra de material para os jogos educativos e para os trabalhos manuais;
- c) — pequenas recompensas ao trabalho de meninas no Curso Doméstico;
- d) — visitas, passeios ou excursões.

Art. 37.º — O Pecúlio será constituído:

- a) — pelo produto de divisões públicas, quermesses ou tómbolas que se organizarem em seu benefício;
- b) — pelo produto da venda de artefatos do Curso Doméstico;
- c) — pelos donativos especialmente feitos ao Pecúlio.

§ único — Extraordinariamente, poderá o Pecúlio tomar por empréstimo à S. S., com consentimento da respectiva Diretoria, pequenas quantias, até o valor de 200\$000, que restituirá na primeira oportunidade.

Art. 38.º — O Pecúlio será depositado na Tesouraria da S. S. e estará sempre à disposição da Diretora da E. M. para a sua aplicação — (art. 36).

Art. 39.º — Haverá um livro especial em que será escrita a conta corrente do Pecúlio, a qual se encerrará mensalmente, com a assinatura da Diretora da E. M. e a do Tesoureiro da S. S., passando-se ao mês seguinte o saldo que houver a favor do Pecúlio ou contra ele.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 40.º — As crianças que, na atividade escolar, se revelarem doentias, retardadas ou anormais, serão:

- a) — submetidas a exames e observações minuciosos, para perfeito conhecimento das causas do mal e de sua curabilidade;

b) — suspensas ou eliminadas da E. M., se, em virtude dos exames, forem consideradas temporária ou permanentemente inaptas para a vida escolar; ou

c) tratadas na própria E. M., se forem consideradas aptas, apesar do mal, constituindo então classes ou turmas especiais.

Art. 41.º — Sempre que for conveniente, reunir-se-ão as Professoras e Adjuntas presidirias pela Diretora, para conversar, discutir e combinar amistosamente a respeito de assuntos de interesse da E. M.

Art. 42.º — Haverá um livro especial em que serão lançadas as atas das reuniões acima referidas e em que a Diretora lançara seus avisos a respeito de providencias de ordem administrativa, didática ou disciplinar.

§ único — Desses avisos terão conhecimento as Professoras e Adjuntas que, com suas assinaturas, subscreverão no próprio livro a nota de cientes.

Art. 43.º — A E. M. é subordinada às autoridades do ensino público do Estado, que poderão:

a) — visitá-la a qualquer hora do dia e ver o examinar o seu funcionamento nos três Departamentos; e

b) - ver e examinar todos os livros e papeis do arquivo da E. Maternal.

Art. 44.º— Os casos omissos neste Regimento resolver-se-ão:

1.º — Pelas disposições do Código e outras leis do Ensino e, estas forem omissas,

2.º - Pela decisão do Snr. Dr. Diretor Geral do Ensino Público.

Art. 45.º— Este Regimento, depois de adotado pelo Conselho Deliberativo da S. S. será submetido a aprovação do Snr, Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Pública, por intermédio do Snr. Dr. Diretor Geral do Ensino.

§ único - Dependerão da aprovação do Snr. Dr. Diretor Geral do Ensino Público os programas e horários.

Art. 46.º — Os trabalhos da Escola Maternal serão organizados de modo que, sem suspenso deles, cada funcionária possa ter um mês de férias, em cada ano, a começar de 1929.

§ - único - Essas férias, mediante pedido escrito, serão, de acordo com as conveniências do serviço, concedidas pela Diretora, que imediatamente levará sou ato ao conhecimento da Diretoria Geral cio Ensino Público.

Art. 47.º - Serão admitidas gratuitamente na E. M. crianças cujas mães nela trabalharem, desde que as crianças preencham as condições de idade e de saúde necessárias para a matrícula.

Art.48.º — Nos dias feriados, os trabalhos do Jardim e do Curso Domestico serão, quanto possível, substituídos por diversões, escalando-se as funcionárias que devem permanecer na Escola.

### SOCIEDADE SOCORRO AOS NECESSITADOS (EMENDAS AO REGIMENTO DA ESCOLA MATERNAL)

Extraídas da ata da 36º Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 28 de dezembro de 1928.

“Art. 2.º” - Serão matriculadas e mantidas gratuitamente, crianças sem distinção de sexos, até a idade de sete anos e somente meninas até doze contanto que ...

“Art. 3.º” — Serão preferidas para a matrícula etc...

“Art. 8.º — Todas as crianças deverão permanecer na Escola Maternal das sete às dezenove horas de cada dia, exceto aos domingos e feriados, em que poderão deixar de comparecer ou sei retiradas a qualquer hora.

“Art. 8.º § 2.º Suprima-se.

“Art. 9º — As eliminações da matrícula, com recurso voluntário para a Diretoria da Sociedade Socorro, serão feitas: alínea 1) pela Diretora da Escola Maternal, de acordo com o presidente da Sociedade de Socorro; alínea 2) pela mesma Diretora, por determinação da Diretoria da Sociedade Socorro, quando:

“Art. 30.º — alínea b) — Fazer as matrículas das crianças mediante guia da Secretaria da Sociedade Socorro, com declaração... alínea f) determinar de acordo com o Presidente da Soc. Socorro os dias e horas etc.

“Art. 32.º — A Diretora será substituída nos seus impedimentos eventuais por uma das professoras que por ela for indicada com aprovação do Presidente da Sociedade Socorro.

‘Art. 38.º — Sendo-lhe entregue, em quotas mediante requisição por escrito e recibo que ficará em poder do tesoureiro, especificando-se claramente na referida requisição os fins a que se destinam essa quota em dinheiro.

Art. 39º — Haverá um livro especial a cargo da Diretora da Escola Maternal para nela serem escrituradas as quantias por ela recebidas e as despendidas, do qual apresentará balancetes semanais com despesa comprovada.

“Art. 43º — A Escola Maternal em tudo quanto se relacione com matéria de ensino será diretamente subordinada à Diretoria Geral do Ensino, de acordo com as leis em vigor. § único Sempre que a Diretora da Escola Maternal se dirija às autoridades do ensino ou outras, deverá enviar à Secretaria da Soc. Socorro aos Necessitados, cópia da respectiva correspondência.

“Art. 52.º — A matrícula não remunerada da Escola Maternal não poderá atualmente exceder de 60 crianças, número esse que será elevado logo que o permitam as condições financeiras da Sociedade de Socorro aos Necessitados.

“Art. 46º — Essas férias, mediante pedido escrito, serão de acordo com a conveniência do serviço, solicitadas pela Diretora por intermédio da Soc. S. aos Necessitados ao sr. Diretor do Ensino.

## Outros anexos



Ilustração 7 - legenda do jornal: alunos da “Escola Maternal” mantida pela Sociedade de Socorro aos Necessitados. Gazeta do Povo, 13 de dezembro de 1933.



Ilustração 8 - legenda do jornal: Abrigadas da creche, as quais são deixadas ali pelas mães que vão se dedicar a vários misteres. Gazeta do Povo, 22 de setembro de 1937.



Ilustração 9 - legenda do jornal: alunas do Curso Doméstico e Jardim Infantil. Gazeta do Povo, 22 de setembro de 1937.